

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Geografia – GEA
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGEA
Área de Concentração: Urbanização, Ambiente e Território

**Políticas habitacionais, condições de moradia, identidade e
subjetividade no Programa *Minha Casa, Minha Vida* em Águas
Lindas de Goiás.**

Joamara Mota Borges

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lúcia Cony Faria Cidade
Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, julho de 2013.

JOAMARA MOTA BORGES

**Políticas habitacionais, condições de moradia, identidade e
subjetividade no Programa *Minha Casa, Minha Vida* em Águas
Lindas de Goiás.**

ii

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Urbanização, Ambiente e Território

Orientadora
Prof^a. Dr^a. Lúcia Cony Faria Cidade. Universidade de Brasília/ Departamento de Geografia

Brasília, julho de 2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1009719.

Borges , Joamara Mota.

B732p Políticas habitacionais, condições de moradia, identidade e subjetividade no Programa *Minha Casa, Minha Vida* em Águas Lindas de Goiás / Joamara Mota Borges . - - 2013.

133 f . : i l . ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós - Graduação em Geografia, 2013.

Inclui bibliografia.

Orientação: Lúcia Cony Faria Cidade.

1.Política habitacional. 2.Identidade. 3.Subjetividade.

4. Grupos sociais. I. Cidade, Lúcia Cony Faria. II.Título.

CDU 911. 375(81)

iii

CESSÃO DE DIREITOS

AUTOR: Joamara Mota Borges

TÍTULO: Políticas habitacionais, condições de moradia, identidade e subjetividade no Programa *Minha Casa, Minha Vida* em Águas Lindas de Goiás

GRAU: Mestre

ANO: 2013

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem autorização por escrito da autora.

JOAMARA MOTA BORGES

Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. ICC Ala Norte, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

joamaramota@gmail.com

JOAMARA MOTA BORGES

Políticas habitacionais, condições de moradia, identidade e subjetividade no Programa *Minha Casa, Minha Vida* em Águas Lindas de Goiás.

iv

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Urbanização, Ambiente e Território

Aprovado por:

Prof^a. Dr^a. Lúcia Cony Faria Cidade,
Universidade de Brasília, Departamento de Geografia

Prof^a. Dr^a. Marília Luíza Peluso,
Universidade de Brasília, Departamento de Geografia

Prof^a. Dr^a. Christiane Machado Coêlho,
Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia

Brasília – DF, julho de 2013.

AGRADECIMENTOS

À minha primeira fonte de inspiração, tãmpora inesgotável de amor e dedicação, mãe querida, grande amiga e a maior incentivadora dos meus sonhos. Todas as inquietações que discumos juntas, nesse momento, começam a virar textos acadêmicos. Agradeço por me instigar desde cedo a questionar e a problematizar tudo que nos cerca.

À professora e amiga *Maria Betânia*, pelo incentivo e pela contribuição na realização do pré projeto. Por ser a primeira pessoa a dar força para ir em frente e discutir na área da geografia, aspectos da subjetividade. Pelas longas horas de discussões sobre a pesquisa qualitativa do Fernando Gonzalez Rey. E também pela jornada no processo de conhecimento e reconhecimento da Psicologia Escolar.

Em especial à professora Lúcia Cony pela orientação compreensiva e por ter contribuído para que me torna-se mais disciplinada e organizada. À professora Marília Peluso pelas reflexões “foucautianas”, “por mais que aparentemente o discurso seja pouco importante, as interdições que o atingem logo e depressa revelam a sua ligação com o desejo e poder [...] como a psicanálise demonstrou – não é simplesmente o que manifesta o desejo [...]”. À querida Christiane, por ter me proporcionado as aulas mais descontraídas da pós, num alinhamento entre sociologia urbana, aspectos da literatura e análises do espaço urbano que se refletem no resultado desse trabalho.

As amigas que encontro semestralmente em São Paulo, Joana, Vanessa, Norma, Amanda e Lucí para brincar, já que é uma atividade fundamental para o desenvolvimento da identidade e autonomia. À dona da brincadeira, a querida Brasilda Rocha, por me conduzir na elaboração da realidade que me cerca e dos meus processos anteriores, dramas e traumas.

À querida Ruth, pela amizade antiga, (desde a mocidade dos vinte anos) e que nesse espaço de tempo acompanha os meus dias claros e cinzas, eufóricos e de tristeza. Agradeço também pela nossa persistência e insistência em continuar na caminhada do conhecimento. Lembrarei com carinho das primeiras aventuras em

Brasília e nos dias que vivemos na Colina. À estimada Carlla, pela amizade, pelos momentos felizes e por compartilhar a paixão pela arte e gastronomia.

Aos queridos Arquimedes, Luiza, Jorge Wilson e Giovana, pois assim como eu optaram por Brasília para construir suas raízes e poéticas mesmo que em muitos momentos o terreno estivesse árido. Aos ciclistas de plantão, Jorge e Luiza, a partir daqui posso me juntar ao grupo, pois já não terei uma dissertação para discorrer.

Ao José Marcelo e José Eduardo pelas intensas reflexões, na linha da psicologia positiva e da sociologia pós moderna, muitas vezes, ocorridas no caminho entre Goiânia e Brasília.

Aos estimados Leandro e Gilberto, amigos sem prazo de validade. Juntos desde o início dos anos 2000. Lelê, por ter se aventurado pela Permacultura, fato que me inspirou a ir beber na mesma fonte. Gil, por todos os nossos momentos de parceria, até os mais sérios de redefinição e avaliação.

À Ráiza Karoline, pela excelente companhia no lugar mais importante da vida, a moradia. Reforço a importância do seu perfil estudioso e calmo, foi fundamental para que eu adentrasse muitas madrugadas focada na escrita.

A Willaní, pelo reconhecimento e apoio no campo profissional. Sou grata pelo carinho com que me recebeu no Ministério da Educação. Às estimadas, Gláucia, Márcia e Maristela, companheiras do Programa Saúde na Escola, por me proporcionarem um ambiente de trabalho saudável e amistoso.

Em especial, ao grande e estimável amigo, Ronaldo Jorge, gratidão por todos os momentos compartilhados, mesmo os que estive de mal humor, não foram tantos, mas intensos e você continuou sendo meu amigo. Reconheço que a convivência tem me proporcionado um salto qualitativo, no aspecto humano e profissional. Agradeço me apresentar o mais novo amigo, Michel Mafessoli.

DEDICATÓRIA

Dedico a todos que se aventuram por novos caminhos.

“É o espírito que conduz o mundo e não a inteligência”
Antoine de Saint- Exupéry

“O mundo inteiro se afasta quando se depara com alguém que sabe onde
está indo”.
Pequeno Príncipe

“O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e
afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”
Guimarães Rosa

Por que habitação?

Habitação com boas razões, é uma das principais reivindicações da população pobre das cidades do país. É o fulcro no qual se apóiam todas as demais atividades da população. Educação, saúde, famílias social e economicamente integradas, amor, sexo e todas as demais necessidades para a fruição da vida saudável dependem da possibilidade de morar decentemente. E a população pobre sabe disso mais do que os melhores textos de sociologia, antropologia, psicologia social e demais disciplinas afins“.

Cherkezian e Bolaffi, 1998

RESUMO

Esta pesquisa acontece no campo da geografia humana, tendo como perspectiva de investigação a cidade e os processos urbanos. Utilizaram-se inúmeras concepções epistemológicas e disciplinares da urbanização, com contribuição da Psicologia, numa tentativa ousada de tornar comum a interdisciplinaridade. Propõe-se discutir o papel da moradia na elaboração das representações sociais e a forma como se apresentam nas dimensões e nos núcleos de significados dos sujeitos. Nesse contexto, apresenta-se como indagação principal o levantamento das políticas públicas habitacionais implementadas através do programa federal Minha Casa Minha Vida no município goiano de Águas Lindas, na perspectiva de descobrir a forma como se revelam a subjetividade, a representação social e identidade dos moradores. Consideram-se os aspectos socioeconômicos e as dinâmicas da urbanização e o modo como influenciam nas condições de moradia. A questão da provisão habitacional é discutida e passa pela tentativa de diminuir a demanda desde a década de 1930, percorrendo desde a implantação do Banco Nacional da Habitação - BNH até os dias atuais. Com base em pesquisa bibliográfica, observação direta e entrevistas, os achados sugerem que, enquanto políticas públicas tendem a privilegiar a dimensão econômica, a casa própria tem papel relevante na subjetividade e identidade dos moradores.

Palavras-chave: geografia humana, psicologia, moradia, políticas habitacionais, Programa *Minha Casa, Minha Vida*, subjetividade, identidade.

ABSTRACT

This research is developed in the field of human geography, based on an investigative perspective covering the city and urban processes. Numerous epistemological and disciplinary urbanization conceptions were used, with a contribution of psychology in a bold attempt to make interdisciplinarity common. Thus, the discussion on the role of housing in the development of social representations is proposed as well as how they are depicted in the dimensions and core subjects meaning. In this context, the main emerging question focuses on the survey of public housing policies implemented through the federal program *Minha Casa Minha Vida* in Goiás, municipality of Aguas Lindas aiming to spot how they reveal subjectivity, representation and social identity of their residents. Furthermore, socioeconomic aspects and dynamics of urbanization and how they influence housing conditions are considered. Once the issue of housing provision is discussed it highlights the attempt to reduce the demand since the 1930s, from the very beginning of the National Housing Bank implementation - BNH until today. Based on a literature review, interviews along with direct observation, the findings suggest that while public policies tend to focus on the economic dimension, the house itself has an important role in subjectivity and identity of residents.

Keywords: geography, psychology, habitation, housing policies, program my home, my life, subjectivity, identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: População das regiões metropolitanas brasileiras em 2000	49
Figura 2: Imigração para o Entorno do Distrito Federal	71
Figura 3: Evolução populacional do Distrito Federal entre 1991 e 2010	74
Figura 4: Estado de Goiás e as Regiões de Planejamento	78
Figura 5: Mapa da Ride com destaque de Águas Lindas de Goiás	80
Figura 6: Características socioeconômicas da população de Águas Lindas de Goiás	82
Figura 7: Situação de saneamento em Águas Lindas de Goiás	83
Figura 8: Adensamento populacional em Águas Lindas de Goiás	84
Figura 9: Vista da chegada à Aguas Lindas	90
Figura 10: Rua do entorno do Condomínio	92
Figura 11: Cartaz do <i>Condomínio Doce Lar</i> . “Nova Fase deste sucesso de vendas”	93
Figura 12: Informações no stand de vendas: “Sucesso Total, 1, 2 e 3 fases 100% vendidas”	93
Figura 13: Imagens fictícias das ruas arborizadas do Condomínio	94
Figura 14: Rua do Condomínio Doce Lar	95
Figura 15: Casa com alteração da rua da propaganda, informante 3	96
Figura 16: Entrada de uma das casas sem alteração (rua da propaganda)	97
Figura 17: Área destinada para construção de praças e locais de convivência dos moradores	98
Figura 18: Cartaz do Empreendimento Doce Lar	128
Figura 19: Mapa dos empreendimentos da Construtora Brookfield Incorporações pelo PMCMV	128
Figura 20: Cartaz informativo ao lado da casa cenográfica. Informações como: Saia do Aluguel e Use seu FGTS	128
Figura 21: Entrada da casa cenográfica do PMCMV	129
Figura 22: Quarto cenográfico	130
Figura 23: Sala cenográfica	130
Figura 24: Casa com modificação	131
Figura 25: Rua do Condomínio.	131

Figura 26: Área destinada para construção de praças e locais de convivência dos moradores **132**

Figura 27: Ruas sem pavimentação limítrofes ao *Condomínio Doce Lar* **132**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AMB** – Associação de Municípios Adjacentes a Brasília
- APA** – Área de Proteção Ambiental
- AUB** – Aglomerado Urbano de Brasília
- BNH** – Banco Nacional da Habitação
- BNDE** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- CAESB** – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
- CEF** – Caixa Econômica Federal
- CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CHESF** – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
- Codeplan** – Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central
- CODEFASV** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
- DNOCS** – Departamento Nacional de Obras contra às Secas
- FDM** – Fundo de Participação dos Municípios
- FGTS** – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- FJP** – Fundação João Pinheiro
- FHC** – Governo Fernando Henrique Cardoso
- FUNDEF** – Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal
- FNHIS** – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
- GDF** – Governo do Distrito Federal
- GTDN** – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento
- HMP** – Habitação de Mercado Popular
- HIS** – Habitação de Interesse social
- IAP** – Instituto de Aposentadoria e Pensão
- IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- JK** – Juscelino Kubitschek
- MNRU** – Movimento Nacional pela Reforma Urbana
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento
- PERGERB** – Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília
- PD** – Plano Diretor
- PIB** – Produto Interno Bruto

PLANHAB – Plano Nacional de Habitação
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNH – Política Nacional de Habitação
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PDL – Plano Diretor Local
PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial
Peot – Plano Estrutural de Organização do Território
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
SALTE – Plano (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia)
SBPE – Sistema Brasileiro de Poupanças e Empréstimos
SEDUH GDF – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
SEMARH GDF – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal
SHIS – Sociedade Habitacional de Interesse Social
SM – Salário Mínimo
SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.
SFH – Sistema Financeiro da Habitação
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Terracap – Companhia Imobiliária de Brasília
UNB – Universidade de Brasília
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Aspectos gerais	18
1.2 Aspectos metodológicos	28
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	31
2.1 Habitabilidade	31
2.2 Qualidade do ambiente construído e condições de moradia	33
2.3 Qualidade de vida	36
2.4 Reprodução social	37
2.5 Identidade	39
2.6 Subjetividade	41
3 DINÂMICA SOCIAL E POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL	43
3.1 Dinâmica social e políticas habitacionais no Brasil nas Fases Desenvolvimentista e Neoliberal (1960 – 2002)	43
3.1.1 Aspectos socioeconômicos e dinâmica da urbanização no Brasil (1960 – 2002)	43
3.1.2 Política habitacional no Brasil (1960 – 2002)	50
3.1.3 Desdobramentos das ações sobre as condições de habitação no Brasil (1960 – 2002)	53
3.2 Dinâmica social e políticas habitacionais no Brasil na Fase Pós Neoliberal (2003 - 2011)	57
3.2.1 Aspectos socioeconômicos e dinâmica da urbanização no Brasil (2003 – 2011)	57
3.2.2 Política habitacional no Brasil (2003 – 2011)	59
3.2.3 Desdobramentos das ações sobre as condições de habitação no Brasil (2003 – 2011)	62
4 DINÂMICA SOCIAL E POLÍTICAS HABITACIONAIS NA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO (Ride)	67
4.1 Dinâmica social e políticas habitacionais na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno nas Fases Desenvolvimentista e Neoliberal (1960 – 2002)	67

4.1.1 Aspectos socioeconômicos na Ride (1960 – 2002)	67
4.1.2. Ações relativas à habitação na Ride (1960 – 2002)	71
4.1.3. Desdobramentos das ações sobre as condições de habitação na Ride (1960 – 2002)	72
4.2 Dinâmica social e políticas habitacionais na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno na Fase Pós Neoliberal (2003 – 2011)	73
4.2.1 Aspectos socioeconômicos na Ride (2003 – 2011)	73
4.2.2. Ações relativas à habitação na Ride (2003 – 2011)	75
4.2.3 Desdobramentos das ações sobre as condições de habitação na Ride (2003 – 2011)	76
5. DINÂMICA SOCIAL E POLÍTICAS HABITACIONAIS EM ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	77
5.1. Aspectos socioeconômicos em Águas Lindas de Goiás	77
5.2. Ações relativas à habitação em Águas Lindas de Goiás	82
6. CASA PRÓPRIA E IDENTIDADE NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	87
6.1. Procedimentos de Pesquisa	88
6.1.1. Pesquisa por observação direta	88
6.1.2. Pesquisa por entrevista	98
6.2. Percepção da pesquisadora	99
6.3 Resultados das entrevistas	100
6.3.1. Descrição	100
6.3.2 Análise	101
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
7.1 Como foi respondida cada questão de pesquisa	108
7.2 Avanços proporcionados pela pesquisa e limitações	112
7.3 Sugestões para desdobramentos em futuros estudos	114
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
9 APÊNDICES	122
9.1 Direito à moradia	122
9.2 Lacunas habitacionais	123
10 ANEXOS	126

APRESENTAÇÃO

Sempre estive atenta à contribuição que a Psicologia pudesse ter com a Geografia, uma vez que nenhuma ciência abarca todos os fenômenos, sendo necessárias relações entre as áreas. O que aqui se busca é especular sobre alguns desses pontos de tangenciamento. Ambas, Geografia e Psicologia, se ocupam de pesquisar o homem em sua relação com o meio, privilegiando a primeira uma perspectiva espaço-temporal em sua análise, enquanto a segunda procura compreender a psique humana e a partir desta, como o sujeito interage com o meio. Assim, tanto uma quanto a outra se ocupam das manifestações intersubjetivas de uma dada sociedade, mantendo suas respectivas especificidades.

Como psicóloga¹ discuto essa pesquisa no campo da geografia humana, na linha de pesquisa, “Urbanização, Ambiente e Território”, que tem como norte de investigação a cidade e o urbano com distintas concepções epistemológicas e disciplinares da urbanização.

Os motivos são inúmeros, mas principalmente por me possibilitar conhecer novos enfoques teórico-metodológicos. Esses enfoques me possibilitaram o *uso*² com mais propriedade do instrumental teórico e prático de forma a articular a perspectiva ambiental à dimensão social em diferentes escalas, incorporando a questão política (em termos de políticas habitacionais) à investigação acadêmica.

¹ Cabe destacar que o trabalho caminha na interface da Psicologia com as Ciências Sociais, mantendo sempre em cena o interesse em ampliar o entendimento da produção de subjetividade do homem contemporâneo.

² Foucault apud Oliveira, Ronaldo (2008): O conceito de “uso” aqui, esta sendo empregado, conforme a aplicação de Michel Foucault em referencia a Nietzsche, diz ele: Se estou sendo fiel a Nietzsche não tem importância, eu uso Nietzsche. Assim este autor refere-se sobre a liberdade de olhar sempre em outra direção.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Aspectos gerais

As transformações socioespaciais ocorridas nas cidades talvez sejam uma das grandes modificações na atualidade, de modo que observamos significativas implicações nos processos de redistribuição espacial da população e das condições de urbanização. Diversificaram-se as formas de assentamentos humanos, as dinâmicas econômica, social e demográfica ganharam importância, assim como novos espaços regionais e outros tipos de mobilidade populacional, com claras consequências nos padrões locacionais da população dentro e fora dos grandes centros urbanos, caracterizando-se deste modo em uma relativa desconcentração demográfica. Em vários países, parte expressiva das periferias metropolitanas constitui-se de assentamentos precários, enquanto muitos habitantes não contam com condições adequadas de moradia. No Brasil, o governo federal busca ampliar a oferta de habitações voltadas às populações de baixa-renda enquanto apoia uma dinamização dos setores ligados à construção civil. Há dúvidas quanto ao papel dessas iniciativas na qualidade de vida dos moradores. Este projeto propõe uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Águas Lindas de Goiás, buscando identificar o papel da casa própria na formação de identidades dos contemplados.

Contextualização: panorama urbano no mundo

É importante lembrar que a população mundial demorou muitos séculos até se localizar majoritariamente nas áreas urbanas. Na verdade, a urbanização acentuada data da segunda metade do século XX. Conforme citado por Santos (1997), em 1950, a população mundial chegava a dois bilhões e quatrocentos milhões, dos quais 21% se localizavam em áreas urbanas. Quinze anos depois, contabilizavam-se três bilhões e meio de indivíduos e, passados mais vinte anos, em meados dos anos 80, atingia-se quase cinco bilhões, sendo que, ainda no início daquela década, cerca de 45% dos indivíduos já habitavam cidades. Naquele momento, as previsões indicavam a expectativa de uma população mundial da ordem de 6,5 bilhões de habitantes na virada do século, considerando-se irreversível que mais da metade da população se estabelecesse em cidades. O que se vê,

portanto, é que em cerca de cinquenta anos, a população mundial triplica e migra de forma sensível do campo para as áreas urbanas.

No século XX, o século das transformações, uma das mais evidentes delas sem dúvida é o crescimento acelerado das grandes aglomerações urbanas, a urbanização extensiva, onde o tecido urbano avança sobre o antigo espaço rural, materializando a complexidade socioespacial que envolve os processos de produção e reprodução da vida capitalista/industrial. Algumas metrópoles brasileiras configuram-se como grandes espaços urbanos, com extensos subúrbios e com um nível de integração municipal elevado. Ao mesmo tempo estes espaços apresentam diferenças entre si, formando uma rede urbana robusta e complexa. Autores como Santos (1997) e Alva (1997) ressaltam o fato de a urbanização ter sido intensa, sobretudo, no chamado Terceiro Mundo.

De acordo com Santos (1997), enquanto nos países desenvolvidos a população urbana, entre 1920 e 1980, era multiplicada por 2,5 (tomadas as cidades com mais de 20.000 habitantes), “nos países subdesenvolvidos o multiplicador era próximo de 6” (SANTOS, 1997). Alva (1997) menciona que, entre as décadas de 1930 e 1980, a população urbana da América Latina “passou de 30 a 70% do total”. Para Guattari (1993, p. 116) “o porvir da humanidade parece inseparável do devir urbano”. Deste modo, para esse autor a cidade afirma-se como elemento fundamental da complexa reprodução social em praticamente todas as sociedades contemporâneas; e suas transformações espaciais internas passam a incidir e se relacionar diretamente com seus novos residentes.

Na segunda parte do século XX, nos países emergentes, a urbanização foi causada pelo fenômeno de industrialização. Os polos industriais que surgiram a partir da década de 1960 atraíram a mão de obra que havia sido expulsa do campo, e fizeram com que ocorresse a proliferação de grandes centros urbanos no mundo em desenvolvimento. Esses centros não proviam habitações adequadas para suprir a nova demanda; a infraestrutura urbana existente não era suficiente para garantir qualidade de vida para a população recém-chegada. Já na época da era industrial, as condições de moradia na periferia eram bastante precárias.

Na Europa, mais especificamente na Inglaterra, grupos de especuladores construíam casas que serviam precariamente para a moradia humana. Eles tinham como único objetivo obter altos lucros (BELEVOLO, 1994); essas periferias enfrentavam falta de instalações adequadas para o tratamento de resíduos líquidos e sólidos, o fornecimento de água inexistia e as mais diversas infecções se alastravam rapidamente. O processo de urbanização em alguns países do subcontinente se intensificou durante a década de 1940, enquanto que em outros países o fenômeno ocorreu somente a partir de 1960 (CLICHEVSKY, 1990, apud CLICHEVSKY, 2000).

A urbanização e o aumento espacial das grandes cidades tiveram taxas constantes na última década do século XX, chegando a níveis de crescimento maiores no período de 1965-1980 em países mais pobres (CLICHEVSKY, 2000). Segundo a Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL (1999) uma parte considerável da população urbana vive em situação de pobreza e miséria e, na maioria dos países, a proporção de domicílios pobres chega a ser maior do que na década de 1970. A população urbana que vive em situação de pobreza aumentou de 63 milhões em 1980 para 122 milhões em 1990.

O crescimento populacional das cidades da América Latina significou, assim, um aumento do problema de falta de habitações adequadas, especialmente para os mais pobres. Por esse motivo, foram desenvolvidas diferentes interpretações a respeito da alta quantidade de habitações informais na região. Algumas delas explicavam a informalidade como um fenômeno temporário que seria causado pelas imigrações e que tal situação seria ajustada com o tempo, enquanto outras argumentavam que a informalidade urbana era uma consequência do funcionamento da sociedade capitalista (CLICHEVSKY, 2000).

A urbanização e os aspectos da habitabilidade no Brasil

O caso brasileiro é marcado como um país que se urbanizou de maneira acelerada; a metropolização agora é fato e estende para além do litoral. Simultaneamente ao aumento da importância demográfica desses grandes espaços metropolitanos vemos crescer constantemente os problemas de ordem social, cujos principais exemplos são a pobreza e a violência.

De acordo com os dados do IBGE (2000), os oito estados mais populosos – São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná, Pernambuco e Ceará, detinham praticamente 70% da população nacional. Já em 2010, a região Sudeste seguia sendo a região mais populosa do Brasil, com 80.353.24 pessoas. Em uma década, de 2000 a 2010, as regiões perderam participação; Sudeste (de 42,8% para 42,1%), Nordeste (de 28,2% para 27,8%) e Sul (de 14,8 para 14,4%). Já o percentual de população nas regiões Norte passou de 7,6% para 8,3% e a Centro Oeste pulou de 6,9% para 7,4%. (IBGE, 2010)

A urbanização sem planejamento contribui para a violação dos direitos básicos dos seres humanos. O avanço da urbanização, sua escala e velocidade não constituem problemas em si, se não fosse o modo como vem ocorrendo. É importante estar atento ao processo, pois a sustentabilidade do aglomerado urbano, em sua composição urbanística, relaciona-se com inúmeras variáveis, como: a forma de ocupar o território; a disponibilidade de insumos para seu funcionamento (acessibilidade de água); descarga de resíduos (destino e tratamento do lixo); o grau de mobilidade da população (eficiência do transporte público); a oferta e o atendimento às necessidades da população por moradia, equipamentos sociais e serviços; e qualidade dos espaços públicos. (GROSTEIN, 2001)

No Brasil, milhões de famílias estão excluídas do acesso a moradia digna. A necessidade quantitativa corresponde a 7,2 milhões de novas moradias, das quais 5,5 milhões nas áreas urbanas e 1,7 milhões na área rural. Esse quantitativo reflete tanto a necessidade de novas moradias quanto a necessidade de readequação de moradias precárias e degradadas. Visto que a maior carência de moradias encontra-se nos centros urbanos, a construção de habitações populares constitui solução indispensável. Contudo, essas habitações são muitas vezes realizadas de maneira desatenta³, tanto em relação à qualidade de vida que traz ao morador, quanto com o meio-ambiente. (CIDADES, 2011).

³ Um dos problemas da casa popular brasileira resulta na complexa diversidade de atores e interesses envolvidos, situação que define modelos operativos diferenciados. Nessas habitações há o predomínio de critérios quantitativos acima dos qualitativos, especialmente os da relação custo - benefício, visando sempre o lucro das construtoras acima de qualquer interesse de integração urbana e qualificação habitacional.

Desde os anos 1970, as moradias populares são modelos de construções mal planejadas e mal-acabadas, que privilegiam a quantidade. “Dezenas de conjuntos habitacionais foram levantados da mesma forma, sem considerar aspectos bioclimáticos, de conforto ambiental e de eficiência energética” (Centro Brasileiro de Construção Sustentável, 2012).

Vale constar que é decisivo o peso da questão habitacional no Brasil, país onde cerca de 140 milhões de pessoas (80 por cento da população) viviam em cidades no ano 2000. Já em 2010, o Censo, apontava que apenas 15,65% da população (29.852.986 pessoas) viviam em situação rural, contra 84,35% em situação urbana (160.879.708 pessoas) (IBGE, 2010). No cenário internacional, a União Européia tinha desde países como Portugal, até outros como a França, com 85% da sua população morando em região urbana. No BRIC⁴, o Brasil é o que possui maior grau de urbanização, pois a Rússia tem 73%, a China, 47% e a Índia, apenas 30%. Os EUA possuem grau de urbanização pouco menor do que o do Brasil: 82%. (CIA, 2010 apud IBGE, 2010).

A questão da habitação tem relação de causa e efeito com praticamente tudo que se refere ao espaço e ao ambiente produzidos pela sociedade: não é questão exclusiva das cidades e de sua população, mas é nas áreas urbanas que ela toma proporções mais dramáticas. O importante desenvolvimento do Estado, na produção da habitação popular vem se desenvolvendo, mesmo que timidamente, nos últimos setenta e cinco anos. Uma variedade de políticas, planos, programas e instituições governamentais foram lançadas; e também um imenso volume de recursos foi movimentado e destinado para a construção e financiamento de moradias.

O fenômeno da urbanização acelerada do Brasil do século XX, especialmente em sua segunda metade, mas sobretudo o processo de forte concentração de renda e de empobrecimento da população teve um forte impacto na condução dessas ações e políticas. A urbanização é descrita por Milton Santos como “uma fatalidade neste País, (...) com aumento do desemprego, do subemprego e do emprego mal pago e a presença de volantes nas cidades médias e nas cidades

⁴ Em economia, BRIC é uma sigla que se refere a Brasil, Rússia, Índia, China, que se destacam no cenário mundial como países em desenvolvimento.

pequenas”. É o produto da acumulação capitalista e das contradições próprias desse processo na sociedade brasileira (SANTOS, 1994, p.22).

O cenário urbano brasileiro está mergulhado num contexto político e econômico marcado por novas e velhas contradições. A partir da década de 1990, foi crescente o aumento do poder dos agentes financeiros em pautar e controlar as condições de vida em nossas cidades, através da interação do setor imobiliário com o circuito financeiro global e das interferências nas políticas urbanas nacionais e locais. Segundo Ramos (2007), o problema da habitação popular no Brasil ao longo dos anos, por muitas vezes no contexto de algumas das principais políticas habitacionais, não tratou a questão ressaltando o aspecto da desigualdade social nela encerrada, mas privilegiando os aspectos econômicos da produção e apenas atendendo aos interesses políticos.

É importante lembrar que no período do BNH, as regras de financiamento das moradias aumentaram significativamente a demanda para aquisição de imóveis. Grande parcela dessa população contemplada, antes sem possibilidades de aquisição do imóvel próprio, via, pela primeira vez, uma oportunidade de se tornar “proprietário”, sonho amplamente difundido pelo governo militar. O aumento da demanda e as oportunidades de financiamento da construção provocaram o “milagre” da multiplicação de edifícios verticais na cidade (BARBOSA e SOMEKH, 2010).

Outro ponto que corroborou para a queda de qualidade foi o aumento da velocidade de conclusão da obra, sem um aumento do processo de racionalização da construção. Como o esquema financeiro era prioritário para levar a bom termo a empreitada, foi-se diminuindo casa vez mais os prazos de execução e confecção de obras e projetos. A reutilização de projetos tornou-se corriqueira, implantando-se aqui e ali prédios com o mesmo projeto para implantações e situações urbanas diversas (BARBOSA e SOMEKH, 2010).

De maneira geral, a necessidade de diminuir o período de giro do empreendimento, sem os cuidados necessários para aumentar a eficácia da obra gerou padronizações apressadas e, via de regra, com pouco valor agregado (...) Desta maneira, apesar do alargamento dos números, o método construtivo e

projetal não se alteram, desperdiçando a possibilidade de reverter, em diminuição de custo e elevação da qualidade, às vantagens da escala de produção (BARBOSA e SOMEKH, 2010).

Segundo Bonates (2007), a ausência de uma política de habitação clara e sistemática reverberou na instabilidade das propostas voltadas para o enfrentamento dos problemas da moradia no país. A cada novo mandato presidencial surgiam novas políticas, na mesma medida em que se criavam e se extirpavam programas habitacionais, todos, por sinal, voltados para o atendimento do sonho da casa própria.

No Distrito Federal, a forma como se deu a urbanização, considerando a amplitude social e espacial do processo, seguiu o modelo empregado no Brasil. Mesmo sendo uma cidade planejada, a conjuntura socioespacial não difere tanto, em sua essência, de outras metrópoles, ela constitui-se de um complexo urbano polinucleado⁵, que aos poucos se articula em um tecido urbano contíguo, que compreende o Plano Piloto (o centro da cidade) e os núcleos urbanos em torno dele, (também denominados cidades satélites). Várias são as características históricas que arquitetam tal processo, mas todos direcionam para a segregação de grande parte da população.

É importante esclarecer o ponto inicial para compreender a formação metropolitana de Brasília, que remonta um conjunto de esforços que, desde a década de 1960, procuram aborda-la pelo ângulo da interação entre o projeto executado de criação da nova capital e seus impactos regionais. Em 1966, foi criado o Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (FUNDEFE), o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGERB), aprovado em 1975, e a criação, nos anos oitenta, da Associação de Municípios Adjacentes a Brasília (AMAB). O que predominou nesses programas foi a preocupação com sua expansão urbana, que já apontavam para a necessidade de uma reflexão mais abrangente sobre Brasília, em específico sobre sua função administrativa nacional, e conseqüentemente seus

⁵ Para o geógrafo Aldo Paviani, o polinucleamento se dá com centralização de funções econômicas, das oportunidades de trabalho e desconcentração da atividade residencial, o que resulta em desemprego estrutural nos núcleos periféricos.

impactos na região de entorno. Antes de ser instituída oficialmente como Ride – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno⁶, em 1998, esta área já vinha sendo objeto de planos e programas que procuravam assumi-la e problematiza-la de fato como um aglomerado urbano. (SCHVASBERG, 2010)

Em se tratando do Entorno do Distrito Federal, enquanto objeto de investigação científica, compreendo que o recorte temporal da cidade de Águas Lindas de Goiás permite constatar que no decorrer dos anos esta cidade foi passando por sucessivas mudanças. Isso aparece, principalmente, no que diz respeito à ocupação dos espaços que em sua maioria se constituíam de fazendas improdutivas e que gradativamente foram sendo loteadas e cujos lotes foram vendidos para imigrantes oriundos, em sua maioria do Distrito Federal. Deste modo, o processo de urbanização dessa cidade segue uma lógica ou mobilidade pendular⁷ e suas características envolvem precárias condições de assentamentos e de vida de sua população.

De acordo com Plano Distrital de Habitação (GDF, 2012), o déficit habitacional em Águas Lindas de Goiás era de 2.664 unidades e até o final de 2012, 856 unidades já tinham sido construídas⁸ pelo Programa *Minha Casa, Minha Vida*⁹.

⁶ A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride/DF) é uma região integrada de desenvolvimento econômico, criada pela Lei Complementar n.º 94, de 19 de fevereiro de 1998, e regulamentada pelo Decreto n.º 7.469, de 04 de maio de 2011, para efeitos de articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás, Minas Gerais e do Distrito Federal. Área de abrangência: Distrito Federal; Municípios de Goiás; Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa e Municípios de Minas Gerais; Buritis, Cabeceira Grande e Unai. Disponível em: <http://www.sudeco.gov.br/municipios-ride>, acesso abril de 2013. (Vide Anexo 4: Mapa RIDE)

⁷ A expressão “movimentos pendulares” é habitualmente utilizada para designar os movimentos quotidianos das populações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo. A abordagem dos movimentos pendulares vem adquirindo maior importância, acompanhando o crescimento significativo que se observa no peso desses fluxos, que desempenham um papel relevante na configuração das aglomerações urbanas contemporâneas. (Relatório de Atividades 4: Movimento Pendular da população na Região Sul- Observatório das Metrôpoles). http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/pendular_sul.pdf, acesso em maio de 2013.

⁸ Notícias recentes revelam que: “*Problemas fazem Minha Casa, Minha Vida ser suspenso em municípios de GO*”. A interrupção se deu por conta de problemas no fornecimento de água nas habitações entregues e nas construções em andamento nas cidades de Águas Lindas, Novo Gama, Valparaíso, Cidade Ocidental e Luziânia. O Ministério das Cidades suspendeu novas contratações de financiamentos imobiliários dentro do programa habitacional *Minha Casa, Minha Vida*, nos municípios goianos Dessa forma, as prefeituras, o governo de Goiás e empreiteiras ficam impedidas de negociar com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal empréstimos para construir novos

A previsão do governo federal é zerar esse déficit até 2014. Essas dimensões de precariedade e necessidades de desenvolvimento econômico e social permitem pensar a habitação e o que envolve a aquisição da moradia.

Villaça (1986) aponta que no plano ideológico, a classe dominante iniciou a produção e difusão de ideias visando firmar a crença de que só a casa própria dava segurança econômica e social, representando uma espécie de seguro face as incertezas do futuro. Recentemente essas ideias passaram a ser chamadas de “ideologia da casa própria”.

Estudos têm mostrado o papel da moradia na construção de representações sociais ligadas a núcleos de significado (PELUSO, 2011). Assim, a casa própria seria um caminho de construção da identidade dos moradores. Por outro lado, de acordo com Monteiro (1995), pode-se verificar como as pessoas compreendem a estrutura social da cidade, como relacionam estas ideias e imagens de si mesmas a conceitos como identidade; e por fim, suas atitudes e comportamentos frente a esses lugares. Nesse cenário apresentou-se como investigação central a realização do estudo das políticas habitacionais implantadas através do Programa Minha Casa Minha Vida em Águas Lindas de Goiás, identificando na perspectiva da subjetividade e das representações sociais, a identidade das famílias contempladas pelo referido programa.

Nesta perspectiva os alvos específicos dessa pesquisa buscaram verificar o nível de satisfação; analisar as representações sociais e constatar como é a produção das subjetividades e identidades produzida pelas famílias moradoras no *Condomínio Doce Lar*.

A discussão, portanto, assinala o papel das políticas de habitação ocorridas no Brasil, com particular interesse no município goiano de Águas Lindas de Goiás, que faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

empreendimentos nessas cidades. A assessoria de imprensa da pasta informou que os contratos em vigência serão mantidos. Disponível em <http://www.jornaldebrasil.com.br/site/noticia.php?suspensao-do-minha-casa-minha-vida-tem-efeito-devastador&id=458440>, acesso em maio de 2013.

⁹ Em 2009, foi instituído o Programa Minha Casa Minha Vida em Águas Lindas de Goiás.

(Ride). Desse modo, procuro responder a questões guias dos capítulos desenvolvidos, sendo as três primeiras, mais gerais, que orientam uma contextualização histórica e aproximam-se do objeto; e por fim, a quarta questão que trata do foco da pesquisa. São elas:

- a) Como se relacionam as políticas habitacionais, a organização espacial e condições de moradia em cidades brasileiras?
- b) Qual o papel das políticas habitacionais na organização espacial e condições de moradia na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno?
- c) Em que medida o Programa *Minha Casa, Minha Vida* afeta a organização espacial e condições de moradia na cidade de Águas Lindas de Goiás?
- d) Qual o papel da casa própria na identidade dos moradores na cidade de Águas Lindas de Goiás?

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o Programa Minha Casa Minha Vida em Águas Lindas de Goiás, buscando identificar o papel da casa própria na formação de identidades dos contemplados. Os objetivos específicos são: 1) verificar o nível de satisfação das famílias contempladas pelo Programa Minha Casa Minha Vida; 2) analisar a representação social dessas famílias e 3) verificar como é a produção da subjetividade/ identidade gerada pelas famílias moradoras do *Condomínio Doce Lar* na Cidade de Águas Lindas de Goiás. Em complemento às questões de pesquisa, a hipótese central deste estudo é: “a aquisição da casa própria favorece a construção e o fortalecimento de uma identidade cidadã e de um *ethos* que propiciam a passagem do residente da categoria de morador para a de proprietário”.

Dessa forma, acredita-se que um processo essencial para que alguém se sinta identificado ou pertencente a um entorno é o que se entende por apropriação. Na apropriação, o sujeito interage dialeticamente com o entorno, o que resulta numa transformação mútua. Tem-se como princípio que o pensamento dos moradores a respeito de sua casa não deixa de ser, como as representações sociais, uma

realidade mental. Ao mesmo tempo, a casa é uma realidade concreta, material e social, localizada, monetarizada e fetichizada¹⁰.

É nessa encruzilhada em que um objeto tanto é uma realidade mental como uma realidade social e espacial que forma o ambiente propício para que os moradores elaborem suas representações sociais (PELUSO, 1998). Sendo assim, para responder as questões de pesquisa, de forma estruturada e consistente, foram seguidos os passos metodológicos descritos a seguir:

1.2 Aspectos metodológicos

Essa pesquisa trata dos aspectos da dinâmica de urbanização ocorridos no Brasil, através das políticas habitacionais e o impacto que o ambiente construído gera na produção das identidades e subjetividades dos moradores contemplados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, no *Condomínio Doce Lar* em Águas Lindas de Goiás, com abordagem que parte do contexto nacional e se aproxima progressivamente ao local.

Diante do citado, esta dissertação investiga o objeto de estudo em questão, fundamentado - se na epistemologia qualitativa. Para tanto, referendamo-nos em Rey (2002, p. 127), ao propor “a epistemologia qualitativa como forma de satisfação às exigências epistemológicas inerentes ao estudo da subjetividade como parte constitutiva do indivíduo e das diferentes formas de organização social”.

A pesquisa qualitativa proposta por González Rey tem como objetivo o estudo do momento subjetivo dos diferentes processos e formas de organização subjetiva associados com a moradia. Dessa forma, a subjetividade apresenta-se como definição ontológica de uma representação histórico-cultural da psique, por meio da qual são superadas as dicotomias e fragmentações que, de forma histórica, têm orientado o tratamento dos aspectos psíquicos do cidadão inserido no meio urbano.

¹⁰ Fetichismo da mercadoria é o modo pelo qual Karl Marx denominou o fenômeno social e psicológico onde as mercadorias aparentam ter uma vontade independente de seus produtores. Em *O Capital* (volume 1), Marx explica o fetichismo da mercadoria: “... as produções do cérebro humano aparecem como seres independentes dotados de vida, e entrando em relações tanto entre si quanto com a espécie humana”

Conforme o recorte e com intuito de responder a primeira questão de pesquisa, que trata da relação entre políticas habitacionais, organização espacial e condições de moradia em cidades brasileiras foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais. A análise teve como base estudos já realizados, relatórios, planos, programas e projetos governamentais e de gestão.

A segunda questão de pesquisa, que trata do papel das políticas habitacionais na organização espacial e condições de moradia na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, foi respondida com base em pesquisas bibliográficas e documentais. Foram considerados estudos antecedentes, relatórios, planos e programas, além de projetos governamentais de gestão territorial e dados secundários.

Já a para a terceira questão de pesquisa, que busca compreender em que medida o Programa *Minha Casa, Minha Vida* afeta a organização espacial e condições de moradia na cidade de Águas Lindas de Goiás, foi indispensável consultar os estudos já realizados na cidade sobre o tema em questão, sejam elas dissertações ou relatórios.

Por fim, a quarta questão, que se refere ao papel da casa própria na identidade dos moradores do *Condomínio Doce Lar* na cidade de Águas Lindas de Goiás, foi respondida por meio de visitas etnográficas e entrevistas.

Esse estudo está arquitetado em cinco capítulos: o primeiro apresenta-se dividido em referencial teórico e bases analíticas. No referencial teórico, há a abordagem de temas vinculados às seguintes dimensões: habitabilidade, qualidade do ambiente construído, qualidade de vida, condições de moradia, reprodução social, identidade e subjetividade. No segundo capítulo tem-se a caracterização e análise de três períodos¹¹ do processo de desenvolvimento urbano e habitacional do país (fases desenvolvimentista, neoliberal e pós-neoliberal) que tem o intuito de

¹¹ Vale ressaltar que as fases adotadas, nessa pesquisa, servem como recurso didático. Os períodos não são austeros, eles se inter-relacionam e se suplementam. Os mesmos tratam de aspectos da dinâmica social e da política habitacional, ocorridas no Brasil, e estão divididos da seguinte forma: fases desenvolvimentista e neoliberal compreendidas entre 1960 e 2002 e a fase pós neoliberal compreendida entre 2003 e 2011.

esclarecer a ideologia presente no discurso da casa própria, relacionados à escala Brasil. O terceiro capítulo refere-se à escala da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal, tendo a mesma caracterização e análise dos três períodos já mencionados no capítulo anterior. O capítulo quatro apresenta a dinâmica social e as políticas habitacionais em Águas Lindas de Goiás. Já o quinto capítulo discute o papel da casa própria e a identidade em contemplados pelo Programa Minha Casa Minha Vida no município goiano de Águas Lindas de Goiás. Por fim, são apresentadas as Considerações Finais e as Referências Bibliográficas que deram suporte a essa investigação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Habitabilidade

A cidade é habitável quando nela se usufrui de qualidade de vida urbana para satisfação plena, física, mental, social e económica dos seus moradores, utilizadores e visitantes, enfim uma cidade como uma grande casa acolhedora. (ARNAU, Joaquin , 1904, p. 2)

A habitabilidade, além de tratar da construção da unidade habitacional, o termo abrange, de maneira multidisciplinar, as áreas de conhecimento com interfaces no coletivo e privado, espaço físico e dimensão psicológica, social e cultural do morador. É um conceito complexo, pois extrapola a segmentação única de ideal da simples construção da moradia. O objetivo da habitação adequada é suprir o direito essencial de moradia, de maneira que se possa viver dignamente tendo em vista os aspectos físicos, psicológicos, econômicos e sociais. No entanto, a moradia digna está intrinsecamente ligada à segurança, acessibilidade, infraestrutura básica (água, energia e saneamento) e à disponibilidade de uso de serviços públicos (saúde, educação, transporte coletivo, coleta de lixo).

Segundo a Agenda Habitat Declaração de Istambul, a habitação adequada é aquela na qual é perceptível se tratar de uma habitação sadia e segura, composta por serviços básicos e que proporcione ao morador a sensação de bem-estar e proteção. De acordo com o parágrafo 43, habitação significa:

- Mais do que um telhado sobre a cabeça, a habitação adequada significa privacidade, espaço adequado, acesso físico, adequada segurança - incluindo a garantia de posse -, durabilidade e estabilidade da estrutura física, adequada iluminação, aquecimento e ventilação;
- Adequada infraestrutura básica, fornecimento de água, saneamento e tratamento de resíduos, apropriada qualidade ambiental e de saúde, adequada localização com relação ao trabalho e serviços básicos;
- E que esses componentes tenham um custo acessível para todos. (SAULE, 2005, p. 13)

Portanto, o déficit habitacional, a partir de tais proposições, pode ser compreendido de maneira imediata e intuitiva como necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação, segundo a Fundação João Pinheiro – FJP (2009). Desta maneira, o déficit está

relacionado à necessidade de construção de moradias para minimizar o problema social de habitação, promovendo condições de habitabilidade.

A questão da inadequação de moradia compreende o perímetro urbano e diz respeito a problemas referentes à falta de qualidade dos espaços, que não proporcionam condições desejáveis de bem-estar e salubridade, de modo que os programas federais são fundamentais para as políticas complementares relacionadas a construção de moradias que proporcionem a melhoria das habitações existentes, sendo uma alternativa para a oferta de condições de habitabilidade em seus espaços de moradia à população afetada.

Para Almeida (2001), a habitabilidade, quando efetiva, depende de um conjunto de qualidades com características fundamentais para habitação. Os fenômenos existenciais ocorrem no processo de habitar, observando os seguintes aspectos comportamentais: territorialidade, privacidade, identidade e ambiência, de maneira que a dimensão fenomenológica interfere na habitabilidade e foca no modo como a unidade é vivenciada.

Para Oliveira *et al* (2009), o termo “necessidade habitacional” é utilizado como um conceito social e está baseado em normas específicas adotadas em vários países. Refere-se, também, à realidade da população que não tem condições financeiras para adquirir ou mudarem-se para uma residência nova do mercado formal de habitação, assim residem em domicílios inadequados, adensados e sem infraestrutura.

Segundo Almeida (1995), a falta de habitabilidade é revelada por elementos ausentes, danificados ou inadequados que compõem o espaço habitado, ou quando se pode observar algum aspecto prejudicado, que afete de maneira negativa a experiência de habitar. Com isto, para a autora, entende-se por habitabilidade a qualidade essencial composta por diversas características do edifício e do seu entorno imediato. No entanto, surge o paradigma que desgasta tal terminologia, que é a economia versus perda de qualidade tecnológica e urbanística.

2.2 Qualidade do ambiente construído e condições de moradia

O direito à moradia significa garantir a todos um lugar onde se abriguem de modo permanente, pois, a etimologia do verbo morar, do latim "morari", significa demorar, ficar. O conteúdo do direito à moradia não significa, tão somente, a faculdade de ocupar uma habitação. É imprescindível que essa habitação tenha dimensões adequadas, em condições de higiene e conforto, a fim de atender ao disposto na Constituição Federal, que prevê a dignidade humana como princípio fundamental, assim como o direito à intimidade e à privacidade, e que a casa é um asilo inviolável. Não sendo assim, esse direito à moradia seria um direito empobrecido, pois, considerar como habitação um local que não tenha adequação e dignidade para abrigar um ser humano, é mortificar a norma constitucional" (CANUTO; VLACH, 2005)

Desde os primórdios da civilização o homem reorganiza o ecossistema natural; mediante uma intervenção consciente, "mede", "controla" e usa o espaço e o tempo, estabelecendo valores às dimensões que percebe segundo padrões culturais determinados pelo seu grupo social e obedecendo as três exigências básicas: disponibilidade de alimentos, exigências de segurança diante da possível agressão de outros indivíduos ou de forças da natureza, e exigências físicas e químicas que possibilitam sua sobrevivência através da adaptação da sua constituição orgânica ao meio envolvente.

É nesta perspectiva que Milton Santos (1997) se refere ao lugar, dizendo que no lugar, nosso próximo, se superpõe, dialeticamente ao eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo.

Em sua busca por um hábitat mais confortável e seguro, o homem procurou modificá-lo para atender às suas necessidades fisiológicas e às diversas realidades geográficas e culturais. A um só tempo, adaptou o ambiente às suas necessidades e adaptou-se ao ambiente segundo quatro diferentes instâncias ou níveis de abrangência: o ambiente humano, o ambiente externo, o abrigo e o conforto ambiental. (RHEINGANTZ, 2001)

O ambiente construído não se restringe apenas as relações entre suas medidas e seus materiais – é entendido como uma organização social complexa regida pela incerteza e pela possibilidade, constituído pelo conjunto das relações

que se estabelecem entre suas partes. O ambiente não vale por si próprio, seu valor ou significado surge em função das relações que estabelece com o entorno e com seus habitantes. Para Peluso (1997, p.112)¹² é importante ressaltar que o conjunto simbólico formado pela “casa própria e seu significado na vida de cada um” faz com que a materialidade do habitar transcenda o objeto “casa própria e se projete sobre relações sociais mais amplas, corporificando-as e naturalizando-as”.

Para Rheingantz (2001), um organismo social adquire dupla identidade, ou seja, uma identidade própria e uma identidade comum ou “cidadania sistêmica”, na medida em que interage com seus usuários e com o ambiente onde está inserido. Esta dupla identidade foi evidenciada ao reconhecer que o inconsciente coletivo dos ocupantes de um edifício incorpora a *persona* e a *anima*: o ‘clima’ de satisfação com os edifícios e com a cidade é perceptível e, a exemplo das relações de afeto e amor, justifica a aceitação de defeitos e inconvenientes; a aparência do edifício ou do lugar intensifica “inconscientemente a importância do eu” (JUNG, 1984, p. 83). Além do inconsciente coletivo, o inconsciente pessoal de Jung também está presente na interação homem ⇔ ambiente.

No que tange aos conteúdos da consciência, Peluso (1997) infere que não são conteúdos individuais, mas resultados das práticas coletivas e das relações sociais que se materializam na fala. E as representações sociais¹³ são abordadas como um conceito coletivo, supra-individual, o discurso de cada indivíduo de ser visto como originado nas regras e nos papéis de natureza coletiva. (PELUSO 1997 apud SPINK, 1993).

Se o ambiente construído e seus ocupantes compõem uma organização social integrada, configurada por uma rede de relações complexas que se

¹² Nesse trabalho a autora apresentou alguns aspectos das representações sociais dos sujeitos – moradores na cidade satélite de Samambaia, mostrando que os problemas habitacionais não são apenas questões objetivas, mas também envolvem uma contrapartida na consciência dos indivíduos e que se expressam em representações de si mesmos e do Outro, do morar, dos sem-teto e da ação governamental na área da moradia.

¹³ O conceito de representação social foi desenvolvida por Moscovici. Para o autor, o pensamento do indivíduo e a consciência de si e dos outros são articuladas em conjuntos inteligíveis entendidos como representações sociais.

fundamentam em determinados princípios ou padrões de organização, então qualidade de vida e conforto ambiental pode ser definida como a experiência produzida no processo de interação. Uma experiência que não é objetiva, conforme preconiza a racionalidade científica subjacente à produção do ambiente construído, que por sua vez, não é um contexto absoluto. Ele é criado no próprio processo de viver e de conhecer, e é condicionado cultural e historicamente: “todo conhecimento significativo é conhecimento contextual, e grande parte dele é tácita e vivencial” (CAPRA, 1997 apud RHEINGANTZ, 2001, p.14)¹⁴. Daí a dificuldade de compartilhar uma experiência (e não a sua simples descrição) envolvendo qualidade de vida e conforto ambiental nos centros urbanos.

Moradia digna e posse da terra regularizada são “direitos humanos” fundamentais porque representam condições mínimas para o respeito à vida, à liberdade e à dignidade, protegendo necessidades indispensáveis à realização da condição de humanidade de todas as pessoas, independentemente de suas diferenças.

Vale destacar que a carência de linhas de financiamento à habitação popular gerou a busca de diferentes alternativas ao provimento de moradia à população de baixa renda, mas, sobretudo, ocasionou um processo acentuado de exclusão de um contingente cada vez maior dessa população. Exclusão existente no plano sócioeconômico, de forma mais abrangente, e, no foco específico de análise, exclusão do tecido urbano estruturado e equipado; exclusão do morar em condições mínimas de habitabilidade, saneamento, infra-estrutura, acesso a equipamentos e serviços urbanos.

A avaliação das condições de moradia reporta-se a aspectos que se referem à qualidade de vida de um indivíduo ou de toda uma comunidade. Envolve, por um lado, as chamadas condições do domicílio – padrão construtivo, abastecimento d’água, instalações sanitárias – e, por outro, a disponibilidade de sistema viário, acesso a equipamentos de consumo coletivo (de educação, saúde,

¹⁴ Capra destaca que a percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos: ela vê o universo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes.

lazer, etc.) – elementos físicos que conferem atributos de qualificação ao espaço urbano em que vivem essas pessoas (SCUSSEL, 1996).

2.3 Qualidade de vida

Leff (2000), diz que a qualidade de vida está relacionada com a qualidade do ambiente e depende dele para se chegar a um desenvolvimento equilibrado e sustentável, através da conservação do potencial produtivo dos ecossistemas, da valorização e preservação dos recursos naturais e da sustentabilidade ecológica do habitat. A qualidade de vida, também, estaria associada com as formas de identidade, cooperação, solidariedade, participação e realização. Ainda, segundo o autor, o conceito de qualidade de vida, estaria mobilizando a sociedade, para promover novos direitos dos trabalhadores e da cidadania em geral, em torno da saúde reprodutiva e de uma vida sadia e produtiva da população.

De acordo com Santos e Martins (2002), historicamente, o conceito de qualidade de vida surge nos anos de 1960. Período em que prevalecia uma corrente essencialmente economicista que analisava o crescimento econômico das sociedades através da evolução do seu Produto Interno Bruto (PIB). Essa medida, satisfazia ao montante de bens e serviços gerados e, sendo assim, um indicador de riqueza produzida e distribuída, traduzia de forma global o crescimento verificado, mas não considerava diversos aspectos fundamentais que permitissem analisar o desenvolvimento de uma sociedade.

A qualidade de vida, a qualidade ambiental urbana e a moradia são temáticas importantes que ganharam cada vez mais espaço nas discussões acadêmicas, políticas e sociais, principalmente quando relacionadas a conceitos como desenvolvimento sustentável e sustentabilidade urbana. Em várias correntes de pensamento científico, a cidade tem sido pensada e descrita como um ambiente morto, muitas vezes considerada como espaços não naturais, estranhos, e mesmo opostos e inimigos da natureza. Em sua forma mais extrema, essa ideia é vista na perspectiva mais radical dos ecologistas da chamada deep ecology. (DEVALL apud TORRES, 2001).

Inserida na discussão sobre a cidade e sua relação com a natureza pode estar a discussão sobre a qualidade de vida das pessoas que nela habitam e também sobre o ambiente no qual elas habitam. Assim, a qualidade de vida vem sendo discutida sob muitas facetas, a ambiental, a econômico, a sócio cultural, a educacional, dentre outras, tendo todas elas uma considerável participação em seu conceito.

A relação entre meio ambiente urbano e qualidade de vida é pensada levando-se em conta aspectos estreitamente relacionados a uma abordagem intersetorial da questão (JACOBI, 2000), que se expressa ao analisarmos as relações entre as práticas do cotidiano vinculadas ao bairro e ao domicílio, o acesso a serviços, as condições de habitabilidade da moradia e as formas de interação e participação da população (McGRANAHA, 1993 apud JACOBI, 2000).

Na concepção de Frank (2000), a qualidade de vida é um conceito central da problemática ambiental e do desenvolvimento sustentável, pois representa muito mais que um nível de vida privada, exigindo, entre outros aspectos, a disponibilidade total de infra-estrutura social e pública para atuar em benefício do bem comum e para manter o ambiente sem deterioração e contaminação, expressando que quanto melhor a habitabilidade e, com ela, a qualidade de vida, melhor é a qualidade ambiental urbana.

Considerando os pensamentos acima expostos que subsidiam o conceito de lugar, discutem as dimensões do ambiente construído que fundamentam princípios da qualidade de vida e conforto ambiental, é importante, a partir daqui, nos entranharmos no significado dos processos espaciais e processos mentais, como lugaridade, além de toda a simbologia que envolve “a casa”.

2.4 Reprodução social

Para articular os processos espaciais e processos mentais, partirei do espaço geográfico, que SANTOS considera como:

“um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (a sociedade) não é independente da forma (os conteúdos geográficos) e

cada forma encerra uma fração de conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isso: um conjunto de formas, contendo cada qual frações da sociedade em movimento” (SANTOS, 1994, p. 26-27).

Para Milton Santos, a *lugaridade*¹⁵, emerge entre interesses e trocas ou entre crenças e sentidos e permite perceber que tecnosfera e psicosfera, mobilizam correntes de informação que impregnam os objetos e as ações, em constante metamorfose, convertendo os fixos do mundo produzido nos fluxos do mundo vivido. A lugaridade para este autor apresenta-se como uma categoria epistemológica responsável pela possibilidade de ver a cidade que, por sua vez, permite distinguir o local e o lugar, de modo que para Milton Santos o primeiro conceito atua como referência da paisagem, e o segundo é o polo cognitivo onde se pode apreender sobre os usos e sentidos e através dos quais é possível construir uma arqueologia da cidade, deste modo podemos migrar da constatação sociológica para a dimensão comunicativa que assinala sua história.

Deste modo podemos pensar “a casa”, que pode ser vista como força de integração para os pensamentos, as lembranças os sonhos, afastando contingências. “Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. É corpo e é alma.” (Bachelard, 1993, p.26). No âmbito da casa, no espaço doméstico, estabelecem-se sistemas simbólicos mediadores que permitem vivências sociais mais amplas. “A casa faz declarações tanto públicas quanto pessoais [...]. Ao criar uma casa as pessoas tanto descobrem e criam sua posição social quanto moldam seu mundo interior.” (CALDEIRA, 2000, p.264).

Mais que espaço físico e geográfico, a casa é o lugar do *interjogo* entre social e particular, entre público e privado. Ampliando a idéia de casa e de rua, alçando-as à condição de categorias sociológicas fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira, Da Matta aponta que “acima de tudo [casa e rua são]

¹⁵ Milton Santos nos permite inferir a emergência de uma categoria de análise que apresenta grande plasticidade. FERRARA, Lucrécia D’Alessio: Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica – PUCSP: MESA REDONDA – 2, SOCIEDADES EM REDES, CIDADES GLOBAIS, TECNOLOGIAS - INFORMACIONAIS E A CONSTRUÇÃO DA VIVÊNCIA URBANA CONTEMPORÂNEA 23 de agosto de 2005 | Das 19h às 22h Cidade: Fixos e Fluxos.

entidades morais, esferas da ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados”. (DA MATTA, 1987, p.14).

Tão importante para a vida do ser humano, o espaço da moradia tem-se transformado ao longo do tempo, contribuindo para a produção de diferentes modos de ser e existir no mundo, ao mesmo tempo em que se produz a partir das vicissitudes da própria existência. Essa questão se radicaliza quando se amplia o pensamento e se insere a moradia no ambiente da cidade contemporânea, esse espaço múltiplo e plural, onde, na confluência das muitas forças que ali se manifestam, modos e estilos de vida vão se processando. Simultaneamente produtora e objeto de incessantes mutações que atingem todos os campos da existência humana, a vida nas cidades impõe aos seus habitantes o permanente desafio de um viver cotidiano cada vez mais peculiar. Assim, a cidade se faz espaço e cenário da construção de múltiplas possibilidades e seu estudo remete à reflexão sobre os sujeitos sociais que, em sua heterogeneidade e através de suas vivências individuais e coletivas, vão revelando os modos de vida que, tal como tramas, mantêm-se ali em permanente urdidura.

2.5 Identidade

A identidade está relacionada à personalização das pessoas que usam seus ambientes e os marcam segundo sua individualidade para permitir que os outros possam facilmente identificá-los, mediante o uso de diversos objetos pessoais, segundo Zeisel (2006). Desta maneira, a identidade de lugar é o indicador de uma perspectiva útil a respeito de significados simbólicos, reconhecendo a contribuição do ambiente para a formação da identidade da pessoa.

Segundo Cavalcante (2009), a identidade expressa valores, a visão de mundo e pode ser considerada em dois níveis: o individual e o de grupo, observando que a pessoa pode sentir-se integrada ou não a um grupo, de maneira a comunicar padrões sociais ou culturais. A identidade expressa significados mediante a linguagem pessoal, que permite a comunicação de padrões adquiridos no contexto social.

Nesta perspectiva, pensar o ambiente, o espaço, a casa e são possibilidades de pensar as identidades dos sujeitos alocados em um tempo histórico, em um espaço social, pensar suas trocas simbólicas, suas marcas constituidoras de identidades, de modo a dialogar com proposições de Almeida (2001), que retrata que os elementos arquitetônicos diretamente relacionados são características que definem a aparência externa e interna da unidade, quantidade de espaços, decoração, texturas, acabamentos, disposição do mobiliário e a configuração formal.

Segundo Walter Benjamim,

A história é uma construção de acontecimentos, de momentos vividos e esses acontecimentos necessitam de reconhecimento para tornarem-se história (1990, p. 52)

Os estudos sobre a experiência e sobre o cotidiano encontram-se localizados dentro das transformações da história, pois, segundo Maffesoli (1984), é no cotidiano que se pode assegurar a permanência do social, o conflito entre o individual e o social, o público e o privado, o lugar de combate onde se quebram os preconceitos e inaugura-se um novo tempo, em que os sujeitos excluídos da história tradicional e positivista adquirem vozes. A história encontra nessas vozes e no espaço das relações cotidianas os meios para a sua redefinição.

Os trabalhos¹⁶ de Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Walter Benjamin e os estudos de E.P.Thompson e Stuart Hall contribuíram para ampliar os estudos do cotidiano, das experiências e identidades, da reconstrução de trajetórias de personagens excluídos da história tradicional, bem como das suas falas, gestos, sentimentos e gostos. Contribuíram, ainda, para ampliar o conhecimento acerca da organização desses indivíduos em movimentos sociais, como na “cultura de resistência” em que a luta pela sobrevivência toma feições de atitudes políticas, trazendo a possibilidade de desconstruir identidades individuais.

¹⁶ Os autores em questão fazem parte de uma tendência à radicalização e à superação da perspectiva estruturalista. O pós-estruturalismo instaura uma teoria da desconstrução na análise literária, liberando o texto para uma pluralidade de sentidos. A realidade é considerada como uma construção social e subjetiva. A abordagem é mais aberta no que diz respeito à diversidade de métodos. Em contraste com o estruturalismo, que afirma a independência e superioridade do significante em relação ao significado, os pós-estruturalistas veem o significante e o significado como inseparáveis.

2.6 Subjetividade

Em Psicologia, a subjetividade sempre se apresentou como o que pertencia ao sujeito e, no começo, pela sua orientação individual, foi compreendida como a natureza interna do indivíduo, não ficando clara, porém, sua especificidade ontológica.

A definição ontológica da subjetividade é dada pela produção de uma qualidade nova da psique humana nas condições da cultura, o que faz da subjetividade um momento inseparável do desenvolvimento da humanidade. O subjetivo não é o contrário do objetivo, é uma forma de objetividade, aquela que caracteriza a especificidade qualitativa dos diferentes processos humanos. Toda atividade humana tem um momento subjetivo que não pode ser ignorado, o que até hoje foi profundamente desconhecido em muitos campos da atividade humana.

A definição da categoria sentido subjetivo orienta-se a apresentar o sentido como momento constituinte e constituído da subjetividade, como aspecto definidor desta, enquanto é capaz de integrar formas diferentes de registro (social, biológico, ecológico, semiótico, etc.) numa organização subjetiva que se define pela articulação complexa de emoções, processos simbólicos e significados, que toma formas variáveis e que é suscetível de aparecer em cada momento com uma determinada forma de organização dominante. (VYGOTSKY, 1984)

O sentido subjetivo é a forma pela qual a multiplicidade de elementos presentes na subjetividade social, assim como todas as condições objetivas de vida do mundo social, se organizam numa dimensão emocional e simbólica, possibilitando ao homem e a seus distintos espaços sociais novas práticas que, em seus desdobramentos e nos processos emergentes que vão se produzindo nesse caminho, constituem o desenvolvimento humano em todos os seus aspectos, dentro dos novos contextos de organização social que, por sua vez, participam da definição desses processos e se transformam no curso dos mesmos.

É importante registrar também que a noção de subjetividade implica na ideia de corporeidade. Segundo a orientação fenomenológica (MERLEAU-

PONTY,1994), o sujeito é um corpo que habita o espaço e o tempo. Assim, o conceito de corporeidade amplia o de corpo, ao incluir a mediação espaço-temporal imbricada com sua constituição e expressão como subjetividade.

De acordo com essa perspectiva, a corporeidade deve ser entendida como forma de mediação entre dois mundos: subjetivo-objetivo, eu-outro, indivíduosociedade. A ênfase repousa na investigação das transformações promovidas no espaço por corpossujeito, que resultam em formas de moradia, privadas ou públicas.

É importante considerar que as vivências de instabilidade no corpo e no espaço, experimentadas pelos sujeitos, que enfrentam, a todo momento, riscos que dificultam a manutenção de uma ilusão de estabilidade. Desta forma, a vivência cotidiana de situações que ameaçam a sobrevivência dos indivíduos que residem em locais de vulnerabilidade social, permite visualizar dimensões do investimento afetivo e social em espaços de continência psicossocial – como as diversas formas de moradia, e suas representações.

Nesse contexto, a questão do enraizamento/ desenraizamento revela-se fundamental para o entendimento de formas de subjetividade e da relação dos sujeitos com o espaço. Toma-se por base a definição de enraizamento, proposta por Weil (1979, p.317), segundo a qual “todo homem tem uma raiz pela sua participação numa coletividade que conserva vivos alguns tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro”.

Agora, de acordo com um melhor entendimento do conceito subjetividade, a partir da guia fenomenológica, de que o sujeito é um corpo que habita o espaço e o tempo, é necessário considerarmos o papel das políticas habitacionais na organização espacial e as condições de moradia em cidades brasileiras e de que forma essas dimensões implicam na identidade dos indivíduos.

3. DINÂMICA SOCIAL E POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL

O presente estudo analisa os efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida em Águas Lindas de Goiás, identificando o nível de satisfação dos contemplados. A dinâmica em estudo remete a origens históricas do processo de urbanização. O entendimento dos processos que geram essas tensões está vinculado à identificação e análise dos modelos econômicos e políticos e às implicações no desenvolvimento urbano do país.

Este capítulo responde a primeira questão de pesquisa que trata da relação entre políticas habitacionais, organização espacial e condições de moradia em cidades brasileiras. Dar-se-á início a partir de uma breve abordagem histórica do contexto socioeconômico, dos variados programas de política econômica e de seus efeitos na questão habitacional, em particular os que ocorreram durante as fases desenvolvimentista e neoliberal e, mais recentemente, pós – neoliberal.

3.1 Dinâmica social e políticas habitacionais no Brasil nas Fases Desenvolvimentista e Neoliberal (1960-2002)

3.1.1 Aspectos socioeconômicos e dinâmica da urbanização no Brasil (1960 – 2002)

Com as mudanças estruturais na economia mundial ocasionadas pela crise dos anos 1930, a economia brasileira entrou em uma fase de alteração de sua dinâmica. Se antes ela era basicamente uma economia agrário-exportadora, a partir dali ela se movia na direção de incorporar os instrumentos e organizações da indústria. Essa passagem não é um episódio simples e rápido, mas sim um em que surgem diversos conflitos que transparecem claramente na superestrutura como uma coleção de “ismos” em disputa pela hegemonia no campo das ideias.

Em primeiro lugar, o desenvolvimentismo foi a denominação atribuída à estratégia nacional empregada pelos países que começaram a sua industrialização nos anos 1930 ou no final da II Guerra Mundial, já que possuía um viés nacionalista que aspirava a construção do Estado nacional (BRESSER-PEREIRA, 2007). Este modelo, vigente no Brasil de 1930 a 1980 foi caracterizado: (1) pelo ativo papel do

Estado na promoção do crescimento por meio da rápida industrialização; (2) pela participação do Estado na produção através da criação de empresas públicas; (3) pela participação do empresariado nacional privado e das empresas transnacionais de modo que juntamente com o Estado constituíram um “tripé” (CASTRO; CARVALHO, 2003). Inúmeras mudanças ocorreram no Brasil, na década de 1930, a ascensão da burguesia ao poder, de modo que as políticas passaram a ser direcionadas para o campo industrial, pois, a política econômica nacionalista, compreendida entre as décadas de 1930 e 1940¹⁷ demonstrou o enfraquecimento da oligarquia rural, predominantemente cafeeira, durante a Grande Depressão¹⁸ e o surgimento de grupos sociais urbanos, classe média e operários industriais, proporcionando através disso, uma crescente intervenção do Estado na economia.

A planificação do desenvolvimento no Brasil, atendendo às diretrizes keynesianas, teve início depois da Segunda Guerra Mundial, por meio de um processo de cooperação com os Estados Unidos para elaboração do Plano SALTE¹⁹, concluído em 1947. No entanto, a mais antiga agência governamental brasileira com preocupação regional era o DNOCS – Departamento Nacional de Obras contras às Secas, criado como inspetoria, em 1909, e rebatizado de Departamento em 1945. A nova Constituição Federal de 1946 também já destinava 3% da renda tributária federal para desenvolvimento da Amazônia e igual montante para o Nordeste, e apontava a elaboração de um Plano para o Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica de rio São Francisco²⁰, o que redundou na criação de Comissão

¹⁷ A política Econômica Cafeeira (1930-1945) foi marcada pelo enfraquecimento da oligarquia rural. Essa política também ficou conhecida como Era Vargas. O governo do presidente Getúlio Vargas esteve dividido em três períodos: Governo Provisório (1930 – 1934); Governo Constitucional (1934 – 1937) e Estado Novo (1937 -1945).

¹⁸ Também conhecida como Crise de 1929, teve início no final dos anos 1920 e persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial.. Este período de depressão econômica causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como quedas drásticas na produção industrial, preços de ações, e em praticamente todo indicador de atividade econômica, em diversos países no mundo.

¹⁹ O Plano SALTE (iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) foi um plano econômico lançado pelo governo brasileiro de Eurico Gaspar Dutra. O objetivo do SALTE era estimular e melhorar o desenvolvimento de setores de saúde, alimentação, transporte e energia por todo o Brasil, assim ajudando e melhorando as condições de vida da população brasileira, que mais tarde agradeceu pelo conveniente. (eis as siglas que deram origem ao plano). Disponível em <http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/plano-salte/>, acesso em março de 2013.

²⁰ A bacia do rio São Francisco é uma das doze regiões hidrográficas do território brasileiro. O rio São Francisco, o Velho Chico, percorre 2.830 km no território brasileiro. A região abrange terras de

do Vale do São Francisco, em 1948, antecessora da CHESF²¹ e da CODEFASV²². Em 1951, no governo do presidente Vargas, a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos concluiu pela criação do BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (SENRA, 2009)

A primeira leva de políticas de desenvolvimento regional ocorreu a partir da década de 1930 e se intensificou no período entre a Segunda Guerra Mundial e os anos 1970. Essas políticas se apoiaram na teoria desenvolvimentista de Keynes²³ (1936), que defendeu o investimento público como forma de ampliar a demanda nos períodos de desaquecimento da economia e, assim, garantir o equilíbrio do sistema capitalista e os níveis de emprego. Essa teoria foi elaborada logo após o colapso do modelo econômico liberal do início do Século XX que degradou as condições sociais dos principais países ocidentais e obrigou a uma revisão do papel do Estado.

No período do governo Juscelino Kubitschek - JK, em 1956, foi elaborado o primeiro Plano de Metas para o Desenvolvimento Nacional, baseado em estudos realizados pelo BNDE, em cooperação com a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. O plano incluía a construção de Brasília, a nova capital no

521 municípios, distribuídos em sete Unidades da Federação: Minas Gerais, Distrito Federal, Goiás, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Bacia_do_rio_S%C3%A3o_Francisco, acesso em abril de 2013.

²¹ Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) é uma empresa do Governo Federal ligada ao Sistema Eletrobrás, representa a maior rede de geração e transmissão de energia elétrica em alta tensão do País e, ao mesmo tempo, um antigo sonho de muitos brasileiros. A Companhia começou a funcionar em meados do século XX, e a sua força vem, fundamentalmente, das águas do rio São Francisco, o grande rio perene que cruza o interior de Minas Gerais e passa por quatro Estados do Nordeste do Brasil: Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Ele possui uma extensão de 3.200 km e sua bacia compreende uma área de 490.770 km². Disponível em http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=197&Itemid=182, acesso em abril de 2013.

²² A história da Codevasf está associada à importância do rio São Francisco no âmbito do crescimento social e econômico brasileiro. Os constituintes de 1946, reconhecendo a importância do rio para o desenvolvimento integrado, inseriram no Ato das Disposições Transitórias o artigo 29, que determinou a execução de um plano de aproveitamento das possibilidades econômicas da bacia hidrográfica, num prazo de 20 anos destinando-se quantia anual não inferior a 1% da renda tributária da União.

²³ Keynes, Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda, 1936. A escola Keynesiana é uma teoria econômica consolidada pelo economista John Maynard Keynes e consiste numa organização político-econômica oposta às concepções neoliberalistas, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, como o objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimentismo>, acesso em jan de 2013.

interior do país, marco histórico de alterações significativas na ocupação e no desenvolvimento do território nacional (BRASIL, 2007).

Também em 1956, para responder a questão nordestina, no bojo do espírito progressista de JK, foi criado o GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, que veio a dar origem a SUDENE, em 1959. Em 1972, durante a ditadura militar, foi formulado o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, no período conhecido como milagre brasileiro²⁴, de grande crescimento econômico, onde se destacavam grandes projetos de integração nacional, industrialização e expansão das fronteiras de desenvolvimento. Em 1975, ainda sob orientação do governo de exceção, foi elaborado o II PND – Plano de Desenvolvimento²⁵ que promoveu grandes instrumentos na área energética. Nesse período teve expressão o planejamento centralizado pelo Governo Federal, que utilizava um forte aparato estatal.

Para Diniz (2001), a construção de Brasília teve o maior impacto na integração econômica do território, especialmente devido sua posição estratégica em relação ao sistema de transporte rodoviário, o que tornou possível a incorporação produtiva dos cerrados.

O Brasil passou por vários governos com programas desenvolvimentistas. Em geral todos esses governos realizaram investimentos no desenvolvimento do país de forma constante, programados pelo Orçamento Geral da União, e no governo de Juscelino Kubitschek, o Programa de Metas teve grande impacto na ocupação do território. Mesmo tendo concentrado investimentos da Região Centro-Sul, implantou um sistema rodoviário que promoveu maior integração do País e lançou vias de exploração e crescimento na direção Oeste, Norte e Nordeste. A

²⁴ No governo do presidente Médici foi implantado no Brasil uma medida de crescimento econômico, o principal idealizador dessa medida foi o ministro da fazenda, que atuava desde o governo Costa e Silva, Antonio Delfim Netto, esse projeto tinha como princípio o crescimento rápido. O que ocorreu para provocar esse chamado “milagre” foi o imenso capital estrangeiro no país. Disponível em <http://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/milagre-economico-brasileiro.htm>, acesso em fev de 2013.

²⁵ O II Plano Nacional de Desenvolvimento, também chamado II PND (1975 -1979), foi um plano econômico brasileiro, lançado no final de 1974. Foi instituído durante o governo do general Ernesto Geisel e tinha como finalidade estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia. Para maiores aprofundamentos acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF

construção de Brasília possibilitou a formação de uma rede de articulação, uma plataforma para exploração do Centro-Oeste e do Norte do País, lançando novas probabilidades para a ocupação do território.

A crise do desenvolvimentismo levou ao ressurgimento das ideias neoliberais na economia, defendidas pelo economista e Prêmio Nobel, na década de 1970, Milton Friedman, que apontava que o crescimento econômico deveria ser obtido com mínima intervenção do Estado e estabilidade monetária a qualquer custo. Deveriam ser promovidas melhorias das condições de oferta, flexibilização do mercado de trabalho, redução de encargos das empresas, privatização de estatais, abertura comercial, internacionalização da produção. A política neoliberal, exigida pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, foi adotada em vários países, inclusive no Brasil, onde medidas dessa linha foram levadas a cabo nos anos 1980 e 1990, a exemplo privatização de setores estatais e a abertura da economia.

Esse período foi marcado pelo processo de “globalização”, apoiado pelos avanços tecnológicos de comunicação e transporte o que reforçou a internacionalização do capital financeiro, a flexibilização da produção industrial, e movimento contraditório de hegemonia-contrahegemonia cultural. Para Santos (2002), a globalização econômica foi sustentada pelo pensamento econômico liberal representado pelo Consenso de Washington. Esse é um movimento histórico, pois sempre houve uma “assimetria do poder global no campo político, cultural e econômico”. Essa assimetria assume um significado especial para o desenvolvimento regional na medida em que a tecnologia permite o que Harvey chamou de “compreensão do espaço tempo e possibilitou uma conexão direta e imediata do global com o local.

Para Castells (2000) há uma nova forma espacial moldando a sociedade em rede, denominada espaços dos fluxos. Esse fenômeno é formado por três camadas compostas por redes eletrônicas, centros de comunicação e localização de elites dominantes. Nesse contexto, as funções de alto nível se concentram em metrópoles, que formam um conjunto de centros regionais, com uma hierarquia global relacionada ao fluxo de investimentos e à concorrência entre estas cidades. No quadro onde as cidades são vistas como pontos nodais e centros de repercussão regional das atividades econômicas do mundo globalizado, Castells coloca a

questão da competitividade dos espaços urbanos como um ponto central para o desenvolvimento.

O capitalismo passou por várias fases na sua história. Como reação à crise de 1929, fechou-se o período de hegemonia liberal, sucedido por aquele do predomínio do modelo keynesiano. A crise levou ao renascimento do liberalismo, sob nova roupagem que, por isso, se auto denominou de neoliberalismo, e com a crise do modelo de “desenvolvimento”, começa a surgir outros discursos, principalmente após o Consenso de Washington e com a abertura dos mercados, a homogeneização dos territórios, o progresso técnico e organizacional, pois neste período o mundo estava vivendo a fluidez da globalização, atingindo os países subdesenvolvidos com ideologias ocasionadas por esse movimento (PEROGIL, 2012)

Com o processo de industrialização, que se inicia efetivamente em meados do século XX, concentrado no Sudeste, a urbanização se intensifica e, já na década de 1960, a população passa a ser majoritariamente urbana. Vale reforçar a informação já citada anteriormente que nas últimas seis décadas do século XX, o Brasil passou por um processo acelerado de urbanização, com a população das cidades multiplicando-se por mais de dez e atingindo a marca de 81% da população brasileira no ano 2000, um índice superior ao dos países desenvolvidos como Itália (67%), França (76%) e Estados Unidos (77%)²⁶. Esse processo de urbanização é descrito por Santos da seguinte maneira:

Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 50, tivemos, primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número - e da população respectiva - dos núcleos com mais de 20.000 habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio, para alcançarmos, depois, o estágio de metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno de meio milhão de habitantes). (SANTOS, 1998, p.69)

O processo de metropolização é uma característica marcante da urbanização brasileira. De acordo com o Censo Demográfico (2000) cerca de 69 milhões de brasileiros, aproximadamente a metade da população urbana brasileira, vivia em regiões metropolitanas, conforme tabela a seguir (Vide figura 1).

²⁶ Dados relativos ao ano de 2000. Fonte: Almanaque Abril 2002.

Figura 1: População das regiões metropolitanas brasileiras em 2000.

<i>RM de São Paulo (SP)</i>	17.878.703
RM de Rio de Janeiro (RJ)	10.894.156
RM de Belo Horizonte (MG)	4.819.288
RM de Porto Alegre (RS)	3.658.376
RM de Recife (PE)	3.337.565
RM de Salvador (BA)	3.021.572
RM de Fortaleza (CE)	2.984.689
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)	2.952.276
RM de Curitiba (PR)	2.726.566
RM de Campinas (SP)	2.338.148
RM de Belém (PA)	1.795.536
RM de Goiânia (GO)	1.639.516
RM da Baixada Santista (SP)	1.476.820
Grande Vitória (ES)	1.425.587
Grande São Luís (MA)	1.070.688
RM de Natal (RN)	1.043.321
RM de Maceió (AL)	989.182
RM de Norte/Nordeste Catarinense (SC)	926.301
RM de Florianópolis (SC)	816.315
RM de Londrina (PR)	647.854
RM do Vale do Aço (MG)	563.073
RM de Vale do Itajaí (SC)	538.846
RM de Maringá (PR)	474.202
RM da Foz do Rio Itajaí (SC)	375.589
RM Carbonífera (SC)	324.747
RM de Tubarão (SC)	324.591
TOTAL	69.043.507
Fonte:	/ IBGE – Censo 2000.

Uma região metropolitana é um aglomerado urbano composto por vários municípios administrativamente autônomos, mas integrados física e funcionalmente, formando uma mancha urbana praticamente contínua²⁷. A Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, é composta por 39 municípios. Até a Constituição de 1988, as Regiões Metropolitanas eram criadas pelo Governo Federal. A partir de então, os próprios estados puderam criar suas regiões metropolitanas seguindo normas próprias.

O conceito de região metropolitana deve ir além da mera definição legal. Para Santos (1998), o fenômeno da metropolização corresponde à macrourbanização e apenas as aglomerações urbanas com mais de um milhão de habitantes deveriam merecer tal denominação.²⁸ Outro fenômeno importante da

²⁷ Esse processo de integração física de várias cidades é chamado de conurbação.

²⁸ Inicialmente, o conceito de metrópole está ligado à etimologia da palavra, que em grego significa cidade-mãe e estava associado com o de cidade -satélite. Assim como as cidades, atualmente o conceito abriga várias configurações espaciais bastante distintas, mas talvez a essência esteja ligada à primazia de uma cidade em relação a outras, geralmente conurbadas, nas quais os problemas

urbanização brasileira é o papel crescente das cidades médias²⁹ na rede urbana. Nas últimas décadas, as transformações econômicas decorrentes do processo de globalização têm implicado mudanças importantes na dinâmica urbano-regional, principalmente no sentido de uma maior urbanização do interior e de uma maior concentração da população em cidades de porte médio.

A imensa e rápida urbanização pela qual passou a sociedade brasileira foi certamente uma das principais questões sociais do país no século XX. Enquanto em 1960 a população urbana representava 44,7% da população total – contra 55,3% de população rural –, dez anos depois essa relação se invertera, com números quase idênticos: 55,9% de população urbana e 44,1% de população rural. Essa transformação, já imensa em números relativos, torna-se ainda mais assombrosa se pensarmos nos números absolutos, que revelam também o crescimento populacional do país como um todo: entre 1960 e 2000, a população urbana³⁰ aumenta de 31 milhões para 137 milhões, ou seja, as cidades recebem 106 milhões de novos habitantes no período.

3.1.2 Política habitacional no Brasil (1960 – 2002)

A entrada do Estado brasileiro nas questões referentes à habitação ocorreu no final do século XIX, a partir de um ponto de vista eminentemente sanitarista. Com o intuito de enfrentar a propagação de doenças e epidemias nas grandes cidades, que se adensavam fortemente, uma das principais vertentes de ação do Estado foi justamente a promoção da atuação de médicos nos interiores das casas da população de baixa renda, em especial nas regiões centrais. Essa ação tinha como objetivo promover o controle sanitário das habitações (BONDUKI, 1998).

devem ser pensados e solucionados através de uma política integrada, de maneira democrática, tantos em termos sociais como econômicos, isto é, embasada numa justa distribuição dos bônus e ônus do processo de desenvolvimento.

²⁹ O conceito de cidade média é histórica e geograficamente relativo. Há cinqüenta anos, quando o Brasil possuía uma população de cerca de 50 milhões de habitantes, da qual pouco mais que um terço estava urbanizada, uma cidade com 20 mil habitantes poderia ser considerada uma cidade média. Hoje, com a população mais que triplicada e atingindo cerca de 80% de urbanização, esse limiar deve ser bem superior. Estudos recentes sobre a urbanização brasileira identificam como 100 mil habitantes o limite demográfico mínimo para a identificação de uma cidade média na maior parte do território nacional (ANDRADE, 1998a, 1998b, 2000; SANTOS, 2000).

³⁰ Fontes: IBGE 1960, 1970 e 2000.

Paralelamente a esta ação, ocorrem iniciativas regulatórias. Exemplo dessas iniciativas são os Códigos Sanitários e os de Posturas, que entre outras definições de padrões tratam do estabelecimento de parâmetros para a construção de moradias operárias (BONDUKI, 1998). Por décadas, não existiu nessas abordagens qualquer ação de promoção de habitação, e sim a abordagem da habitação popular como espaço patológico, a ser “tratado” do ponto de vista da salubridade. A idéia de “beneficiários” da política de habitação evidentemente não existiu sob esse ponto de vista.

A questão da provisão habitacional é colocada pela primeira vez durante a ditadura Vargas, quando Estado e setores técnicos passam a discutir a superação das condições precárias de moradia de aluguel, tendo como pressuposto a conquista da casa própria. Com raras exceções favoráveis a mecanismos que tratam a provisão de moradia pelo Estado como um serviço público, como a construção de habitações de aluguel, a posição adotada por técnicos e pelo Estado foi pela produção de moradia popular como casa própria (BONDUKI, 1998).

No que se refere ao financiamento do sistema, neste momento se institui um importante mecanismo: os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP), gestores de fundos de aposentadoria para as diversas categorias profissionais, alimentados pelo Estado, empregadores e empregados. E na década de 1960, instituem-se dois mecanismos financeiros de grande importância na captação desses recursos: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)³¹ e a montagem do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE)³², constituindo o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), a partir da captura de um percentual da poupança dos trabalhadores, transferida para um Banco Nacional de Habitação (BNH).

O BNH foi um grande órgão criado, em 1964, pelo regime militar com o objetivo de dinamizar a economia e garantir o apoio político da massa desabrigada.. Em 1985, após um período de crise econômica em que escassearam os recursos do

³¹ O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foi criado através do Decreto Federal nº 5 107 de 13 de setembro de 1966. Trata-se de um fundo cujos recursos originam-se do desconto de 8% dos salários dos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT depositados mensalmente pelos empregadores em nome dos empregados. Em casos de demissão, o empregado recebe o montante que foi depositado durante o tempo de trabalho.

³² Implantado por meio da Regulamentação Complementar nº 61 do Banco Nacional de Habitação (BNH), de 27 de novembro de 1967, esse sistema reunia as cadernetas de poupança do país.

BNH, o governo federal desmontou o sistema SFH/BNH, iniciando assim um período de indefinição da política habitacional em nível nacional. A crise econômica dos anos 1980 acabou por implodir o sistema do BNH. Em 1986, ele foi fechado e seus contratos e fundos foram transferidos para outro banco, a Caixa Econômica Federal (CEF). A recessão econômica praticamente paralisou o setor, sendo fechadas, por resolução do Banco Central, a maior parte das possibilidades de novos financiamentos para setores populares. Em 1987, este ministério transformou-se em Ministério da Habitação, Urbanismo e Desenvolvimento Urbano. Em 1988, o Ministério foi renomeado Ministério da Habitação e Bem-Estar Social, que foi extinto em 1989.

Segundo Taschner (2000), entre 1964 e 1985, o BNH financiou 3,2 milhões de unidades para famílias de renda superior a cinco salários mínimos, contra 1,2 milhão de unidades, para famílias com rendimento de até cinco salários mínimos, contudo, há que se destacar que o SFH financiou apenas um terço do total da produção de habitações construídas, sejam elas moradias produzidas tanto pelo mercado legal quanto pelo ilegal. Pior do que averiguar este baixo financiamento é constatar que menos de 13% dos recursos do sistema foram dedicados às famílias cuja renda mensal não ultrapassava cinco salários mínimos. Como identificado acima, a grande maioria das famílias se encontra nesta faixa de renda.

Desde a Constituição Federal de 1988, não faltam no Brasil leis e planos fundamentados numa racionalidade de produção do espaço urbano que exalta a função social da propriedade e o controle da valorização monetária do bem imóvel pelo poder público. Instrumentos como a Zona de Especial Interesse Social (ZEIS), a desapropriação para fins de moradia social e a captura de mais valia, entre outros, pensados como redutores do poder de monopólio dos proprietários fundiários e como recurso ideológico na luta contra a mercantilização do bem imóvel, passam a compor o marco regulatório da política urbana brasileira.

Em 1990, é criado o Ministério da Ação Social, posteriormente renomeado Ministério do Bem-estar Social, onde passou a funcionar a Secretaria Nacional de Habitação. No Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a Secretaria Nacional da Habitação foi subordinada ao Ministério do Planejamento e Orçamento. Durante o governo FHC foi instituída a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano

(SEDU), vinculada à presidência da República, que se responsabilizou pelas instituições ligadas à política habitacional até 2003, quando foi criado o Ministério das Cidades, no qual se alocou a Secretaria Nacional de Habitação.

A institucionalização desse marco regulatório provoca uma nova contradição urbana ao se confrontar com o projeto liberal de desregulação do mercado, que se instala no país no início dos anos 90 e se consolida desde então. Nesse contexto, os instrumentos regulatórios da valorização imobiliária não são aplicados, porém expressam um conflito urbano que passou a ocupar a esfera pública nos anos 80 e que se mantém ativo: empresas do setor construtivo e movimentos sociais organizados nacionalmente disputam a apropriação e a gestão do fundo público para a habitação e assumem posturas e práticas divergentes em relação aos marcos constitucionais de regulação urbana.

Há a premissa que nos conduz a compreensão lefebvriana da cidade como o lugar da sobreposição e do confronto entre modos de viver, ou seja, a cidade como centralidade (LEFEBVRE, 2006). O direito à cidade (e à moradia) é o direito de se disputar outras formas de apropriação do espaço urbano que subordinem a lógica mercantil às necessidades e desejos da maioria dos seus usuários e que reafirmem a cidade como força geradora de conflito social, dessa forma privilegia-se a política da cidade em detrimento de sua função econômica no processo de acumulação. A cidade é produto e produtora de conflito e assim sendo, nossos aglomerados urbanos devem ser apreendidos como cidade, apesar da pouca visibilidade na esfera pública dos conflitos em curso, especialmente as disputas no campo habitacional.

3.1.3 Desdobramentos das ações sobre as condições de habitação no Brasil (1960 -2002)

Fazendo um balanço da atuação do BNH, o desempenho social foi muito fraco. Apenas 33,6% das unidades habitacionais foram destinadas aos setores populares, sendo que a população com rendimento entre um e três salários mínimos foi contemplada com menos de 6% dos totais de unidades habitacionais. Essa política habitacional teve um caráter “redistributivo às avessas” (RIBEIRO;

AZEVEDO, 1996). Tal política, atuando como um mecanismo suplementar de concentração de renda contribuiu para aprofundar a segregação social e a exclusão social. A política implantada foi bastante criticada, por diferentes autores, mas ao mesmo tempo lembrada como sendo, de uma certa forma, a única realmente estruturada no Brasil (BONDUKI, 2000). Como já mencionado anteriormente, durante o período de vigência do BNH e SFH, promoveu-se o financiamento de aproximadamente 4,5 milhões de moradias, de 1964 a 1985.

A expansão da periferia se intensificou no Brasil, principalmente, com o processo de urbanização a partir da década de 1970, quando os médios e grandes centros urbanos receberam grande parte desse contingente. Por não atender às necessidades básicas quanto à moradia, para a sociedade que a habita, devido a falta de infra-estrutura, a periferia se revela como um importante problema a ser trabalhado e solucionado pelo Estado e pela sociedade. Desse modo, compreender o processo de periferização urbana é o primeiro passo para diagnosticar suas causas, encontrar soluções, e construir, assim, a cidadania.

Há quem diga que a periferia se identifica por meio da sua longa distância até um ponto mais central, uma espécie de afastamento da riqueza, mas, às vezes, não parece a única forma de identifica-la. Segundo Ultramari e Moura (1994), não se pode quantificar apenas pelas distâncias físicas, mas também pelas distâncias em decorrência das diferentes condições sociais existentes entre o centro e a periferia. Nesse sentido, é fundamental incorporar ao termo periferia, somando às áreas degradadas dos subúrbios urbanos, os pequenos bolsões de pobreza em meio à cidade.

Na concepção de Capel (1999, apud NEGRI, 2001), a periferia, que se localiza no município central, denomina-se “periferia interna“, já as áreas periféricas, localizadas nos municípios adjacentes, são denominados "periferia externa“. De fato, percebe-se que a população dessas regiões, em sua maioria, mora em habitações precárias (favelas, cortiços e casas autoconstruídas em terrenos destituídos de serviços públicos ou em regiões centrais degradadas) e sobrevivem com uma baixa renda monetária por mês, revelando um acentuado grau de pauperismo e precárias condições urbanas de existência.

Um estudo elaborado pela Fundação João Pinheiro em 1995 apresentou um déficit habitacional de 5,6 milhões de moradias. (BRASIL, 2009) Dados mais recentes apontam que o déficit brasileiro de 2004 a 2006 atingiu o seu pico, em quase 8 milhões de lares. (CAIXA, 2011) Em 2008 o valor estimado pela mesma fonte para o déficit foi de aproximadamente 7 milhões de unidades habitacionais. O problema da habitação popular no Brasil ao longo dos anos, muitas vezes não foi tratado ressaltando o aspecto da desigualdade social, mas privilegiando os aspectos econômicos da produção e apenas atendendo aos interesses políticos. As estimativas do déficit habitacional são bastante diferentes e variam, de acordo com a metodologia empregada, a estatística varia de 5 a 13 milhões de moradias. Na prática, isso representa algo entre 20 e 52 milhões de pessoas no país que não teriam habitação adequada. (CAIXA, 2011)

É necessário fazermos uma diferenciação entre as nomeclaturas: moradias adequadas, moradia conjunta, moradia precária, moradia deficiente e moradia ambientalmente adequada. Essa diferenciação será importante para termos um cenário mais fiel acerca do déficit habitacional real.

Moradias adequadas são habitações nas quais reside uma única família, que sejam servidas por redes de água e esgoto, e que não sejam nem habitações improvisadas nem habitações precárias, independentemente de serem alugadas próprias ou cedidas gratuitamente” (op. cit., p. 14).;

Moradia conjunta: corresponde a uma habitação ocupada por mais de uma família (op. cit.);

Moradias precárias são os domicílios improvisados, como lojas, salas, prédios em construção, etc., que estiveram servindo de moradia, e as casas de taipa não revestida ou de madeira aproveitada, casas cobertas de palha ou sapé, meros quartos ou cômodos, etc (op. cit.);

Moradias deficientes são as casas que não possuem canalização interna de água e de rede de esgoto” (op. cit.). (CAIXA, 2011, p.29)

No que se refere as condições de moradias, foi ainda no século XVIII, que espalhou-se nas maiores cidades brasileiras a noção de habitação pobre como um problema. Isso deveu-se pelo fato de que as condições de habitabilidade das moradias pobres se batiam com os conceitos de higiene, de ordem, de moralidade e de economia difundidos naquela época. A melhoria aconselhada para essas moradias envolveu intervenções em unidades construídas até edificações de grupos de casas por industriais, sociedades construtoras e pelo Estado. Nesse contexto, a atuação

das administrações públicas no tocante a produção de habitações se desenvolveu ao longo do século XX, tornando mais relevante a partir de meados da década de 30. Dois séculos seguintes, ainda encontravam-se famílias morando em residências sem saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário), mais de uma família em uma única habitação, em favelas, em cortiços, meros quartos ou salas e até embaixo de pontes.

Diante do quadro, foi necessário repensar o modelo de política habitacional e o sistema de financiamento habitacional sob novas bases, de forma consistente com a realidade econômica e as prioridades sociais do país. Para isso, foi preciso formular uma política de desenvolvimento urbano nacional, com identificação clara das ações públicas e privadas, com baixa regulamentação e forte utilização dos instrumentos modernos e de mercado para obtenção de fundos e alocação de recursos ao setor urbano, especialmente para o setor habitacional.

Como se sabe, a favela não é de exclusividade do Brasil, como comprova Mike Davis em seu livro *Planeta Favela*, e nem pertence apenas à comunidade que a compõe, uma vez que a promoção da diferença asfalto x favela se faz diariamente. Através dos noticiários, dos jornais, das revistas e dos produtos culturais, principalmente, do cinema e da literatura, uma grande parte do mundo passa a ter acesso a esta realidade, a qual é narrada, representada, relatada de forma tendenciosa ao transmitir a ideia de moradores excluídos, marginais, agressivos, traficantes, ociosos, negros e perigosos. Estes estereótipos passam a contribuir com a representação da identidade brasileira, especificamente, das favelas. Desta forma, contribui com a formação de um imaginário coletivo, transformando assim em senso comum.

O sociólogo Octavio Ianni, reflete como essa descontextualização produz efeitos nocivos e duradouros no modo como, no Brasil, são percebidos os problemas sociais:

Muito tempo depois, praticamente um século após a abolição da Escravatura, ainda ressoa no pensamento social brasileiro a suspeita de que a vítima é a culpada. Há estudos de que a «miséria», a «pobreza» e a «ignorância» parecem estados de natureza, ou da responsabilidade do miserável,

pobre, analfabeto. Não há empenho visível em revelar a trama das relações que produzem as desigualdades sociais (IANNI, 1997, p.97)

A revisão de diferentes ações do Estado relativas a políticas habitacionais sugere que a um só tempo foram introjetados valores econômicos, transformando morador em proprietário, e valores morais. À medida que se estabelecia o núcleo “unifamiliar” como uma das unidades básicas de reprodução, era combatido o ambiente de habitação coletiva de aluguel, visto como espaço de licenciosidade, perversidade, promiscuidade e desvio moral. Era essa a imagem do “beneficiário” dos programas habitacionais, o que explica porque não ocorreu a elevação desse público em sujeito capaz de intervir na política.

57

3.2 Dinâmica social e políticas habitacionais no Brasil na Fase Pós Neoliberal (2003-2011)

3.2.1 Aspectos socioeconômicos e dinâmica da urbanização no Brasil (2003 – 2011)

Na Fase Pós Neoliberal visualizada a partir do governo do Presidente Luís Inácio da Silva - Lula (2003-2010), as políticas urbanas ganharam mais atenção com a criação do Ministério das Cidades em 2003, atendendo as lutas e de diversos movimentos que se se agregavam em torno da Reforma Urbana. Inicialmente a proposta era implementar uma política de desenvolvimento urbano de longo prazo, integrando as áreas de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e mobilidade, tendo o uso e ocupação do solo como política transversal, com o intuito de reverter a fragmentação na execução dessas políticas, bem como o processo histórico de acúmulo dos problemas urbanos.

Tendo como premissa o direito a cidade, o referido Ministério teve por responsabilidade garantir em nível federal os princípios defendidos pelos movimentos sociais de luta pela Reforma Urbana, materializando-os na definição das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. O Ministério foi concebido, pelo menos a priori, para trabalhar de forma articulada e solidária com estados e municípios, e mais os movimentos sociais, organizações não governamentais, o setor privado e outros segmentos da sociedade, tendo na

Caixa Econômica Federal – a operadora dos recursos – um dos instrumentos de intermediação para essa interação (BRASIL – MCID, 2009).

Dados concretos do desenvolvimento socioeconômico brasileiro evidenciam que, desde o primeiro governo do Presidente Luiz Inácio da Silva - Lula, a pobreza diminuiu, o país cresceu, a inserção dos trabalhadores no mercado formal de trabalho aumentou e uma nova classe média formou-se pela expansão do consumo de massa³³.

Pochmann (2010) aponta que é possível identificar a presença da mobilidade social no Brasil. Entre 1960 e 2010 pode ser destacada a existência de três padrões distintos de mudança social no país.

O primeiro, que se deu entre 1960 e 1980, revela a elevada expansão da renda nacional *per capita* com forte expansão da desigualdade de renda da pessoa, enquanto o segundo padrão, que ocorreu entre os anos de 1981 e 2003, foi caracterizado pela estagnação da renda nacional *per capita* e contenção da desigualdade, ainda que exposta a forte oscilação. Por fim, o terceiro padrão de mudança social que se encontra em curso desde 2004 demarca a combinação entre o crescimento da renda nacional *per capita* a redução importante da desigualdade pessoal da renda. (POCHAMANN, 2010, p. 648).

Ainda em Pochmann (2012), de maneira geral, a elevação da renda familiar tem sido acompanhada pela difusão do uso de equipamentos modernos (lavadoras em geral, forno de micro-ondas, entre outros), o que aponta para menor pressão no uso do trabalho doméstico, assim como a universalização de serviços públicos, como creches, centros de acolhimento e outros. Essas características estão agregadas ao “valor familiar”, juntamente com o incentivo a compra, surgiu uma maneira cultural de se manter isso, intrínsecos nas características familiares. A nova classe, saiu da pobreza e agora figura a moderna classe média, como incentiva o Governo, através do financiamento da casa própria.

O crescimento do consumo tem uma condicionante que reside na expansão do crédito. O repasse de recursos, provenientes do Tesouro Nacional ou captados,

³³ Dados de pesquisa do IPEA, publicados na Folha de São Paulo, em 15 de novembro de 2011 (MAGALHÃES, 2011), indicam que cerca de 6,3 milhões de pessoas deixaram a pobreza extrema no país entre 2004, quando o Programa Bolsa Família foi criado em 2009. Os mesmos dados indicam que a renda média no país cresceu 28% (de R\$ 495,1 para R\$ 634,6) e o índice de Gini caiu 6%. Além disso, durante o período analisado, a parcela da população brasileira vivendo em famílias com renda mensal igual ou maior do que um salário mínimo per capita subiu de 29% para 42%, passando de 51,3 a 77,9 milhões de pessoas (RENDA..., 2011).

no exterior, via empréstimos, por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às empresas as possibilidades crescentes de financiamento do consumo pelas financeiras de empresas automobilísticas e mesmo a isenção fiscal do Estado pela redução do imposto em determinados setores da produção, como a de linha branca e mesmo a redução do IPI³⁴ para automóveis, tudo isso tem contribuído para um crescente aumento do consumo de eletrodomésticos e carros. Também a dimensão tomada pelo Programa *Minha Casa, Minha Vida* tem impulsionado o crescimento do setor da construção civil, a criação de postos de trabalho nessa área e a compra de unidades domiciliares via financiamento às famílias.

3.2.2 Política habitacional no Brasil (2003 – 2011)

A partir da Constituição Federal de 1988, temos uma atuação articulada e contínua de movimentos de moradia, entidades de classe, associações comunitárias, organizações não governamentais e instituições de pesquisa, em torno do debate sobre a cidade, apontando propostas efetivas na direção da reforma urbana; organizações e entidades aglutinadas em torno do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU).

O movimento de reforma urbana assumiu uma forte atuação para a regulamentação do capítulo da política urbana através de lei federal (o Estatuto da Cidade, aprovado em 2001), tendo como bandeiras a radicalização da participação social na gestão das cidades – a chamada democracia participativa -, a inversão de prioridades dos investimentos públicos em direção às áreas mais carentes das cidades (favelas, assentamentos informais, periferias não urbanizadas) e a regulação do uso do solo de forma a coibir a especulação imobiliária e capturar a mais valia gerada pelos investimentos públicos nas cidades.

³⁴ Vale a pena refletir sobre o impacto que redução do IPI tem causado na mobilidade das cidades. Pesquisas realizadas pelo IPEA apontam que: a supremacia do transporte individual cria sérios problemas de mobilidade nas grandes cidades brasileiras. Nos últimos dez anos, a frota nacional de veículos cresceu 119%. País tem média de um carro para cada 2,94 habitantes. Disponível em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2578:catid=28&Itemid=23 , acesso em maio de 2013.

A expectativa em torno da elaboração de uma Política Nacional de Habitação no contexto de emergência de um governo de esquerda, após a redemocratização, era a de que ela pudesse reverter processos históricos: de acúmulo de necessidades habitacionais; de segregação do mercado de terras que levou a um expressivo crescimento do mercado informal e de pessoas vivendo em situação de irregularidade fundiária; de fragmentação das estruturas institucionais responsáveis pela política de habitação; e de pouca integração entre as políticas urbanas, especialmente entre a política habitacional e os mecanismos de controle sobre a especulação imobiliária, os quais deveriam garantir acessibilidade de terra urbana para todos.

A Política Nacional de Habitação é fruto do processo participativo³⁵, tendo as contribuições dos atores sociais sido coletadas por meio da realização de seminários e também no Conselho das Cidades, com destaque para o protagonismo do comitê técnico de habitação. Ela foi elaborada ao longo de 2004, e tem como objetivo principal “retomar o processo de planejamento do setor habitacional e garantir novas condições institucionais para promover o acesso a moradia digna a todos os segmentos da população” (BRASIL, MCID, 2009), especialmente o de baixa renda, visando à inclusão social (BRASIL, MCID, 2004)

Podemos considerar que a partir de 2003, o governo da época, o Estado iniciou, mesmo que timidamente, a ter um papel importante como promotor do desenvolvimento urbano. Foi aprovada a Política Nacional de Habitação, no âmbito do Conselho das Cidades, em 2004, e elaborado o Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), a partir de amplo debate que envolveu, o conjunto da sociedade, através de Seminários Regionais e oficinas temáticas, ao longo de 2007 e 2008. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado, em 2007, teve como um dos componentes centrais o desenvolvimento urbano (habitação e saneamento). A urbanização de favelas, bandeira histórica do movimento de reforma urbana, foi alçada como a principal ação prevista no PAC Habitação. (FERREIRA, 2012)

³⁵ Articulação pautada pelo princípio da gestão democrática participativa, a partir do qual foram criados mecanismos institucionais de participação de diversos segmentos da sociedade, como o Conselho Nacional das Cidades – referência para a conformação de conselhos estaduais e municipais das cidades, previstos no Estatuto das Cidades, as Conferências das Cidades e, posteriormente, o Conselho Curador do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Desde 2009 é possível identificar experiências de provisão habitacional lideradas por associações, cooperativas e grupos populares, em boa parte dos estados brasileiros, são as EO, isso é Entidades Organizadores, que cumprem um papel político importante. No que se refere aos modelos apresentados pelo Estado de políticas públicas estão presentes na frágil política urbana, apesar da existência de políticas setoriais, como a política habitacional Programa *Minha Casa, Minha Vida* (PMCMV) que vêm transformando o urbano de todo o país, expandindo cidades, núcleos urbanos afastados do centro da cidade, criando muitas vezes novos núcleos urbanos sem uma urbanidade adequada. Desde da crise mundial de 2008³⁶, o país vive um boom imobiliário.

O principal programa habitacional³⁷ do atual governo, o Programa *Minha Casa, Minha Vida* (PMCMV), lançado em 2009, teve como objetivo principal reaquecer o mercado imobiliário no Brasil – respondendo a crise mundial de 2008 - , financiando diretamente empresas e construtoras para a construção de habitações para as classes de faixa de renda de 0 até 10 salários mínimos³⁸. Trata-se de um programa que responde a uma demanda do empresariado da construção civil, desconsiderando o papel que os governos municipais e estaduais podem ter na formulação e implementação de um política habitacional mais ampla, que inclua produção de novas moradias, estoque de terras, urbanização, regularização fundiárias e planejamento urbano (FERREIRA, 2012).

³⁶ A crise mundial de 2008 iniciou nos EUA, o mercado americano de imóveis teve um grande problema econômico/financeiro, chamado por diversos especialistas de “bolha imobiliária americana”, esse problema surgiu da extrema facilidade de crédito oferecido aos compradores de imóveis, que por não honrarem as suas dívidas, causaram um rombo nas contas de grandes bancos de crédito e seguradoras.

³⁷ A partir de dados levantados em algumas regiões metropolitanas do país, Cardoso, Aragão e Araújo (2011), apontam que o modelo adotado pelo PMCMV tende a promover uma periferização das intervenções habitacionais na cidade.

³⁸ O PMCMV traz um componente novo: o subsídio do Estado para as famílias de baixa renda. No entanto, ao financiar diretamente os agentes promotores, limita o papel dos governos municipais e estaduais, que se restringem a apresentar a demanda social. O resultado vem sendo a produção de unidades habitacionais em locais bastante distantes das áreas centrais, dos equipamentos públicos e das ofertas de emprego, gerando novos (velhos) problemas para a sociedade e para o Estado.

O pacote habitacional atual retoma a "ideologia da casa própria" difundida no Brasil durante o regime militar, conforme já mencionado nas fases desenvolvimentista e neoliberal. Em diversas pesquisas de desejo de consumo dos brasileiros, em todas as faixas de rendimento, a casa própria aparece em primeiro lugar. Ao mesmo tempo, a casa própria³⁹, sobretudo para os trabalhadores que não têm como adquiri-la pelo salário, ao ser entregue pelo governo aparece como uma dádiva (ou um fetiche), um benefício que promove dividendos para todos os seus intermediários, dos empresários aos políticos.

A casa própria é percebida e vivida pelas camadas populares como verdadeiro bastião da sobrevivência familiar, ainda mais em tempos de crise e de instabilidade crescente no mundo do trabalho. A casa própria, no Brasil, representa a garantia de uma velhice "com-teto", na ausência ou insuficiência da previdência social, ou seja, é vista como a única garantia para um fim de vida com o mínimo de segurança e dignidade. Para os jovens casais com filhos ou mães chefes-de-família, a casa própria é a garantia de uma estabilidade em vários níveis, em relação à escola dos filhos, aos laços de solidariedade de bairro, à segurança real e simbólica de não ser ameaçados ou vitimados pelo despejo em caso de desemprego. Nesse sentido, a casa própria cumpre um papel de amortecedor diante da incompletude dos sistemas de proteção social e da ausência de uma industrialização com pleno emprego e é, por isso, o "sonho número um dos brasileiros".

3.2.3 Desdobramentos das ações sobre as condições de habitação no Brasil (2003 – 2011)

Os resultados durante a fase de operação dos investimentos tentam captar os efeitos do PMCMV após a construção das moradias, a partir do momento em que estes passam efetivamente a operar dentro da economia. No que se refere aos resultados desse período, no quadro geral, constatou-se a ampliação considerável de recursos destinados ao financiamento da habitação, entre 2003 e 2007 o volume

³⁹ Seja por coerção, cooptação ou consentimento, a casa própria é inserida num contexto de apaziguamento das lutas sociais e de conformismo em relação às estruturas do sistema. A casa talvez seja o marco mais poderoso da chamada "integração" social.

de recursos aumentou de R\$5.703.712.000 para R\$ 17.226.451.000, acumulando um investimento total de aproximadamente R\$ 52.439.425.000 no período⁴⁰. (BRASIL- MCID, 2008). E com o advento do PAC, em 2007, o volume de recursos aportados também para a área habitacional foi ampliado.

É importante observar que durante o período compreendido entre 2003 e 2010, o governo desapontou no direcionamento de recursos para o atendimento das camadas mais pobres, mesmo não tendo alterado o paradigma que se vinha constituindo de atuação estatal na provisão de habitação. Entretanto, ainda que atuando como facilitador, logrou promover arranjos que envolvessem mais efetivamente atores não – estatais no processo; avançou na regulamentação do mercado de habitação de forma a direcionar mais recursos para as classes que concentram as maiores necessidades e também aprimorando a legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos privados em habitação; e trabalhou para a implementação de mecanismos de controle sobre problemas associados, como a questão fundiária (NAIME, 2010).

No mesmo momento em que o governo direcionou recursos para as camadas mais pobres e beneficiou o mercado de trabalho da construção civil, com a abertura de milhares de novos postos, a política habitacional incorporou os anseios do capital imobiliário, garantindo condições de sua reprodução. PAC e PMCMV constituíram-se como motor para a promoção do crescimento econômico do país, pois todos os setores de atividade econômica que movimentam.

Pelo simples fato da ordem capitalista instaurar a desigualdade, o indivíduo poder-se-ia contentar com o destino, acreditando que esse processo (periferização urbana) expressa uma normalidade, um processo que sempre estará presente na sociedade. Embora exista um descontentamento de ordem comum, a acomodação pactuada das classes dominantes, as detentoras de capital e possuidoras da voz ativa, a qual determina as ações públicas no país e no mundo, expressa uma ganância de auferir um maior acúmulo, sustentando a mais-valia, ao passo que sustenta a depreciada mão de obra excluída.

⁴⁰ Esses valores representam a soma dos recursos não onerosos do OGU, subsídios concedidos pelo FGTS e os recursos onerosos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), CEF, FDS, Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do próprio FGTS.

A periferia é reflexo da espoliação urbana, retrato das mazela produzidas pela cidade capitalista. Segundo Kowarick (2000),

[...] espoliação urbana é a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precaridade dos serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e á moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta. (p. 22)

A urbanização de favelas se afirmou na agenda pública a partir dos anos de 1980, com a mobilização e articulação de diferentes movimentos sociais cujas lutas se intensificaram no período de redemocratização com o Movimento Nacional Pela Reforma Urbana (MNRU). Ao longo do movimento instituinte que antecedeu a Constituição de 1988 — tendo em vista a formalização de um conjunto de proposições, através de novos sujeitos políticos, com debates em torno da Reforma Urbana —, vieram à discussão a problemática urbana e a gestão democrática da cidade na agenda política do Brasil.

A regulamentação da nova legislação relativa à cidade só foi efetivada através do Estatuto da Cidade, em 2001. Essa Lei, de nº. 10.257, de 10/07/2001, instituiu instrumentos que possibilitam às administrações municipais um maior controle do uso e ocupação do solo urbano. No Rio de Janeiro, o Plano Diretor elaborado em 1992, sob a orientação constitucional, antecipou-se, preconizando a integração das favelas à cidade a partir de sua urbanização. Essas leis que ampliam o direito à cidadania são atropeladas pela orientação neoliberal que assume o Estado brasileiro a partir dos anos de 1990, visando à abertura da economia brasileira aos fluxos do processo de globalização.

As consequências dessa abertura e da pretensa inserção competitiva do país na economia mundial foram à reorganização produtiva dos espaços e a Reforma do Estado. Os programas de habitação passam a ser orientados pelas diretrizes definidas pelos organismos multilaterais de financiamento, acordadas nas Conferências promovidas pela ONU, como por exemplo, a Conferência Habitat II⁴¹. De acordo com essas diretrizes, embora a urbanização permaneça como um

⁴¹ A Conferência Habitat II ocorreu em Istambul em 1996, e teve como intuito procurar soluções para os problemas urbanos.

objetivo central, em relação aos assentamentos precários, a maior preocupação tem sido com a eficiência administrativa e com o equilíbrio fiscal, de modo que os custos com as políticas habitacionais e urbanas vêm, gradativamente, reduzindo-se, através de um novo modelo de gestão denominado por Harvey (1996) de empresariamento urbano que tem como característica central a parceria entre o setor público e a iniciativa privada.

Com relação à urbanização de favelas adota-se o modelo *upgrading* que consiste em melhorar a infra-estrutura existente aproveitando o esforço já realizado pelos moradores, priorizando-se a dimensão urbanística em detrimento da social, embora o discurso dos programas contemple intervenções sociais (GOMES, 2006). Em relação à participação dos moradores esta é instrumentalizada, fabricando-se um consenso em torno das intervenções. Verifica-se que esse tipo de política denominada por Arantes (2000) de *image making*⁴², é desenvolvida em favelas visando, sobretudo, a homogeneização da cidade para torná-la mais atraente para o capital e a concorrência inter-urbana.

Furtado (2003) aponta a questão habitacional como central para compreender a pobreza estrutural - e então a exclusão - entendida como um obstáculo permanente para incrementar a economia das populações mais pobres, que gastam uma parte significativa de seus salários com aluguel – mesmo nas favelas. Até recentemente, como efeito da crise econômica e do desemprego, a população que vive nas favelas em São Paulo cresceu proporcionalmente mais do que a população da cidade. Enquanto a população total aumentou 8% de 1991 a 2000, o número dos habitantes nas favelas aumentou 41%, alcançando mais de 1 milhão de pessoas (Sampaio; Pereira, 2003). Além disso, tanto o governo federal quanto os governos locais têm sido incapazes de contribuir para a cidadania e o reconhecimento social efetivo destas populações. Embora os moradores das favelas tenham uma presença espacial e humana expressiva, a sociedade e o governo não os reconhecem como habitantes da cidade, o que os mantém invisíveis, vivendo muitas vezes sem o necessário suporte público imprescindível para educação, saúde e trabalho.

⁴² A expressão *image making* utilizada por Arantes, procura reinventar a cidade, dotando-a de nova identidade a ser explorada pelo *city marketing*.

O espaço da favela pode ser mais adequadamente definido pela ideia de fronteira do que pelo conceito de exclusão; ela ocupa uma linha tênue em que se articulam experiências de exclusão e de inclusão. Os sujeitos, habitantes desse espaço fronteiro, encontram-se a um só tempo excluídos de um território social dominante, e de suas formas de organização, mas incluídos, às vezes de modo perverso, em espaços-entre e em suas formas inovadoras de sobrevivência e sociabilidade.

Assim, as políticas de fases recentes têm, em certa medida, reproduzido resultados já presentes no período anterior. A ideia da casa própria tende a representar uma adesão ao mundo do emprego e do consumo. Para Peluso (2011), ser proprietário é afimar-se perante o mundo, e a afirmação é tanto maior quanto maior esforço foi investido na aquisição. Nesse aspecto, a compra da casa própria é resposta à contradição proletário na esfera do morar. Não apenas a condição de proprietários, mas também a qualidade do ambiente construído parece reforçar identidades.

Nesse sentido, é necessária uma reflexão profunda, acerca do cenário habitacional brasileiro. Mesmo que a urbanização das favelas, desde os anos de 1980, tenha se firmado como agenda pública, o modelo capitalista cristaliza a desigualdade, naturalizando a periferização como normal e natural, pois as classes dominantes não abrem mão dos privilégios urbanos e sociais. Por esse modo, possuir casa própria é uma das opções de se sentir incluído no sistema. Mais adiante, tratar-se-á do papel das políticas habitacionais na organização do espaço e também nas condições de moradia das famílias na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal.

4 DINÂMICA SOCIAL E POLÍTICAS HABITACIONAIS NA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO (Ride)

A lógica urbana presente no Distrito Federal guarda estreita proximidade com as lógicas urbanas presentes nas demais metrópoles brasileiras. Assim, mesmo que Brasília tenha surgido a partir de rigorosos critérios de planejamento urbano, o Distrito Federal apresenta diferentes lógicas de urbanização.

Esse capítulo atende a segunda questão de pesquisa, que trata do papel das políticas habitacionais na organização espacial e condições de moradia na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal. Essa parte organiza-se de acordo com as fases desenvolvimentista e neoliberal e temas gerais adotados.

4.1 Dinâmica social e políticas habitacionais na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno nas Fases Desenvolvimentista e Neoliberal (1960 – 2002)

4.1.1 Aspectos socioeconômicos na Ride (1960 – 2002)

O Distrito Federal é o resultado do traçado no mapa de uma área de 5.801 km² em cima de antigas fazendas de gado. Por ato administrativo, toda a terra deste perímetro passou a pertencer à União. Esse caráter público deu uma conformação muito particular às dinâmicas territoriais e demográficas de Brasília, configurações diferentes das outras cidades no país. Por ser um território concebido artificialmente, a evolução do quadro socioeconômico do Distrito Federal é também particular.

Em 1960, 70 mil pessoas compunham a população economicamente ativa do DF, sendo que 55% estavam empregadas na construção civil. Concluídas as obras de infraestrutura, a construção civil começou a deslocar suas atividades para outros empreendimentos, de menor porte, mas a capacidade de absorção de mão-de-obra foi reduzida drasticamente. Já no início dos anos 60, surgiram os primeiros problemas sociais decorrentes do desemprego no Distrito Federal. (GDF/SEDUH, 1997).

A inexistência de um mercado consumidor consolidado retardou o desenvolvimento dos demais setores. O setor industrial permaneceu incipiente. Por meio de subsídios, o crescimento do setor privado foi estimulado, a fim de atender a

demanda do setor público e da população urbana do Plano Piloto. Não obstante, o excedente de mão-de-obra, de baixa qualificação, não conseguiu ser absorvido. A dinamização da economia local não ocorreu. Diante do quadro recessivo da década de 1980 trouxe impactos muito negativos ao mercado de trabalho no DF e o pequeno crescimento da economia reduziu as atividades que empregavam mão-de-obra. Nos anos 1990, a tendência foi de agravamento. A retração geral nos investimentos públicos, as reformas administrativas para a diminuição do quadro do funcionalismo, causaram outro impacto no mercado de trabalho (GDF/SEDUH, 1997).

Nos anos 2000, a economia local⁴³ ainda era insuficiente para garantir a geração de empregos. Segundo dados do IBGE, a administração pública, naquele período ainda era a maior responsável pelo PIB do Distrito Federal, seguida pelo setor de serviços. A indústria permaneceu embrionária e não havia oportunidades de trabalho para todos. Apesar de Brasília possuir um dos PIB⁴⁴ mais altos do país, é também, uma das cidades mais desiguais. A diferença de renda entre o local mais rico, Lago Sul, e mais pobre, Itapuã, é de surpreendentes 41,4 salários mínimos. (PIERRI, 2010)

Essa diferença no cenário socioeconômico está refletida na configuração espacial e nas dinâmicas territoriais do DF. Pelo projeto original de Lucio Costa, a população de Brasília deveria estabilizar-se em torno de 500 mil habitantes. Apesar disso, em 1970, esta marca já havia sido ultrapassada. De acordo com a SEMARH/GDF (2004) a porcentagem do território ocupado com áreas urbanas aumentou 350 vezes, em apenas 50 anos. Em 1954, correspondia a 0,02% (1,210 km²). Em 1973, alcançou 2,10% (122.800 km²) e em 2001, atingiu 7,39% do território (429.850 km²).

⁴³ A inexistência de um mercado consumidor consolidado retardou o desenvolvimento dos demais setores. O setor industrial permaneceu incipiente. Por meio de subsídios, o crescimento do setor privado foi estimulado, a fim de atender a demanda do setor público e da população urbana do Plano Piloto (PIERRI, 2010).

⁴⁴ O Distrito Federal foi classificado pelas Nações Unidas com o IDH de 0,849, o mais elevado entre todos os Estados brasileiros. Pelo estudo, feito pela Secretaria de Planejamento e Coordenação de Brasília, o Lago Sul, teria 0,945 de IDH, o mais alto do mundo, superando a líder Noruega com seus 0,942. O Plano Piloto ficaria em nono lugar, com 0,936 pontos. Mas o impacto da qualidade de vida do Distrito Federal fica ainda mais evidente com o cálculo do IDH de Brasília e cada um dos bairros e cidades satélites de forma isolada. Disponível em Isto É: http://www.istoe.com.br/reportagens/14204_NORUEGA+CANDANGA, acesso em julho de 2013.

Com fins de preservação do Plano Piloto, assentamentos em massa de populações, principalmente de baixa renda, foram transferidos para as áreas periféricas. O crescimento, desordenado, provocou um aumento da pressão urbana e da demanda, não atendida, por serviços de natureza pública (GDF/SEDUH,1997).

De acordo com a Codeplan, órgão de planejamento do governo distrital, o Distrito Federal esta dividido administrativamente em 30 Regiões Administrativas – RA's, além de Brasília⁴⁵.

Essas RA's refletem dinâmicas intradistritais distintas e, apesar de terem seus perímetros predelimitados legalmente, quando analisadas internamente, são plenas de situações ambíguas. Uma análise um pouco mais apurada mostra que espaços enormes, ainda sem legalização formal, transformam uma boa parte do território do Distrito Federal em “terra de ninguém”, não se diferenciando de outras capitais brasileiras: os subúrbios formam-se muitas vezes sem controle e sem planejamento estatal.

Diante do exposto, vale a pena lembrar, que entre os anos de 1957 e 1967, previa-se que na bacia do Lado Paranoá haveria somente o Plano Piloto. Apesar disso, foi necessário implantar novas cidades, mesmo antes do Plano Piloto . Apeasa disso, foi necessário implantar novas cidades, mesmo antes do Plano Piloto estar completo, para atender os milhares de migrantes que vieram construir a nova capital. Assim, foram criadas: Taguatinga (1958), Cruzeiro (1959), Sobradinho (1960) e Gama (1960). A “cidade livre“, que seria removida após a inauguração de Brasília foi mantida e transformou-se em Núcleo Bandeirante. Não se deve esquecer que Planaltina (1859) e Brazilândia (1933) eram cidades de Goiás e foram incorporadas ao Distrito Federal (LIMA, 2011).

A Região do Entorno do Distrito Federal até 1960 se encontrava estagnada economicamente e com baixas taxas de crescimento populacional. Com a construção

⁴⁵ A partir de 2006, foram criadas mais três regiões administrativas, pelo desdobramento de algumas regiões preexistentes. Um estudo mais rigoroso da dinâmica populacional do Distrito Federal teria que levar em conta o enorme fluxo em direção ao seu entorno.

da Capital, elevou o fluxo migratório beneficiando os municípios de Luziânia, Padre Bernardo e Planaltina de Goiás, além de Formosa e Unaí. Enfim, a população total do Entorno do Distrito Federal passou de 128.652 habitantes em 1960 para 937.013, em 2010, somados aos 2.562.963 habitantes do DF, tem-se um total de 3,5 milhões de habitantes da Ride - DF (LIMA, 2011).

O crescimento populacional dos municípios da Ride/DF, bem como a mudança na economia dessas unidades territoriais, ocorre a partir da consolidação e expansão de Brasília, pois grande parte da população atraída pelo Distrito Federal não consegue se abrigar na Capital transbordando para além dos seus limites (SILVA, 2006). O Entorno Sul, segundo Silva (2006), tem crescimento mais intenso e é formado por: Luziânia, Valparaíso, Cidade Ocidental, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas. No Entorno Norte, apenas Formosa e Planaltina de Goiás (Ibdem) recebe impacto do fluxo populacional vindo do Distrito Federal com mais intensidade.

A migração intensa entre a população menos favorecida dos núcleos urbanos periféricos do Distrito Federal e os municípios goianos e mineiros vizinhos é um indicador que aponta para o fluxo existente nessa região.

Na década de 1990, a região do entorno, se torna um cinturão de pobreza e uma fonte geradora de problemas sociais e econômicos para Brasília. A população migra, velozmente, em busca de emprego e melhores condições de atendimento médico, educação e até lazer. A situação preocupante se repete em outras cidades limítrofes e chega ainda mais perto nas seguidas ocupações de terras públicas da capital brasileira. De acordo com Fonseca (2009), os cálculos mais otimistas dão conta de que 12 mil famílias vivem em invasões no Distrito Federal e outras milhares de pessoas vivem em condomínios irregulares. O entorno passou por um processo de inchaço populacional provocado pela “expulsão” do sujeito que não consegue mais se manter em Brasília, buscando viver nas cidades-satélites e posteriormente seguindo para região no Entorno.

De acordo com a Codeplan o fluxo migratório pode ser visualizado no quadro a seguir:

militam em torno da área. Pelo seu perfil de cidade com grande concentração de servidores públicos os sindicatos também são importantes protagonistas na luta por solução de moradia, quer seja para interesse social, quer seja para interesse específico (GDF, 2012).

4.1.3 Desdobramentos das ações sobre as condições de habitação na Ride (1960 – 2002)

No período compreendido entre as Fases Desenvolvimentista e Neoliberal, o processo de expansão do aglomerado expressiu uma organização espacial polinucleada, com bipolaridade em dois grandes centros: Plano Piloto e Taguatinga; aumento expressivo da mancha urbana; articulação dos municípios goianos à dinâmica urbana de Brasília; e aparecimento de uma nova forma urbana, constituída por parcelamentos ilegais (IPEA, UNB, UFRJ, 2001). A estratégia habitacional com a criação de novas cidades- satélites, reforçou o processo de periferização da população de baixa renda, substanciando bolsões de pobreza e miséria, principalmente nos municípios vizinhos.

Os autores Guimarães e Leme (2001) informam que na divisão funcional das localidades do conjunto da aglomeração, boa parte dos municípios desempenha o papel de cidade-dormitório. A reduzida atividade secundária de Brasília contribuiu para aumentar a carência na oferta de empregos, especialmente para a periferia, resultando em oferta de trabalho concentrada no núcleo, ficando a população pobre da periferia na dependência de empregos nas funções residenciais.

Segundo relatório do IBGE, na região do Entorno de Brasília: o crescimento populacional vem ocorrendo de forma desordenada, e nesse sentido, é o responsável pelos inúmeros problemas tanto para administrações municipais, quanto para Goiás e o Distrito Federal. É notória a falta de infraestrutura e de serviços urbanos para atender as necessidades da população, principalmente no que diz respeito à habitação, saúde, educação, circulação, oferta de trabalho e lazer (FONSECA, 2009).

No Distrito Federal, as políticas habitacionais têm como um dos seus objetivos, compreender que as necessidades habitacionais vão além da demanda

por novas unidades e que correspondem também à necessidade de qualificação de diversas habitações, bem como a demanda por regularização fundiária, quer seja de interesse social, quer seja de interesse específico. Além do que, a Política Distrital de Habitação precisa avaliar que as leis de mercado são excludentes para a camada da população de menor renda, e definir a intervenção do GDF no processo de promoção/produção de habitação de interesse social, de qualificação de moradias e de regularização fundiária (GDF, 2012).

Foi importante perceber que o crescimento populacional desordenado juntamente com a migração em massa tem sido responsável por inúmeros problemas, sociais e econômicos, uma vez que a infraestrutura e os serviços urbanos não são suficientes para o contingente de pessoas. Mais adiante, tratar-se-á dos efeitos das políticas habitacionais na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal, discutindo os aspectos socioeconômicos e os desdobramentos dessas ações sobre as condições de moradia, no período da fase pós- neoliberal, compreendido entre os anos de 2003 e 2011.

4.2 Dinâmica social e políticas habitacionais na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno na Fase Pós Neoliberal (2003 – 2011)

4.2.1 Aspectos socioeconômicos na Ride (2003 – 2011)

Brasília foi criada a partir de meados do século XX, no final dos anos 50, na fase de industrialização fordista periférica, a capital adaptou-se muito bem à ideologia do progresso disseminada na época, de modo que a imagem da cidade ideal contribuiu para a promoção de valores desenvolvimentistas vigentes (CIDADE, 2010)

Ainda em Cidade (2010), as ações baseadas na perspectiva modernista do Plano Piloto de Lúcio Costa e em discurso de promoção do bem comum, produziram na cidade ideal um modelo de reforço à centralidade e de segregação socioespacial presentes em outras cidades brasileiras.

No que se refere a dinâmica social da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride, Cidade (1999) discorre que em anos recentes, acentuou-se a tendência a um crescimento ainda maior das cidades satélites, incluindo-se também larga ocupação de assentamentos periféricos por habitação de baixas renda, por meio de doações de lotes por governos populistas. Continua a autora que a malha urbana ocupada também cresce à custa de parcelamentos não planejados de áreas rurais, criando novas áreas rurais, criando novas áreas de expansão, os condomínios irregulares de classe média.

No último levantamento, dos dados geográficos, realizado pelo IBGE, a população local aumentou 1,94% em 2008, enquanto, no Brasil, a média de crescimento ficou em 0,98%. Quando o comparativo é o crescimento registrado nos 27 estados brasileiros, o DF está em segundo lugar, perdendo apenas para o Amapá, que ocupa o topo da lista de evolução demográfica, com 2,19% (SEPLAN, 2012)

De acordo com dados do IBGE, nota-se uma evolução populacional significativa, entre os anos 1991 e 2010. Pode-se observar no quadro a seguir (Figura 3):

Figura 3: Evolução populacional no Distrito Federal entre 1991 e 2010



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=530010#>

Atualmente Brasília tem mais de 2,5 milhões de habitantes. Para os próximos dez anos, a cidade espera um aumento de mais 400 mil pessoas. Novas moradias, planejadas pelo governo, serão instaladas ao longo dos eixos dos sistemas de transporte para acomodar três milhões de habitantes no futuro. Essa estratégia já está em andamento em regiões como Samambaia e Ceilândia. (SEPLAN, 2012)

4.2.2 Ações relativas à habitação na Ride (2003 – 2011)

No que se refere às ações relativas à habitação na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, pode – se destacar o Programa de Assentamento para a População de Baixa Renda, ocorrido entre 1989 e 1994. Nesse período, foram criados mais de cem mil lotes semiurbanizados, para se eliminar invasões e sublocações (JATOBÁ, 2010, p. 313).

É importante destacar, que em 2009, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, planejou a criação de 35 novas áreas habitacionais, com estimativas de se abrigar 500 mil habitantes de todas as rendas (DISTRITO FEDERAL, 2011). O atual PDOT vai ao encontro disso, na medida em que tem como estratégias principais a formação de novas áreas de moradia e a regularização fundiária. A organização do território em macrozonas rural, urbana e de proteção integral também reforça a ideia de preservação da área tombada e admite a irreversibilidade da ocupação irregular de condomínios. Assim, áreas antes rurais e até inseridas em Unidades de Conservação passam a compor zonas urbanas (RESENDE, 2013)

Resende (2013) aponta que a estratégia de regularização do Governo do Distrito Federal agrega os assentamentos informais em unidades territoriais divididas em: Áreas de Regularização, Setores Habitacionais de Regularização, e Parcelamentos Urbanos Isolados. Para isso, são usados critérios como proximidade, faixa de renda e similaridade das características urbanas e ambientais (DISTRITO FEDERAL, 2011).

4.2.3 Desdobramentos das ações sobre as condições de habitação na Ride (2003 – 2011)

No que se refere às ações direcionadas aos municípios vizinhos à Brasília, (SCHVASBERG, 2011 apud RESENDE, 2012) destaca que, apesar da institucionalização da Ride, são raras as experiências que possuem efetividade no propósito de integração na gestão e planejamento metropolitano.

A política habitacional se “desenvolvia” no surgimento de invasões de população de baixa renda, como Varjão, São Sebastião e Paranoá, que tornaram-se Regiões Administrativas, e à regularização de condomínio em áreas nobres (SCHVASBERG, 2011 apud RESENDE, 2012).

Resende (2012) aponta que nesse período, um dos efeitos mais significativos das ações foi a propagação de condomínios, em contraposição ao planejamento proposto. No momento de implementação do Programa de Assentamentos para a População de Baixa Renda, alastraram-se os parcelamentos informais em áreas rurais, como os loteamentos privados para a classe média e alta, o que refletiu uma demanda reprimida desse público e a falta de fiscalização no uso do solo.

Ainda em Resende (2012), os efeitos nos municípios vizinhos também se relacionam ao alto preço dos imóveis no Distrito Federal. Assim, considerando a crescente valorização imobiliária provocada pelo estoque de terras e monopólio do Estado, quanto à oferta de moradias à população de baixa renda, os municípios vizinhos continuaram como forte alternativa aos migrantes que originalmente intencionavam-se dirigir-se para o Distrito Federal.

O incremento populacional na região parece ser reforçado pelo Programa *Minha Casa, Minha Vida*, que atrai população em busca da casa própria, exemplo observado em Águas Lindas de Goiás. O capítulo seguinte trata de um importante foco da pesquisa, o papel do PMCMV na organização espacial e condições de moradia na cidade de Águas Lindas de Goiás.

5. DINÂMICA SOCIAL E POLÍTICAS HABITACIONAIS EM ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

O Distrito Federal e a região do Entorno já apresentam as maiores taxas de crescimento demográfico do país. O índices modificam Águas Lindas, quase às margens da Barragem do Descoberto que fornece 60% da água do DF, o município goiano que mais cresce no Brasil. Uma região com a população com menos de 5.000 habitantes, em poucos anos, se tornou um aglomerado urbano de 150 mil pessoas.

Esse capítulo responde a terceira questão de pesquisa, que se refere a qual seria o papel do Programa Minha Casa Minha Vida na organização espacial e as condições de moradia na cidade de Águas Lindas de Goiás. Para esse fim, foi realizado um apanhado de estudos já produzidos na cidade sobre o tema em questão.

5.1 Aspectos socioeconômicos em Águas Lindas de Goiás

É importante esclarecer aspectos sobre o Estado de Goiás até chegar no município de Águas Lindas de Goiás. O governo de Goiás apresenta em seu planejamento territorial, dez regiões definidas na Lei do PPA 2004-2007, segundo alguns critérios: a Região do Entorno do DF foi definida conforme o estabelecido na Lei de criação da Rida e Entorno – Lei Complementar n. 94, de 19-02-1998; a Região Metropolitana de Goiânia foi definida pela Lei Complementar Estadual n. 27, de dezembro de 1999, e alterações posteriores: a Grande Goiânia compreendida em doze municípios e sua Região de Desenvolvimento Integrado foi composta por mais oito municípios; as regiões do Norte Goiano e do Nordeste Goiano, constantes do primeiro PPA (2000-2003), foram delimitadas em função de sua homogeneidade em termos de condições socioeconômicas e espaciais; as outras seis regiões foram definidas tendo como critério os principais eixos rodoviários do Estado de Goiás. (LIMA, 2011)

As dez regiões de planejamento estão apresetadas como: 1 – Metropolitana de Goiânia; 2 – Centro Goiano (Eixo BR-153); 3 – Norte Goiano; 4 – Nordeste Goiano; 5 – Entorno do Distrito Federal; 6 – Sudeste Goiano (Estrada de

Ferro); 7 - Sul Goiano; 8 – Sudeste Goiano; 9 – Oeste Goiano; 10 – Noroeste Goiano (Estrada do Boi), conforme verificado na Figura 4 (LIMA, 2011)

Figura 4: Estado de Goiás e as Regiões de Planejamento



Estado de Goiás – Regiões de Planejamento, Fonte: Seplan-GO, 2010

A análise dos dados populacionais desagregados por população do Estado de Goiás concentra Goiânia com 36% (ou 2.089.437 habitantes) e Entorno de Brasília com 17% (ou 1.004,910 habitantes), indicando que a aglomeração de pessoas nessas localidades, certamente resulta em maiores carências vulnerabilidades, exigindo maior espectro de ações das políticas públicas (LIMA, 2011).

A dinâmica territorial no estado de Goiás teve um grande salto com a escolha da Nova Capital para a região, ocasionando fluxos migratórios e concentração de população nas áreas urbanas, uma evolução rápida nas últimas décadas.

Ao longo do desenvolvimento da capital, na fase de expansão urbana (1980 até 2004), verificou-se uma enorme expansão urbana na região do Entorno, sobretudo nas áreas vizinhas ao Distrito Federal, a concentração da oferta de comércio e serviços na área central de Brasília, indicando vocação metropolitana.

O crescimento desordenado do Entorno do Distrito Federal provoca grandes problemas de segurança, infra estrutura, meio ambiente e outros, gerando uma demanda incessante por equipamentos públicos, empregos, asfaltamento, urbano etc. Caracterizado pela descontinuidade e desarticulação das áreas urbanas, apresenta como território polinucleado, com diversas cidades- dormitórios⁴⁶, além de grandes vazios urbanos que intensificam a pobreza. No caso de Brasília,

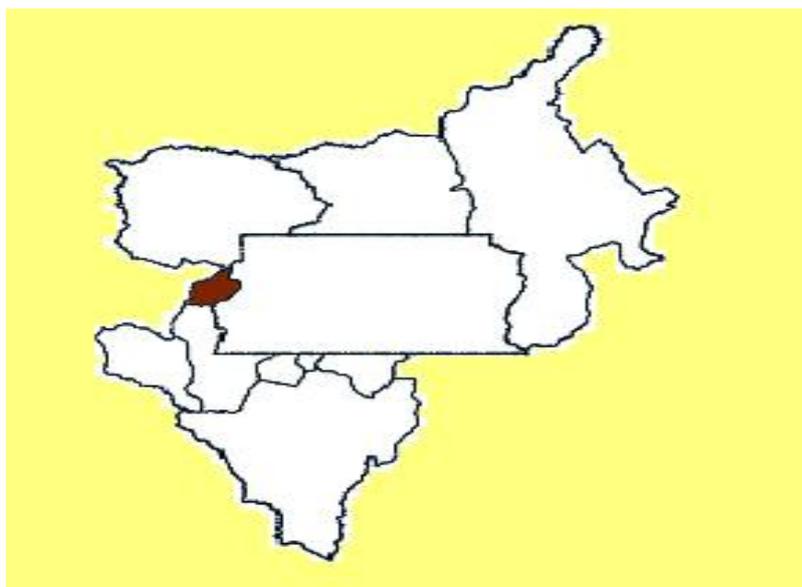
“ visando manter as características de cidade administrativa e preservar o Plano Piloto para uma população selecionada na base do status – o funcionalismo público regular, os ocupantes de cargos eletivos e os que haviam sido recrutados para trabalhar na nova capital - , o governo decidiu criar núcleos populacionais periféricos distantes da área planejada – as cidades satélites -, para acomodar os migrantes pobres que haviam construído a cidade, os candangos” (HOLSTON, 1999 apud CIDADE, 1999, p.195).

A insegurança urbana vem se apresentando com um dos principais problemas da região, atualmente, dois municípios do Entorno do DF estão entre os dez mais violentos do país, Luziânia e Valparaíso. O alto índice de criminalidade é consequência da falta de estrutura urbana, aliada a pouca oferta de benefícios sociais gerando um crescimento de violência. Municípios como Águas Lindas de Goiás, Luziânia, Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Formosa, Planaltina e o distrito Girassol do município de Cocalzinho de Goiás, em suas áreas urbanas, apresentam um grande número de loteamento irregulares, com grandes espaços vazios, e muitos desses com problemas de regularização fundiária.

⁴⁶ As cidades-dormitório seriam frutos da conurbação e da expansão urbana descontrolada, sobretudo pela expulsão das camadas mais populares da população para regiões distantes dos centros consolidados, onde a infra-estrutura seria praticamente ausente. Freitag (2002) destaca que o morador desse tipo de cidade não se reconhece como cidadão da mesma, pois na medida em que ali não se encontra seu local de trabalho e só serve como dormitório e residência, ele não teria compromisso efetivo com a cidade. A característica que realmente marca uma cidade-dormitório é o fato que nela os seus habitantes saem para trabalhar em outra cidade, voltando apenas para dormir, sendo, portanto, a mobilidade pendular.

Águas Lindas⁴⁷ caracteriza-se, entre outros aspectos, pela ausência de planejamento urbano. Trata-se da cidade que surgiu⁴⁸ desordenadamente, pelas mãos do mercado imobiliário do Distrito Federal, e que acumula problemas de migração desordenada, falta de saneamento básico, desemprego, baixa escolaridade da população, poluição dos mananciais hídricos locais e do Distrito Federal, a exemplo da barragem do Descoberto. Hoje município independente, era conhecido anteriormente como Parque da Barragem e pertencia ao município de Santo Antônio do Descoberto. Compõe a chamada Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride (cf. Figura 5) (QUEIROZ, 2001)

Figura 5: Mapa da Ride com destaque de Águas Lindas de Goiás



Águas Lindas de Goiás, fonte: IBGE, 2010

De acordo com o Censo, 2010, o município goiano apresentava uma área de 188,384 km², população estimada em 159.378 mil habitantes e densidade

⁴⁷ Águas Lindas de Goiás, inicialmente, chamava-se Parque da Barragem e pertencia ao município de Santo Antônio do Descoberto. Segundo os moradores pioneiros, o nome Águas Lindas surgiu devido às nascentes de curso d'água de mesmo nome. Havia, nas proximidades, clube recreativo com igual denominação.

⁴⁸ Começou a crescer às margens de um lixão devido à exploração imobiliária. Os lotes eram baixo valor o que facilitavam sua aquisição por parte da população (98%) Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81guas_Lindas_de_Goi%C3%A1s

demográfica 846,03 hab-km². Limita-se com o Distrito Federal, Corumbá de Goiás. Cocalzinho, Padre Bernardo e Santo Antônio do Descoberto.

Nos anos 70 existia, em Águas Lindas apenas, cerrado e algumas fazendas e chácaras. Devido à sua proximidade com Brasília, lá foram se instalando famílias, não apenas de Brazlândia, Cocalzinho, Pirenópolis, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, mas também do Distrito Federal e, posteriormente, de diversos estados brasileiros (QUEIROZ, 2001). Com a chegada de grandes empresários, donos de lotes, a migração foi se intensificando aos poucos, haja vista a transformação dos grandes lotes originais em loteamentos urbanos, a preços inferiores aos praticados no Distrito Federal. Em 1995, a partir do novo ordenamento territorial urbano do Entorno, Águas Lindas emancipou-se de Santo Antônio do Descoberto, por intermédio da Lei nº 12.797, de 27 de dezembro de 1995.

Nesse aspecto, ganhou autonomia político - administrativa, garantindo a agilização da solução dos problemas municipais, haja vista, entre outras coisas, a mobilização dos recursos provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que constitui importante fonte de renda municipal e favoreceu, teoricamente, a solução dos seus problemas infraestruturais. Paralelamente aos problemas socioeconômicos e ambientais, Águas Lindas ocupa a desconfortável posição de ser uma cidade economicamente dependente do Distrito Federal, formando, juntamente com os municípios do Entorno, um cinturão de pobreza⁴⁹ em volta do quadrilátero do Distrito Federal.

A região de Águas Lindas tem sua peculiaridade, por localizar-se próximo à barragem do Descoberto⁵⁰, na Área de Proteção Ambiental (APA) do Descoberto, no Distrito Federal. Essa barragem é responsável pelo abastecimento de 60% da população do Distrito Federal e representa, atualmente, um dos principais problemas de gestão de água para órgãos como CAESB e Sematec. A agricultura praticada por proprietários de lotes às margens da barragem e a ocupação urbana não planejada,

⁴⁹ O potencial da capital da República, líder nacional em renda per capita, já não comporta a pressão exercida por municípios vizinhos, ela própria dependente de recursos da União. Além de ter de cuidar de si mesma, Brasília passou a ser a tábua de salvação da população de cidades goianas e mineiras hoje mergulhadas no caos, com administrações endividadas e equipamentos sucateados.

⁵⁰ A Barragem do Rio Descoberto foi concluída em 1974, de propriedade da Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb), utilizada como reservatório para o abastecimento de água para a cidade de Brasília, Capital Federal do Brasil.

tanto no Distrito Federal quanto no Entorno, são os principais causadores do comprometimento dos recursos hídricos da bacia hidrográfica na qual se encontra a barragem do Descoberto.

A bacia do rio Descoberto e sua represa sofrem efeitos de muitas origens, seja decorrente do manejo agrícola e florestal inadequado, praticado por chacareiros que ocupam as margens da barragem; seja pela especulação imobiliária que margeia a APA, na qual está inserida Águas Lindas. Além disso, a precariedade da infraestrutura do município, no tocante esgoto sanitário, tem contribuído para a deterioração do sistema de abastecimento de água do Distrito Federal.

As principais características socioeconômicas e infraestruturais da população local são descritas a seguir: O percentual de pessoas acima da linha da pobreza aumentou gradativamente entre 1991 e 2010. Os percentuais de pessoas abaixo da linha da extrema pobreza e da linha da pobreza diminuíram gradativamente nesse mesmo período, podendo ser visualizado pela tabela (Figura 6) a seguir (IBGE, 2012).

Figura 6: Características socioeconômicas da população de Águas Lindas de Goiás

Ano	1991	2000	2010
Percentual de pessoas abaixo da linha da extrema pobreza	15,2%	13,3%	11,4%
Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza	43,6%	33,0%	27,1%

Fonte: Censos Demográficos - IBGE

Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=520025>

5.2 Ações relativas à habitação em Águas Lindas de Goiás

O município de Águas Lindas apresenta hoje programas de política habitacional voltados para população de baixa renda, o Programa de Subsídio Habitacional (PSH) e o programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PSH é

um financiamento entre o Município e a Caixa Econômica Federal (CEF) para atender as famílias de baixa renda. (NOBREGA, 2009).

Águas Lindas de Goiás nasce com um forte vínculo à construção de Brasília e principalmente com a ausência de Política Habitacional do Distrito Federal que atendesse a população com baixos rendimentos. Segundo Relatório técnico do Plano Diretor de Águas Lindas de Goiás (2002) a criação das cidades-satélites e o processo de invasões impulsiona a expansão da periferia.

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - PDOT (1996) reconhece a ocupação indiscriminada da periferia do Distrito Federal demonstrando que não foi acompanhada de recursos financeiros suficientes para dotá-las de infra-estrutura urbana o que levou a uma sobrecarga dos serviços no Distrito Federal. Dessa forma, a situação de saneamento no município, apresenta-se conforme observado na tabela (Figura 7) a seguir:

Figura 7: Situação de saneamento em Águas Lindas de Goiás

Saneamento – Águas Lindas de Goiás - GO

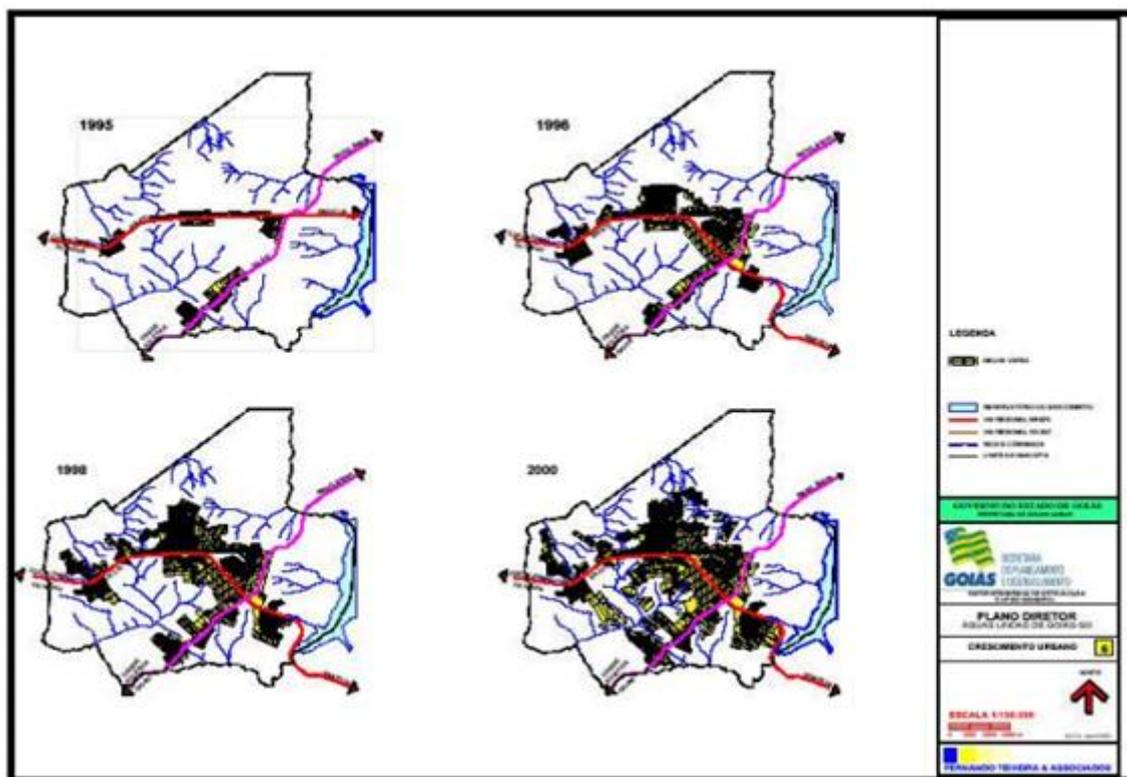
Indicadores	Domicílios
Esgoto – Domicílios particulares permanentes com banheiro ligado à rede geral	15
Água – Domicílios particulares permanentes com abastecimento ligado à rede geral	487
Lixo – Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	8.651
Total de domicílios particulares permanentes	26.349

Fonte: Nobrega, 2005,

A situação de saneamento de um local demonstra uma forma discriminatória (segregação da pobreza e cidadania restrita a alguns), e ambientalmente predatória (MARICATO, 2002 apud NOBREGA, 2005). Entre os anos de 1995 a 2005, a população de Águas Lindas de Goiás atingiu uma cifra em torno de 200 mil habitantes. Os dados apontam que em 1995 correspondia a 61.478 habitantes e em 2000 o município atinge 105.583 habitantes (NOBREGA, 2005).

O adensamento populacional no município de Águas Lindas de Goiás, entre os anos de 1998 a 2000, coincide com a redução das medidas populistas que incentivava loteamentos no Distrito Federal (vide Figura 8). Observa-se, no município, um forte adensamento populacional resultante da migração da população do Distrito Federal para o Entorno margeando as principais rodovias como a BR 070 que liga Brasília - DF a Cocalzinho – GO e a GO 547 que liga a Cidade Eclética - GO a Brazlândia – DF.

Figura 8: Adensamento populacional em Águas Lindas de Goiás



Fonte: Nobrega, 2005

Diante desse cenário, há a necessidade de legalização dos loteamentos irregulares. As estratégias previstas no Relatório Técnico do Plano Diretor (2000) são soluções que atendem a diretriz XIV do Estatuto da Cidade, pois busca solucionar os problemas, principalmente de saneamento básico, para que possa atender a regularização fundiária e urbanização dos loteamentos existentes na APA.

Segundo Mota (2003), a ordenação deste crescimento é importante, de modo que as influências que o mesmo possa ter sobre o meio ambiente não se tornem prejudiciais aos habitantes. Pensar na garantia do direito de moradia para todos, inclusive para as futuras gerações, perpassa por questões ambientais, pois se torna fundamental a necessidade de garantir para as futuras gerações água potável, solo para plantio, minérios e outros, somente assim estaremos pensando em planejamento numa perspectiva de futuro.

No que se refere a política habitacional, vale constar a existência de muitos recursos financeiros do PAC – Programa de Aceleração e Crescimento voltados para a infra estrutura do município. O recorte da pesquisa é o *Condomínio Doce Lar*, localizado na região do loteamento Mansões Camargo, financiado pelo Programa *Minha Casa, Minha Vida*. Nesse contexto, é importante apresentar mais um pouco acerca do condomínio em questão. O *Condomínio Doce Lar*⁵¹ é um empreendimento criado pela Brookfield Incorporações⁵².

Numa investigação exploratória feita ao stand de vendas, algumas mensagens como: “A Brookfield também realiza um trabalho de educação”, “como obter os benefícios do Programa *Minha Casa, Minha Vida* do Governo Federal” e “suporte para aquisição do primeiro imóvel”, fazem parte do folder de propaganda do empreendimento. Na visita etnográfica, também pode-se verificar, alguns aspectos do jogo comercial, em anúncios como: “Sucesso Total”; 1ª, 2ª e 3ª fases 100% vendidas” e “Saia do Aluguel” mexem no imaginário dos futuros compradores. Além disso, algumas características da construção dos imóveis, como materiais e tamanhos foram previamente analisados.

Considerando que o objetivo do estudo é verificar de que forma o papel da casa própria favorece a construção da identidade e qual a representação social dos moradores do *Condomínio Doce Lar*. O próximo e último capítulo responde a essa questão, da identidade no que se refere a casa própria e está dividido em três

⁵¹ As informações citadas a respeito do empreendimento Doce Lar fazem parte do panfleto obtido no stand de venda das casas numa das visitas para reconhecimento do campo de pesquisa.

⁵² A multinacional canadense Brookfield após comprar a MB Engenharia – aquisição de 100% do seu capital social, um negócio no volume de R\$ 164 milhões a ser pagas em duas parcelas: “R\$ 40 milhões à vista e quitação prevista para 2011, em função do Ebitda - geração operacional de caixa adquirida nos anos de 2009 e 2010, com a possibilidade de que parte seja realizada por meio da emissão de novas ações”.

partes: procedimento da pesquisa, percepção da pesquisadora e resultados das entrevistas.

6. CASA PRÓPRIA E IDENTIDADE NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM AGUAS LINDAS DE GOIÁS

A nossa casa

A nossa casa, Amor, a nossa casa!
Onde está ela, Amor, que não a vejo?
Na minha doida fantasia em brasa
Constrói-a, num instante, o meu desejo!
Onde está ela, Amor, a nossa casa,
O bem que neste mundo mais invejo?
[...]
Sonho... que eu e tu, dois pobrezinhos,
Andamos de mãos dadas, nos caminhos
Duma terra de rosas, num jardim,
Num país de ilusão que nunca vi...
E que eu moro - tão bom! - dentro de ti
[...]

Florbela Espanca

A poetisa portuguesa traz em seu poema “casa“, aspectos fortes como sonho, realidade, amor, fantasia e ilusão, pontos observados nas dimensões que revelaram-se nas famílias entrevistadas. A casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. Nessa integração, o princípio de ligação é o devaneio. (...) Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. É o corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser “jogado no mundo“ (...), o homem é colocado no berço da casa. (BACHELARD, 1957)

Um processo essencial para que alguém se sinta identificado ou pertencente a um entorno é o que se entende por apropriação. Na apropriação, o sujeito interage dialeticamente com o entorno, o que resulta numa transformação mútua. O sujeito age sobre o meio, modifica-o e, neste processo, vai deixando sua marca e sendo igualmente marcado por ele. Isto se dá na medida em que as transformações do meio pelo homem são resultantes de necessidades subjetivas, de emoções, de expectativas, em suma, de vivências que vão fazendo parte da história pessoal do sujeito.

Esse capítulo responde a quarta questão de pesquisa, que trata do papel da casa própria na identidade dos moradores do *Condomínio Doce Lar* na cidade de Águas Lindas de Goiás. O capítulo se divide em três componentes: primeiro,

procedimento de pesquisa, subdividido em pesquisa por observação direta e pesquisa por entrevista; segundo, percepção da pesquisadora e resultados das entrevistas e o terceiro subdividido em duas partes, descrição e análise.

6.1 Procedimentos de Pesquisa

Desde o início desse estudo, optou-se pela pesquisa apoiada na epistemologia qualitativa, que por sua vez, é um processo de comunicação entre pesquisador e pesquisado, um diálogo permanente que toma diferentes formas. Essa perspectiva concebe o objeto de estudo como sujeito e não como reservatório de respostas, e exige que o pesquisador interaja ativamente com o sujeito.

Devemos salientar, ainda, que o uso do diálogo é um processo que favorece a formulação de perguntas, de respostas, e principalmente do desenvolvimento do bem-estar emocional dos sujeitos que participam da pesquisa – incluindo aí o pesquisador; o bem-estar emocional dos participantes da pesquisa é considerado fonte essencial para o pensamento: elemento imprescindível para a qualidade da informação produzida na pesquisa. González Rey (2002), nesse aspecto, reforça que:

“Toda pesquisa qualitativa deve implicar o desenvolvimento de um diálogo progressivo e organicamente constituído, como uma das fontes principais de produção de informação. No diálogo se criam climas de segurança, tensão intelectual, interesse e confiança, que favorecem níveis de conceituação da experiência que raramente aparecem de forma espontânea na vida cotidiana. Para chegar a essa produção de informação, necessita-se de maturidade e interesse nos sujeitos estudados, os quais só surgem como resultado da maturidade dos processos de comunicação gerados de forma diversa no desenvolvimento da pesquisa.”(p.55).

Para tanto, foram utilizadas as seguintes técnicas: análise de discurso e conversação, além de análise das narrativas e das imagens.

6.1.1 Pesquisa por observação direta

O critério adotado para a escolha dessa discussão partiu de uma experiência pessoal. Em meados de 2010, teve - se notícias de que casas populares⁵³ estavam sendo construídas no Parque Atheneu⁵⁴, na região sudeste de

⁵³ Me refiro à casas populares, por se tratarem de casas financiadas pelo programa federal Minha Casa Minha Vida, mas após avaliar o custo benefício numa das vezes que estive no stand de vendas, verifiquei que o preço real nada tinha de popular e dessa forma o metro quadrado do imóvel era similar a de regiões nobres da cidade.

Goiânia, o Condomínio Brisas do Cerrado. Era uma das primeiras propagandas do PMCMV vistas em outdoor e a garota propaganda do empreendimento era Ana Maria Braga, simbologia essa que dizia um pouco sobre o público que se pretendia atingir.

Em seguida, passou-se pelo local onde seria construído o condomínio e teve-se a sensação de ser um bom negócio, já que o local, o stand de vendas estava muito movimentado. Entrou-se para conhecer e logo um corretor da construtora responsável, a Leonardo Rizzo Imobiliária, apresentou o empreendimento, informando valores e em seguida acompanhou rumo à casa cenográfica. A casa em questão era linda, bem decorada. A divisão dos cômodos conversava com os móveis de forma harmoniosa. Uso de espelhos, mobiliário planejado, cores fortes e elegantes cabiam perfeitamente nos espaços. Trata-se de uma geminada, com dois modelos de casa, uma com dois e outra com três quartos.

Em seguida iniciou-se uma série de questões acerca do valor do imóvel e formas de pagamento. O corretor foi discorrendo sobre valores e expondo de que forma se poderia realizar o financiamento. Continuou-se com mais alguns questionamentos, como estrutura da casa, valor do metro quadrado, juros mensal, juros anual e valores do subsídio.

Outra questão que não saia da cabeça era o motivo do excesso de procura por um empreendimento caro, longe de muitos serviços, numa região periférica ao centro da cidade e ainda com uma dívida de pelo menos trinta anos. O corretor foi categórico ao dizer à pesquisadora: “A senhora não tem perfil para esse empreendimento. As pessoas que procuram o PMCMV não fazem esse tipo de avaliação, mas apenas se as parcelas cabem no orçamento familiar”. A partir disso, surgiu curiosidade em estudar tudo o que permeava o imaginário da Casa Própria. Dias depois iniciou-se leituras que pudessem orientar na construção de uma pesquisa no mestrado.

⁵⁴ O conjunto habitacional Parque Ateneu está localizado na região sudeste de Goiânia e é considerado um dos maiores conjuntos habitacionais da América Latina e um dos principais bairros da Capital goiana. Situa-se nas proximidades da GO-020.

A primeira ida à Águas Lindas foi realizada, em 2012, por meio de transporte público, percurso que durou mais de uma hora. Naquele momento avaliou-se que realizar a pesquisa na região traria resultados mais ricos, já que a cidade é definida como uma das mais perigosas do Brasil. Pode-se levantar algumas evidências do que seja morar em Águas Lindas.

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de fevereiro e junho de 2013. A maior parte da coleta dos dados se deu aos fins de semana, sábado ou domingo. A distância entre Brasília e o campo de pesquisa, Águas Lindas é cerca de 40 quilômetros, percorridos num espaço de tempo de aproximadamente 40 minutos (feita de carro). Na oportunidade fez-se visitas ao stand de vendas da Brookfield, com intuito de realizar uma leitura do ambiente, dos possíveis compradores, além de registrar por meio de imagens fotográficas o discurso do marketing. Esses momentos de pesquisa etnográfica trouxeram várias contribuições para as análises.

Ao lado do stand de vendas fica o ambiente cenográfico com duas casas mobiliadas, que tem o intuito de representar aos futuros proprietários como serão seus futuros lares. O ambiente de venda é permeado por mensagens, como: “Saia do Aluguel”, “Use seu FGTS”, “Milhares de brasileiros estão conquistando seu Doce Lar”. Sempre que a pesquisadora esteve no stand do empreendimento, apresentou –se como uma compradora em potencial afim de coletar informações como custo do imóvel, formas de pagamento, valores do subsídio, segurança do local entre outros esclarecimentos a respeito da região. Dessa forma, todas as curiosidades sobre o “negócio” eram respondidas com atenção.

Em seguida, o corretor mostrava a casa decorada. O mais intrigante era o discurso do corretor, que a medida que ia apresentando os cômodos da casa, informava que todos os imóveis eram ilustrativos, até pia do banheiro e da cozinha não seriam aquelas, mas outras de qualidade inferior. O passo seguinte, era a visita ao condomínio, propriamente dito, onde parte das casas já estão ocupadas pelos novos proprietários. O percurso das visitas etnograficas feito entre Brasília e o stand de vendas da Brookfield e do stand até a região do *Condomínio Doce Lar* foi

realizado de carro⁵⁵, e o reconhecimento das casas e famílias foi feito à pé, momento em que vários registros fotográficos foram capturados.

É importante revelar o discurso e as mensagens que as imagens trazem, dessa forma, apresentar-se-á em 4 etapas, divididas em primeira etapa, “ Como é chegar em Águas Lindas de Goiás“; segunda etapa, a “Realidade do Entorno“; terceira, o “ Discurso vendido no stand da Brokfield“ e por fim, o “*Condomínio Doce Lar*“. A partir disso, saliente-se, que a obtenção e análise de imagens (através do uso de fotografias), é uma técnica associada a outros métodos (como observação e levantamentos). Dessa forma, corrobora o conhecimento popular de que “... uma imagem fala mais que mil palavras”, as imagens mostram-se essenciais à perfeita compreensão do espaço, considerando o papel fundamental das referências visuais para a percepção e interpretação do ambiente físico (Sanoff, 1991).

Como é chegar em Águas Lindas de Goiás



Figura 9: Vista da chegada à Aguas Lindas

⁵⁵ É importante ressaltar que o acesso a região de transporte público é realizado com muitas dificuldades, por isso optou-se pelo automóvel.

A escolha da primeira imagem se deu por apresentar uma bela paisagem na chegada à cidade de Águas Lindas de Goiás. O cenário das águas da Barragem do Descoberto que fica no acesso a BR 070, ainda conserva aspectos geográficos originais do bioma cerrado. Anteriormente, essa região era constituída por fazendas e chácaras improdutivas e que progressivamente foram sendo loteadas, e dessa forma a paisagem foi sofrendo alterações. A imagem seguinte evidencia a região do entorno, pois apresenta o processo pelo qual a região foi passando, a periferização. Com o passar dos anos, muitas fazendas foram sendo vendidas e loteadas, mas os altos preços não permitiam as pessoas de baixo poder aquisitivo compra-las, o que favoreceu o processo de invasões.

Realidade do Entorno



Figura 10: Rua do Entorno do Condomínio.

Durante o processo de etnografia, de exploração do entorno, permitiu entender o contraste da região. Com a aumento das invasões, oriundo da especulação imobiliária, o processo de precariedade e o não acesso a serviços básicos dá-se cotidianamente na vida dos moradores. Contrariando a realidade do entorno, o empreendimento Doce Lar, conforme apresentado pela construtora

Brokfield, transmite a ideia de segurança, infraestrutura, conforto e acesso a todos os serviços, expressos através dos enunciados apresentados nas imagens a seguir.

Discurso vendido no stand da Brokfield

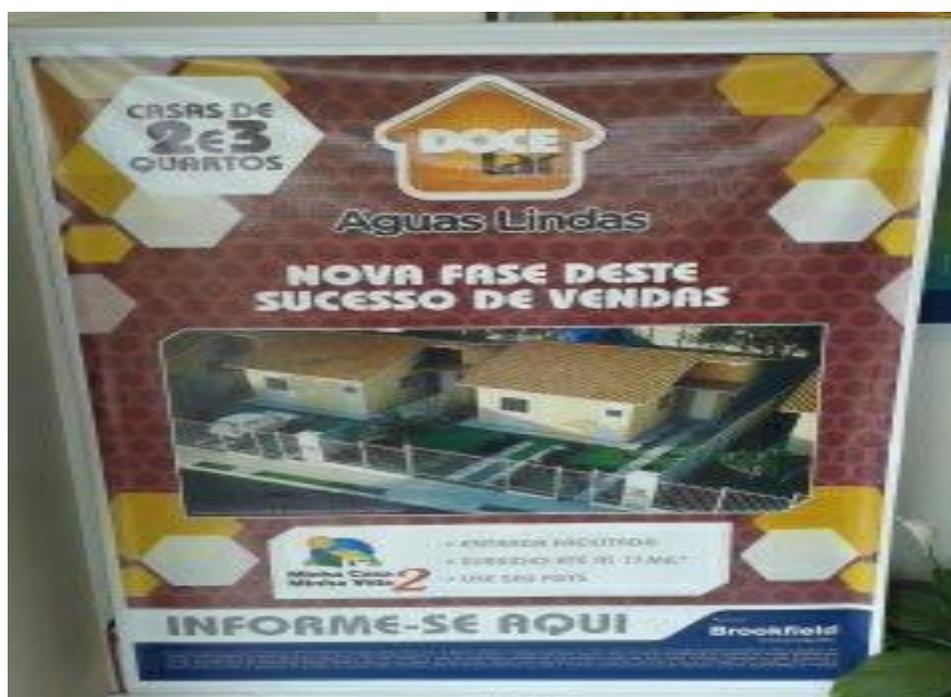


Figura 11: Cartaz do Condomínio Doce Lar. “Nova Fase deste sucesso de vendas”



Figura 12: Informações no stand de vendas: “ Sucesso Total, 1, 2 e 3 fases 100% vendidas”

As duas imagens anteriores apresentam a sensação de conforto, segurança e vida feliz, conforme as seguintes frases: “Nova Fase desse Sucesso de Vendas“, “Sucesso Total - 1, 2 e 3 fases 100% vendidas“, que reforçam esse imaginário.



Figura 13: Imagens fictícias das ruas arborizadas do Condomínio.

A imagem acima revela aspectos do discurso do conceito de vida vendido no stand, por induzir o comprador a ideia de um bairro planejado que contem toda infraestrutura, como quadras, qualidade ambiental, descrito pelas árvores, sinalização das ruas e estéticas das casas. No entanto, quando se chega a realidade percebe-se o défict entre a idealização e a realidade, recorrentes nas várias narrativas enunciadas ao longo da investigação.

O condomínio Doce Lar



Figura 14: Rua do Condomínio.

No entanto, esse déficit de expectativa entre o imaginário e a realidade são revelados através da estruturação do bairro e no discurso dos moradores, que discorrem acerca da frustração ocorrida quando receberam os imóveis. Congênera a imagem que demonstra um bairro distante de serviços básicos, como transporte público, escola, saúde e demais serviços.



Figura 15: Casa com alteração da rua da propaganda, informante 3.

A foto acima revela a noção de insegurança da região, sensação essa observada também no momento das entrevista, visto na separação entre quem está do lado de dentro com quem está fora. Os condomínios são uma forma de enclave regional e dessa forma, contribuem negativamente para a sociedade como um todo, dada a segregação e alienação social que promovem. De acordo com a foto, as grades representam uma espécie de negação do entorno, ou seja, a dicotomia entre o novo bairro e a periferização da cidade.



Figura 16: Entrada de uma Casa sem alteração (rua da propaganda).

Essa imagem foi escolhida levando em consideração a sugestão da informante n. 1, que segundo informado por ela, esta rua é representada nos cartazes de venda no empreendimento, conforme *Figura 13 Imagens fictícias das ruas arborizadas do Condomínio*, sendo para ela a única rua que apresenta todas as condições de infraestrutura urbanística idealizados pelo estilo de vida proposto pela Brokfield. A escolha também justifica-se pelo contraste com a próxima foto, fortalecendo a noção entre o que foi vendido e o que as pessoas receberam.



Figura 17: Área da rua da propaganda, reservada para instalação de parques e centros de convivência comunitário.

É curioso observar, as diferentes dimensões que se evidenciam tanto nas imagens quanto no discurso feito pelos empreendedores do *Condomínio Doce Lar*. Dimensões como sucesso, Nova fase, Bairro planejado, dentre outros trazem aspectos que vão contra a realidade do local.

6.1.2 Pesquisa por entrevista

Para coleta de informações, optou-se pela realização de entrevista semiestruturada, por considerar que permite uma certa organização dos questionamentos, ao mesmo tempo em que pode ser ampliada à medida em que os elementos vão sendo fornecidos.

A pesquisa qualitativa se estabelece como um processo construtivo-interativo, onde pesquisador e pesquisado buscam se engajar em um processo de produção de conhecimento onde ambos são participantes ativos.

A função de pesquisadora exerce um papel que vai além do historicamente vinculado ao psicólogo social, o de sujeito participante. Nessa proposta, o

pesquisador, além de sujeito participante, é considerado sujeito intelectual-ativo, não é apenas um participante da pesquisa, mas é de modo fundamental um teorizador, um construtor de conhecimento sobre cada momento estabelecido na relação com o sujeito; participa da pesquisa e produz reflexões na medida em que surgem elementos no cenário da pesquisa. Além disso, o pesquisador é ativo na construção do vínculo com o sujeito, ativo na construção de um clima de confiança mútua e de valorização do pesquisado como um sujeito determinante da pesquisa e de sua própria história. Ademais, tem-se construído na relação pesquisador-sujeito o sentido que a pesquisa venha a ter para ambos.

Nessa pesquisa, foram entrevistadas três famílias moradoras do Condomínio Doce Lar, que aqui serão tratados como informante 1, informante 2 e informante 3. As dimensões que considero mais pertinentes, se fizeram por alguns motivos, primeiro por se tratar de uma informação recorrente entre os entrevistados e segundo, por apontar aspectos encontrados na literatura. A escolha dos participantes deu-se por amostra casual, considerando os seguintes critérios: casa sem alteração, casa com alteração e uma casa da rua da propaganda⁵⁶. À medida que percebia que o imóvel estava ocupado, a pesquisadora se apresentava e informava que se tratava de uma pesquisa acadêmica de mestrado da Universidade de Brasília e tinha como intuito conhecer sobre o empreendimento e saber algumas impressões de como era morar naquela região, no Condomínio Doce Lar, numa casa financiada pelo PMCMV.

6.2 Percepção da pesquisadora

Considerou-se rica a oportunidade de realizar essa pesquisa, tendo como um dos focos mais importantes, entender e esclarecer dimensões a respeito da casa própria na identidade dos moradores do *Condomínio Doce Lar*, localizado em Águas Lindas de Goiás. É grande a diversidade de condições de vida que podem ser apresentadas pelo ângulo da moradia. Os conteúdos que se referem a casa são infinitos, porém o tempo exíguo da pesquisa não permitiu que se pudesse alongar mais.

⁵⁶ No início da primeira entrevista, a informante 1 revelou que as casas da rua principal eram diferenciadas, pois era considerada a rua da propaganda. Todas as moradias da via foram entregues com grama na entrada, além disso há a existência de telefone público e acesso a futuras instalações de parque e outros equipamentos.

As dimensões consideradas como pertinentes para a análise e com conexão com a teoria serão apresentadas por trechos das falas discutidos no próximo subitem. É importante esclarecer, que há um jogo no que se refere ao mundo imobiliário. Todas as informações vistas no stand de vendas e vinculadas pela mídia, de fato não são daquela forma. Em se tratando da região do condomínio, é sensível perceber que as ruas que ultrapassam o empreendimento Doce Lar, não são asfaltadas, são desprovidas de saneamento básico, coleta de lixo, dificuldade no acesso a transporte público, escola e demais serviços. Outra característica notória é o comprometimento financeiro que as famílias adquirem, no caso, o financiamento que findará num período de 30 anos. No item que se segue, serão discutidas muitas das impressões e sentimentos trazidos pelas famílias do que seja a aquisição da casa própria pelo programa do governo, *Minha Casa, Minha Vida*.

6.3 Resultados das entrevistas

6.3.1 Descrição

A informante número 1 (um) é do gênero feminino, têm trinta e seis anos, casada, três filhos, duas meninas, quatro e seis anos de idade e um menino de oito anos. Relatou que trabalha como confeitadeira, estudou até o segundo ano do Ensino Médio. Ela e o marido são naturais do Estado do Maranhão, da cidade de Caxias. A renda do casal é menor que R\$ 2.000 mil. Informou que a família não possui veículo automotivo.

O informante número 2 (dois) é do gênero masculino, tem cinquenta e seis anos, é solteiro, dois filhos, uma moça de vinte e três anos e um rapaz de vinte e seis anos. Os filhos não moram com ele. É comerciante, atua na compra e venda de veículos. Revelou ter estudado até a 5 série da Educação Fundamental. É natural de Lagoa Formosa, Minas Gerais. Possui condução própria e sua renda é de pouco mais de R\$ 2.000 mil.

A informante número 3 (três) é do gênero feminino, tem trinta e dois anos, uma filha de oito anos. Estudou curso técnico de saúde bucal e trabalha como auxiliar de dentista, numa clínica localizada ao lado do HGRAN, na Asa Norte. Ela e

o marido são naturais do Estado do Maranhão. Possuem veículo automotivo e a renda familiar é maior que R\$ 3.000 mil.

6.3.2 Análise

Os motivos e escolhas em morar no município de Águas Lindas são diversificados, vão desde a questão pela proximidade ao Plano Piloto, até a adequação das parcelas no orçamento familiar, conforme as narrativas.

A exemplo da narrativa da Informante nº 1, a família migrou do interior do Maranhão para o Distrito Federal em 2005. Relatou que nessa época foram morar em Planaltina de Goiás, região do entorno de Brasília. A situação da moradia era de aluguel. No Maranhão, moravam na casa dos pais. Há apenas um ano se mudaram para o *Condomínio Doce Lar* em Águas Lindas de Goiás. Narrou que a primeira tentativa para fugir do aluguel foi buscar pela sonhada “Casa Própria” através do PMCMV em Valparaíso de Goiás, informação apreendida pelo relato a seguir:

“[...] a concorrência era maior, a casa era mais cara e o lote era menor, em seguida tentamos entrar no Programa em Águas Lindas e num prazo de um ano e meio conseguimos ser contemplados” (Informante 1 – Feminino).

Já os demais informantes, 2 e 3 relataram que também não são naturais da região. O informante 2 é do sertão de Minas Gerais, enquanto a informante 3 relatou que ela e o marido, são originários do Nordeste, Estado do Maranhão.

A região do Entorno concentra parte do total populacional que se encaminha para as cidades do Distrito Federal, mas que não consegue fixar-se nestas localidades pelos altos preços do solo urbano, dos aluguéis e das dificuldades de acesso ao espaço agrário. Campos (1998, p.110) reforça que “a limitada oferta de terra urbana tem constituído um fator de aguçamento dos problemas socioespaciais presentes em todo o processo de formação do espaço urbano de Brasília”. Desse modo, é aceitável afirmar que isso não ocorre somente no espaço urbano de Brasília, mas no espaço segregado do Entorno do Distrito Federal.

Em relação ao custo das habitações, parcelas e acesso aos subsídios, a definição dos critérios não são muito nítidas, mas fica claro que há uma mobilidade

social, conforme mencionou Pochmann (2012), as características dessa mobilidade social agregadas ao “valor familiar”, junto com o apelo do consumo, induz a nova classe a sair da pobreza e se fomentar com a moderna classe média, aspecto esse evidenciado pelo financiamento da casa própria.

“Ganhamos subsídio de R\$ 7mil e o valor das nossas parcelas é de R\$ 400,00”. (Informante 1 – Feminino).

“Aqui eu pago R\$400.00 e gasto mais R\$ 400.00 (gasolina), que dá R\$800.00 Lá eu ia pagar R\$ 900.00 (Taguatinga, a moradia anterior). Recebi subsídio de R\$ 17.000.00 mil [...]” (Informante 2 – Masculino).

“Pagamos parcela de R\$ 500.00 E o subsídio foi de R\$14.000.00 mil” (Informante 3 – Feminino).

No aspecto da mobilidade, há narrativas acerca da dificuldade do acesso ao transporte público, pois além do ponto de ônibus ser longe, a oferta é muito baixa.

“O acesso a ônibus é muito difícil, o ponto de ônibus é longe, e passam de hora em hora. Meus filhos vão para a escola de transporte escolar, pois do contrário seria muito difícil levar as crianças na escola” (Informante 1 – Feminino).

“Para quem pega ônibus é complicado. Eu trabalho por conta própria, saio a hora que eu quero” (Informante 3 – Masculino).

“Como saímos de carro, ainda não tive nenhuma dificuldade” (Informante - 3 – Feminino).

Vale a pena reforçar as características da cidade dormitório trazida pela Informante 3. O processo de urbanização e metropolização brasileira foi reforçado pela especulação imobiliária que coordenou a incorporação do solo urbano, cuidando de levar conjuntos habitacionais destinados às classes sociais mais pobres para longe da cidade, garantindo a valorização de áreas intermediárias no cinturão periurbano (CANO, 1988). Esse processo, que se repetiu em outras localidades, contribuiu para a distância física dessa população, reificando no espaço a distância social. O elemento que define a ideia de uma “cidade-dormitório” é o mesmo: áreas residenciais com grande proporção de pessoas que realizam suas atividades cotidianas (trabalho, estudo ou lazer) em outro núcleo urbano, geralmente na própria metrópole, exemplo claro de alguns moradores de Águas Lindas, conforme observado na entrevista.

“A gente não faz nada aqui, a gente só mora; Saímos de manhã e chegamos a noite. Saímos as 6hs da manhã, deixamos nossa filha na escola, no Sudoeste⁵⁷ e em seguida vamos para o plano, onde trabalhamos” (Informante 3 – Feminino).

No que tange a escolha pela localização, a informante 3 relatou que decidiram comprar a casa em Águas Lindas, porque em Brasília não tinham condições financeiras suficientes.

“Na verdade, foi meu esposo, eu não entendo muito disso. Tinha aqui (um dos locais mais baratos) e no Valparaíso, daí ele falou que o trânsito daqui é menos pior” (Informante 3 – Feminino).

No aspecto da interação com o bairro, na relação com a vizinhança e na constituição das identidades desses moradores em relação a Águas Lindas de Goiás, fica evidente no conteúdo trazido. As práticas do cotidiano vinculadas ao bairro e ao domicílio, o acesso a serviços, as condições de habitabilidade da moradia e as formas de interação e participação da população são aspectos importantes das condições de moradia, conforme reforça Jacobi (2000), apresentadas nas falas a seguir:

“O local é calmo, gostei do setor” (Informante 2 – Masculino)

“A gente não faz nada aqui, a gente só mora”. (Informante 3 – Feminino).

“Dizem que é muito perigoso, mas a gente colocou reforço na porta. A interação com os vizinhos é boa” (Informante 3 – Feminino)

Outro aspecto importante a ser considerado é o tempo gasto no deslocamento diário de casa para o trabalho e no retorno para casa, condição cotidiana de muitas famílias brasileiras.

Gastamos pelo menos 3hs por dia para nos deslocarmos de Aguas Lindas até o Plano Piloto (Informante – 3)

A expectativa é outra categoria importante para análise que se propõe. As condições de moradia se evidenciam por inúmeros aspectos, características essas reveladas a seguir na fala dos moradores.

⁵⁷ O Sudoeste/Octogonal é uma região administrativa do Distrito Federal. A região administrativa foi criada em 2004, a partir de áreas originalmente da R.A. do Cruzeiro. Compreende dois bairros distintos: o Setor Sudoeste e a Área Octogonal Sul. É uma das regiões nobres do Distrito Federal por estar próxima de Brasília e do Parque da Cidade Sarah Kubitschek - uma das principais áreas de lazer ao ar livre do Distrito Federal. Disponível: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sudoeste/Octogonal>

“[...] a propaganda é enganosa, dessa forma não tá sendo agradável morar na região, pois há carência de vários serviços (...) uma parte da laje havia caído, e que foi muito difícil conseguir reparo, pois não existia essa coluna, tava despencando a laje”. (Informante -1)

“O quintal tinha um buraco e eu fui aterrando. Quanto a qualidade, se você sentar e escorar, encostar na porta, ela cai. [...] O defeito que eu considero é que ao invés de rebocar com massa de cimento, eles rebocaram com gesso. A laje de isopor é rebocada com gesso. (Informante – 2)

“Não tinha cimento na entrada, era barro, chovia e virava lama. Primeira modificação foi colocar cimento e aumentar a cobertura da garagem”. (Informante - 3)

É importante observar que as narrativas acima evidenciam aspectos do marketing que trazem a ilusão de um produto ideal e que na realidade fica aquém das expectativas do consumidor. A publicidade é uma das maiores forças da atualidade. Ela é um combustível que impulsiona a indústria, o comércio e qualquer outra atividade. No que tange ao sonho da casa própria fica nítido pelas imagens anteriores.

Expressões como: “Sucesso de vendas”, “Saia do Aluguel” e “Sucesso total”, evidenciam estratégias do marketing utilizadas no stand de vendas da Brokfield no apelo comercial de venda da casa própria financiada pelo PMCMV, com o intuito de atingir o imaginário do consumidor para alcançar a meta de realização do sonho da casa própria. Porém as narrativas expressas pelos moradores denotam contradição entre o produto comprado e o produto recebido. No campo da estrutura da casa revela que a expectativa do que viram na propaganda e quando receberam é muito ruim.

“Não tinha nada haver com o que mostraram para nós, depois que começamos a reclamar, eles modificaram o stand [...] (Informante -1)

“Quando fui escolher o endereço, eu escolhi um lote de esquina de rua, e isso é um beco. Não me disseram que era um beco e quando fui indagar me informaram que era rua de pedestre” (Informante -1).

“A gente espera que tudo que tá lá seja verdade, porque tudo parece normal, não é nada de maravilhoso, é uma casa popular. Mas a gente espera que seja pelo menos uma casa normal. Eu costumo dizer que não é *Minha Casa, Minha Vida*, é um pesadelo, porque só tem dívida mesmo. Eu costumo brincar: *Minha Casa, Minha Dívida*” (Informante -1).

No que tange a identidade, que traz a noção de pertencimento de posse, podemos visualizar nos seguintes relatos.

“É aquele negócio, no aluguel, toda a vida você gasta, você nunca tem nada. Pra mim foi bom, setor muito bom, to gostando. Falta alguma coisa, mas nada é perfeito. Nem a gente é perfeito” (Informante - 2).

“Aqui daqui a um tempo, isso aqui vale alguma coisa. O jeito da casa é a mesma coisa. Eles disseram que íamos receber com grama, mas não recebemos. Veio sem chuveiro, lâmpadas, o resto ta ok. Rezar para cada dia ficar melhor” (Informante - 2).

“Não é lá aquele sonho, mas nós morávamos muito tempo de aluguel e o aluguel é bem mais caro e nunca tínhamos esperança, ia pagar o resto da vida e nunca ia ser da gente. Agora, a gente vai demorar um pouco para pagar, mas vai ser nosso. Não teve diferença entre o que nos vimos e recebemos”. (Informante - 3)

Outra dimensão que permeia é o Sonho da Casa Própria. Adquirir um imóvel é tido em nossa sociedade como algo extremamente custoso, o que implica em realizar muitos sacrifícios, pelo menos no que tange aos sujeitos oriundos das classes baixas e médias. A ideia de casa própria muitas vezes é associada à um sonho de consumo ou o início de uma nova vida.

“Eu costumo dizer que não é Minha Casa Minha Vida, é um pesadelo, porque só tem dívida mesmo. Eu costumo brincar Minha Casa, Minha Dívida. Todas as coisas que falaram, Posto de Saúde, Posto Policial, não tem nada. O posto policial, as escolas, tudo é longe. (...) A vida ficou bem arrochada, no entanto como eu tenho 3 crianças pequenas, eu sofri com aluguel. O problema não é pagar, o problema é pagar e viver mal. Morar de aluguel é muito ruim. O meu consolo é pensar: é difícil e se eu consegui até o fim é meu e ninguém vai reclamar de menino e pedir a casa de volta” (Informante – 1)

“É aquele negócio. No aluguel, toda a vida você gasta, você nunca tem nada. Para mim foi bom, setor muito bom, to gostando. Falta alguma coisa, mas nada é perfeito, em a gente é perfeito” (Informante – 2)

“Não é lá aquele sonho (risos), mas nós morávamos muito tempo de aluguel e o aluguel é bem mais caro e nunca tínhamos uma esperança, ia pagar o resto da vida e nunca ia ser da gente. Agora, a gente vai demorar um pouco para pagar, mas vai ser nosso” (Informante – 3)

Outro aspecto forte foi a questão de gênero. Ficou evidente na fala da Informante 3, que seu poder de decisão na hora de morar em Águas Lindas ficou a cargo do marido, além de toda a negociação acerca da transação comercial.

[...] Na verdade, foi meu esposo, eu não entendo muito disso. Tinha aqui (um dos locais mais baratos) e no Valparaíso, daí ele falou que o trânsito daqui é o menos pior. [...] Não tenho certeza dos detalhes da transação, pois foi meu marido que negociou tudo. [...] (Informante – 3)

O tamanho do imóvel. No que tange ao espaço da casa, a informante – 1 relatou, que:

[...] é bem apertado, não há espaço suficiente na cozinha, não há área de serviço, minha máquina de lavar tem que ficar na cozinha junto aos outros eletrodomésticos, diminuindo o espaço de circulação das crianças. A acomodação das crianças é muito pequena, há uma beliche e outra cama, e que sobra mal dá para o armário”.

A moradora ainda reforça que, optaram pelo imóvel com dois quartos, porque a diferença da casa com três quartos não correspondia com a renda do casal.

A segurança evidencia igualmente esta vontade motivadora do indivíduo em ter uma casa, um cantinho, como diz o poema: “nossa casa, nosso amor, nossa casa, (...) Assim nada importa, a distância, o entorno, a real vontade de ser dono de algo, até mesmo o sonho, essa identidade de proprietário perseguida. No entanto a ilusão desde sonho pode ser interrompida no momento das expectativas frustradas, quando promessas como saia do aluguel e seja feliz no *Condomínio Doce Lar* se apresentam aquém das promessas feitas pelo empreendimento.

No estudo da abordagem complexa da subjetividade, González Rey (2005, p. 44) desenvolve a categoria de sentido subjetivo, definindo-a “como a unidade dos aspectos simbólicos e emocionais que caracterizam as diversas delimitações culturais das diferentes práticas humanas em um nível subjetivo”. Dessa forma, caracterizado por sua versatilidade diante das variadas ações do sujeito, nos múltiplos espaços nos quais se expressa. Essa categoria está fundamentada em Vigotski (1987, p. 275-6) que define o sentido como:

[...] um agregado de todos os fatores psicológicos que surgem em nossa consciência como resultado da palavra. O sentido é uma formação dinâmica, fluída e complexa que tem inúmeras zonas que variam em sua estabilidade. O significado é apenas uma dessas zonas de sentido que a palavra adquire no contexto da fala. É a mais estável, unificada e precisa dessas zonas.

A respeito da identidade de lugar, é considerada uma subestrutura da identidade pessoal construída a partir da relação do sujeito com seu entorno físico e social. A construção dessa identidade está relacionada à percepção de um conjunto de cognições e a ligação desses vínculos emocionais e de pertencimentos aos entornos significativos para os moradores (CAVALCANTE e MOURÃO, 2011), significantes que ficaram evidenciados nas narrativas.

Por ser fluída, frágil e sensível, a dimensão de sentido pode apresentar – se de variadas formas, desdobrar-se e novamente associar-se à produção de novos sentidos, com novas qualidades, permitindo uma representação complexa da subjetividade. Seu caráter singular subverte a relação entre uma ocorrência objetiva e sua interpretação psicológica. Pela sua ação recursiva nas ações atuais e pretéritas do sujeito, caracteriza-se como uma produção histórica, posto que aparece apenas na expressão plena do sujeito. Assim, o sujeito e seus diversos sentidos subjetivos, frutos de sua história e dos contornos de sua vida, convertem-se no foco central da subjetividade apresentada pelas narrativas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 Como foi respondida cada questão de pesquisa

Essa investigação finalizou em seu conjunto acerca das relações entre as políticas habitacionais implantadas pelo programa federal Minha Casa Minha Vida no município goiano de Águas Lindas na perspectiva da subjetividade, das representações sociais e das identidades das famílias contempladas pelo programa. O foco do estudo se realizou no *Condomínio Doce Lar*. Para tanto, partiu-se do pressuposto principal de que aspectos socioeconômicos e as dinâmicas da urbanização influenciam as condições de moradia. É importante observar o caminho percorrido para se alcançar as respostas das questões guias dos capítulos.

A primeira questão de pesquisa, que se referiu ao papel das políticas habitacionais na organização espacial e condições de moradia nas cidades brasileiras, foi respondida por meio de pesquisas bibliográficas e documentais. Foi fundamental um mergulho no contexto socioeconômico, dos inúmeros programas políticos econômicos e seus efeitos na demanda habitacional brasileira.

É notório os efeitos que o processo de urbanização trouxe para as cidades brasileiras. Com o intenso processo de migração do campo para a cidade, os centros urbanos eram desprovidos de infraestrutura suficiente para acolher os novos cidadãos. Dessa forma, o processo de periferização se torna comum e recorrente. Desse modo, as condições de moradia eram ruins, com habitações precárias (favelas, cortiços e casa autoconstruídas em terrenos destituídos de serviços públicos ou em regiões centrais degradadas). A demanda habitacional nos centros urbanos crescia à medida que os fluxos migratórios se faziam presente.

A realização da discussão nos termos propostos ultrapassa construções ideológicas que permeiam o tratamento do problema da habitação no plano do senso comum e impedem que sejam enxergados aspectos fundamentais da questão. Entre outros efeitos, essas visões “desenvolvimentistas” tendem a resumir o debate das políticas habitacionais (e das políticas públicas em geral), a uma disputa entre “intervencionismo” e “liberalismo” e a estabelecer, assim, uma falsa polêmica que obscurece as causas do problema e desvia sua discussão dos

questionamentos à ordem capitalista. Essas duas orientações não constituem, todavia, opções técnicas, e sim linhas de ação que prevalecem no Estado, em meio a diferentes conjunturas mundiais e nacionais, em função dos interesses do capital.

A produção de moradias promovida pelo Estado desenvolvimentista tinha como um dos objetivos a estruturação do setor da construção civil, a fim de dinamizar a economia. Além disso, promoveu-se a ideologia da casa própria como forma de controle social. Também foi estimulado por esse modelo o processo de expansão das cidades brasileiras por meio da predominante implantação dos conjuntos habitacionais⁵⁸ nas áreas periféricas.

É um desdobramento da visão “desenvolvimentista” a ideia de que a solução do problema da moradia depende apenas de investimentos financeiros massivos, de “sentido social”, por parte do governo federal. É certo que, nos marcos do regime atual, o aporte de recursos públicos é essencial à administração do problema, inclusive na forma de subsídios dirigidos ao atendimento da parcela da população trabalhadora que o jargão tecnocrático denomina de “situada abaixo da linha da pobreza”, assim como é certo que, pela dimensão do problema, o grosso desses recursos só pode ser provido pela União. Mas também é verdade que a habitação revestindo a forma econômica de mercadoria — como ocorre também com outras necessidades sociais na sociedade capitalista —, o acesso ao alojamento é definido, em última instância, pela capacidade de se pagar por ela.

A segunda questão de pesquisa que norteou sobre o papel das políticas habitacionais na organização espacial e as condições de moradia na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, foi explorada por pesquisas bibliográficas e documentais. Os resultados mostraram que o processo de expansão do aglomerado da região do Distrito Federal resultou nos seguintes desdobramentos: organização espacial polinucleada, crescimento da mancha urbana, articulação dos municípios goianos com os serviços de Brasília, além do

⁵⁸ A produção de moradias nas periferias na forma de grandes conjuntos habitacionais ocorreu, principalmente, nas décadas de 1960-1970. Esses assentamentos habitacionais se caracterizam por uma condição de extrema precariedade física e ambiental, o que é acentuado em grande parte — mas não somente, devido à alta densidade de ocupação que ocorre naqueles caracterizados como conjuntos “multifamiliares verticais”, que são aqueles formados por edifícios de mais de três pavimentos.

aparecimento de parcelamentos ilegais. Uma das soluções para a demanda habitacional foi a criação de novas cidades- satélites, processo esse, que reforçou o processo de periferização da população de baixa renda, fenômeno similar a escala Brasil.

A terceira questão, que se referiu ao papel do Programa Minha Casa Minha Vida na organização espacial e condições de moradia na cidade de Águas Lindas de Goiás, foi respondida a partir de estudos acadêmicos, governamentais e relatórios já produzidos. Vale acrescentar que o crescimento desordenado do Entorno do Distrito Federal provoca alguns problemas sociais, como segurança, infra estrutura, meio ambiente e outros. Dessa forma há uma demanda inesgotável busca por equipamentos públicos, empregos, diversão e arte. Águas Lindas tem o status e as características de uma cidade dormitório, e sendo assim, mantêm com Brasília uso de serviços cotidianos.

A quarta questão, que tratou do papel da casa própria e os efeitos na identidade dos moradores do Condomínio foi respondida, a partir dos seguintes procedimentos, observação direta e entrevistas. As análises revelam as seguintes dimensões a respeito da Casa Própria: Local de origem da família; Custo financeiro da habitação; Aspectos da mobilidade; Localização da região; Interação com o bairro; Expectativa sobre o empreendimento; Imaginário; Sonho da Casa Própria; Relação de gênero; Tamanho do imóvel e Segurança.

Há que se considerar que o problema da casa popular brasileira é resultado de um complexo que se dá pela diversidade de atores e interesses envolvidos, situação que define modelos operativos diferenciados. Numa aproximação similar à produção de casas populares, podemos definir um sistema que a considera um produto comercial que se compra como mais um objeto de consumo, dentro das leis de oferta e demanda do mercado imobiliário, ou como um processo de integração social de comunidades carentes, onde a casa e o ambiente urbano constituem uma etapa dele.

Para grupos sociais em ascensão a nova classe média categorizada como “classe C⁵⁹”, cujas pretensões, muitas vezes, são as de integrar-se aos padrões de consumo das classes definidas como A e B, o conceito da casa como produto talvez resulte o mais adequado. Há nesses nestes conjuntos, o predomínio de critérios quantitativos acima dos qualitativos, especialmente os da relação custo-benefício, visando sempre o lucro das construtoras acima do interesse de integração urbana e qualificação habitacional. O pragmatismo destes empreendimentos leva a soluções repetitivas, com tipos padronizados, sem consideração dos aspectos culturais, climáticos e sociais. A carência de legislação adequada para estas intervenções nos municípios contribui para a proliferação de casos deficitários em qualificação e integração urbana.

É importante destacar que para os grupos sociais de menor poder aquisitivo, que constituem a grande maioria de pessoas sem casa própria, o caminho é mais complexo que uma simples operação de compra-venda de um bem imóvel. A necessidade de integração social num contexto estimulante e participativo torna-se prioridade e a qualificação urbana e habitacional uma consequência de um processo onde o arquiteto e todos os outros atores da construção intervêm num trabalho multidisciplinar. Nestes casos, a casa e o ambiente urbano que promovem a solidariedade e a convivência resultam no símbolo de uma conquista social, muito mais importante que um objeto que se compra como se fosse um automóvel ou um eletrodoméstico, conforme observado na dimensão “Sonho da Casa Própria” recorrente nas narrativas dos sujeitos.

Desse modo, aplicar as leis de oferta-demanda do mercado imobiliário a este tipo de operações só resulta em unidades repetitivas, sem qualificação habitacional nem considerações sociais ou culturais, em terrenos baratos, normalmente afastados e desintegrados de contextos urbanos medianamente consolidados, situação que resulta no aprofundamento da segregação e exclusão social, cujas consequências repercutem em todo o território do Distrito Federal.

Considerando também que Águas Lindas de Goiás é uma APA – área de proteção ambiental que aflorou um conjunto de ocupações irregulares e hoje passa

⁵⁹ A denominação de classe C é definida pelo Programa Minha Casa Minha Vida como aquela com renda entre três e seis salários mínimos.

por um processo de urbanização, onde nela existe uma característica geográfica muito significativa. Diante disso, é fundamental o Estudo de Impacto Ambiental, sobretudo, para o município, uma vez que o mesmo possui parte de sua área localizada na área de proteção, responsável pelo fornecimento de boa parte de água à população do Distrito Federal. A legislação prevê o direcionamento para que se mantenha a APA conservada, garantindo a qualidade da água. Porém, é notório que os órgãos responsáveis, o governo e a população demonstram desconhecimento da legislação, o que acaba agravando o comprometimento da área e da qualidade da água da represa. O Plano Diretor Local também é essencial por definir áreas de expansão urbana para que resolva os problemas relacionados com os loteamentos irregulares. Para isso é necessário que seja revisado para atender a demanda.

A represa do rio Descoberto é responsável pelo abastecimento de aproximadamente 68% da população do Distrito Federal, formando o principal sistema de abastecimento de água utilizado pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb, que fornece água para consumo humano às cidades do: Guará II, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, Candangolândia, Metropolitana, Gama, Recanto das Emas e Santa Maria. Dessa forma, grande parte da população do Distrito Federal tem como sistema de abastecimento de água a barragem do Descoberto. Já a população de Águas Lindas de Goiás é abastecida por captação de sistemas de poços profundos, o que torna problemático o abastecimento. A população águas lindense, por ser a que está mais próxima do espelho d'água, é a que menos usufrui, e dessa forma não há o reconhecimento da importância e da necessidade de preservar a área em torno da represa.

7.2 Avanços proporcionados pela pesquisa e limitações

O uso da pesquisa qualitativa proporcionou um crescimento enquanto pesquisadora, pois esse processo de pesquisa busca atender aos desafios da sociedade atual, por se tratar de uma realidade em constante mudança e dessa forma contribui para que o investigador superasse a visão concentrada nos instrumentos de coleta de dados e avançasse na perspectiva de reconstruir permanentemente o processo da pesquisa, dialogando a teoria com o momento empírico.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa assumiu um caráter construtivo interpretativo, dialógico que atendeu ao estudo de cada um dos informantes nas dimensões que mais se apresentaram sobre a casa própria.

A partir da perspectiva, de caráter construtivo – interpretativo, Gonzalez Rey (2005, p.6), elaborou o conceito de zonas de sentido, ou seja, os “espaços de inteligibilidade que se produzem na pesquisa científica e não esgotam a questão que significam, senão pelo contrário, abrem a possibilidade de seguir aprofundando um campo de construção teórica”.

Nessa discussão, tratou-se de identificar as dimensões que mais foram recorrentes nas falas dos entrevistados, podendo ser identificadas também como zonas de sentido, pois explicitou o caráter de incompletude da pesquisa, e desse modo abriram-se novas possibilidades para a continuidade de outros estudos, visto que o pesquisador pode construir inúmeras teorias no decorrer das práticas investigativas. A construção de conhecimentos transversaliza os vários momentos de investigação que o pesquisador desenvolve uma ação constante frente à multiplicidade de materiais empíricos coletados, se caracterizando pela atividade pensante e construtiva.

Considerando, que no atual momento globalizado, a realidade tornou-se muito complexa para ser compreendida de forma separada, fracionada, partida, subdividida, faz-se necessário a interdisciplinaridade. Apesar da nossa capacidade para criar/modelar espaços e, sobretudo, embora a humanidade viva essencialmente em ambientes edificados (a maior parte da população mundial habita em cidades), pouco se construiu no sentido de ampliar o conhecimento da interface entre ambiente e comportamento humanos. Desse modo, (CAPRA, 1996 apud ELALI; PELUSO, 2011), reforçou que a interdisciplinaridade fundamenta-se na procura de uma visão integradora da realidade, tendo como alicerce um entendimento sistêmico de mundo e o entendimento “do estado de inter-relação e interdependência dos fenômenos: físicos, biológicos, sociais e culturais”.

Mesmo considerando todo avanço da discussão, devido a complexidade do tema, há que se levar em consideração a limitação temporal, haja visto que a possibilidade de ida a campo se desenvolvia a medida que as casas do *Condomínio*

Doce Lar eram entregues, pois trata-se de um loteamento recente em Águas Lindas de Goiás. É importante considerar a importância de se analisar e agregar o discurso dos demais atores, como a Caixa Econômica Federal, o Ministério das Cidades no que se refere a produção das habitações e qualidade das mesmas.

7.3 Sugestões para desdobramentos em futuros estudos

Diante do exposto, outras questões podem ser levantadas e trabalhadas futuramente em diversas pesquisas. No que tange ao método de pesquisa as medições das condições de moradia, poderá, futuramente se levado em consideração inúmeras técnicas, de forma a mensurar dimensões de temperatura, ruído e congêneres; vistorias técnicas ligadas a materiais e processos construtivos; descrição e mensuração de fluxos internos ou externos aos prédios (de pessoas, materiais, veículos etc); levantamento de mobiliário e reformas, entre outros. As medições introduzem grande número de fatores físicos na equação, dados esses que podem ser cruzados com a percepção/satisfação dos usuários, possibilitando assim a discussão de padrões comportamentais face às características de um ambiente. Mesmo, interessando no presente momento, apenas aos profissionais ligados à construção civil (arquitetos, engenheiros, e outros especialistas em sua verificação), tornam-se essenciais ao completo conhecimento da realidade, podendo explicar muitos aspectos do comportamento humano, sobretudo a partir da busca da correlação entre os dados obtidos e informações geradas por outros meios.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVA, Eduardo Neira. **Metrópoles (in)sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

ALVES, Adriana Melo. **Regularização fundiária ou manutenção das áreas de preservação permanente**. A experiência do Programa Habitar Brasil BID. Dissertação. Mestrado em Geografia, UNB, Brasília 2007.

ALMEIDA, M. M de. **Análise das interações entre o homem e o ambiente: estudo de caso em agência bancária**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de PósGraduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 1995.

_____. **Da experiência ambiental ao projeto arquitetônico: um estudo sobre o caminho do conhecimento na arquitetura**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de PósGraduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2001.

ARANTES, O. B. F. – **“Uma estratégia fatal – a cultura nas novas gestões urbanas”** in: MARICATO, H, VAINER, C.& ARANTES, O . *A cidade do Pensamento Único - desmanchando consensos*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2000.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993

BENEVOLO, L. **História da Arquitetura Moderna**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BONATES, Mariana Fialho. **IDEOLOGIA DA CASA PRÓPRIA... SEM CASA PRÓPRIA. O Programa de Arrendamento Residencial na cidade de João Pessoa-PB**. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte), UFRN, Natal, 2007.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

BRASIL. **Déficit habitacional no Brasil 2007**. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2009

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Ministério da Integração Nacional. Versão Preliminar. Brasília. 2005

BRANDÃO, Arnaldo Barbosa. **Problemas de teoria e metodologia na questão da habitação**. Projeto: arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. São Paulo, nº 66, p. 102- 108, ago. 1984

BRESSER-PEREIRA, L. C. Novo **Desenvolvimentismo e Ortodoxia Convencional**. In: Eli Diniz. (Org.). Globalização, Estado e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

CAIXA. **Demanda habitacional no Brasil**. Caixa Econômica Federal. Brasília, 2011.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp/Editora 34, 2000.

CAMPOS, N. **A segregação planejada**. In: PAVIANI, A. (Org.). A conquista da Cidade – Movimentos populares em Brasília. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CANO, W. **Questão Regional e Urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930**. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Caxambu. Anais... Belo Horizonte, ABEP, 1988.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 1997

CartilhaMCMV-

http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/CARTILHACOMPLETA.PDF

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo, 2000.

CEPAL COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **La marginalidade urbana en América Latina: la dimension espacial**. Santiago: Cepal. 1999

CLICHEVSKY, N. **Informalidad y segregación urbana en América Latina: una aproximación**. Santiago: Cepal, 2000. Disponível em <http://www.vivienda.mosp.gba.gov.ar>, acesso em 18/01/2013.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, **Demanda habitacional**. Brasília, 2012.

CIDADE, L.C. F. **“Planejamento, desconcentração e produção social do espaço no Distrito Federal”**. Brasília: Espaço e Geografia, 2 (1): 57-65, 1999

_____ **Ideologia, produção do espaço e apropriação da sacionatureza no Lago Paranoá**. Brasília 50 anos da capital a metrópole, 2010.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DINIZ, C. C, **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. CEDEPLAR, 2001.

ELALI, G.A. **Psicologia e Arquitetura: uma busca dos lócus interdisciplinar**. Estudos de Psicologia, 1997

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. Brasília: mitos e contradições na história de Brasília. **Brasília 50 anos da capital a metrópole**. Brasília: Editora Unb, 2010.

FERREIRA, R. F. C. F. **Movimento de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade.** Texto apresentado no 2º Fórum de Sociologia “Justiça Social e Democratização”, realizado em Buenos Aires, 2012.

FERREIRA, R. F. A autogestão habitacional no Brasil a partir do Governo Lula: produção e agentes. In Lago, L.C. **Autogestão Habitacional no Brasil: utopias e contradições.** Observatório das Metrôpoles, 2013

FERREIRA, AURÉLIO Buarque de Holanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**, 2ª ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1986.

FREITAG, B. **Cidade e Cidadania.** Em: Cidade dos Homens. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro LTDA; 2002

FONSECA, R.M.C. **História ambiental no município de Águas Lindas - GO.** Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil, municípios selecionados e microrregiões geográficas.** Convênio PNUD/Ministério das Cidades, Belo Horizonte, Belo Horizonte. 2009.

FURTADO, C. **A habitação.** *Estudos avançados*, 17(48), 184, 2003

GARCIA, F. e CASTELO, A. M. **O déficit habitacional cresce apesar da ampliação do crédito.** *Conjuntura da Construção*, ano 4 (mar.), n. 1, 2006.

GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves. **Alguns aspectos sobre demandas sociais: educação, habitação e saúde.** Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético.** 1ª reimpr. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

GOLDMANN, Lucien. **Epistemologia e Filosofia Política.** Lisboa, Ed. Presença, 1984.

GOMES, M. F. C. M. “**Habitação Questão Social - Análise do caso brasileiro**”. *Scripta Nova*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, Vol. IX, núm. 194 (26), 1 de agosto de 2005 <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-117.htm>>. (10 de fevereiro de 2008) ISSN: 1138-9788.

_____”**Política de Habitação e Sustentabilidade Urbana**” In: GOMES, M.F.C.& PELEGRINO, A.I.C. (orgs.) *Política de Habitação Popular e Trabalho Social* . Rio de Janeiro: D P & A, 2006.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Epistemología cualitativa y subjetividad.** São Paulo: EDUC, 1997.

_____ **Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

_____ **Sujeito e subjetividade.** Cengage Learning: São Paulo, 2003.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF. Instituto de Planejamento Territorial e Urbano - IPDF. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal.** Projeto de Lei Complementar. Brasília, 1996.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Fernando Teixeira & Associações. **Relatório Técnico do Plano Diretor de Águas Lindas de Goiás. Águas Lindas de Goiás – GO.** Abril de 2000.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Plano Diretor de Águas Lindas de Goiás.** Lei municipal nº. 341/02, Águas Lindas de Goiás – GO, 2002.

GROSTEIN, M. D. **Metrópoles e expansão urbana: a persistência de processos “insustentáveis”.** São Paulo em Perspectiva. Vol.15, n.1. São Paulo, 2001

GUNTHER, H., Pinheiro, J. Q., e Guzzo, R. **Psicologia Ambiental: entendendo as relações do homem com seu meio ambiente.** Campinas, SP. 2004.

HARVEY, David. **Condição pós moderna.** São Paulo: Editora Loyola, 1986.

_____ **“Do gerenciamento ao empresariamento urbano: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio”.** *Espaços e Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, n.26, n.39, 1996.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico.** Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>, acesso em maio de 2013

IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____ **“Do gerenciamento ao empresariamento urbano: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio”.** *Espaços e Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, n.26, n.39, p. 46 a 84, 1996.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1997.

JATOBÁ, S. U. Crescimento urbano na metrópole de Brasília: potencial e limitações. In: PAVIANI, Aldo et al. (Orgs.). **Brasília 50 anos: da capital a metrópole.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

JUNG, Carl G. **O Eu e o Inconsciente.** Petrópolis: Vozes, 1984.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos.** São Paulo, Editora 34, 2000.

LEFF, H. **Saber Ambiental**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Contra - Espaço: sociedade civil e Estado, privado e público na ordem espacial burguesa**. In Território, Territórios. Ensaios. 2006

LIMA, D. C. **Dinâmica territorial metropolitana e planejamento urbano em municípios limítrofes do DF: os casos de Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas de Goiás**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MAFFESOLI, M. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984.

MAHEIRIE, Kátia. **Constituição do sujeito, subjetividade e identidade**. Interações, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Dimensões da Tragédia urbana**. 2002. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid18.htm>. Acesso abril de 2013

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MOTA, Suetônio. **Urbanização e meio ambiente**. 3ª ed., Rio de Janeiro: ABES, 2003

MOURAO, A. R. T e CAVALCANTE, S. **Identidade de lugar**. In:CAVALCANTE, S e ELALI, G. A. (org), Temas Básicos em Psicologia Ambiental. Rio de Janeiro. Vozes. 2011

MONTEIRO, C. M. G. **Representações Sociais da Cidade: Do imaginário ao Real**. In Encontro Nacional da ANPUR - Modernidade, exclusão e a espacialidade do futuro, 6, 1995.

NAIME, J. **A política de habitação social no governo Lula: dinâmica e perspectivas**. Seminário Nacional “Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano”. UFRN. Natal, 2010

NEGRI, Silvio Moisés. **A expansão da periferia na Região Metropolitana de Maringá – PR: Cidade de Paçandu: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.

NOBREGA, M.D.S. **Conflitos ambiental e fundiário de Águas Lindas de Goiás na divisa com o Distrito Federal**. Artigo, 2005. Disponível em: http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vi_en/artigos/mesa3/Conflitos_Ambiental_E_Fundi_rio_De_guas_Lindas_De_Goi_s_Na_Divisa_Com_O_Distrito_Federal.pdf

NOBREGA, M. D. S. **Representações sociais da moradia e da natureza dos moradores de loteamentos de baixa renda em Águas Lindas de Goiás**. Universidade de Brasília. Brasília. Dissertação de Mestrado. 2009.

OLIVEIRA, Ronaldo Jorge Rodrigues. **Possibilidades de uma Poética Afro-Ritualística em Educação**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. PPG-EDU/UFRGS. 2007

RABINOVICH, E. P. **Vitrinespelhos transicionais da identidade: um estudo de moradias e do ornamental em espaços sociais liminares brasileiros**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso. **Uma pequena digressão sobre conforto ambiental e qualidade de vida nos centros urbanos, 2001**. Disponível em http://www.fau.ufrj.br/prologar/arq_pdf/diversos/conf_amb_qual_vida_cidades_par.pdf, acesso em 18/01/2013.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, AZEVEDO, Sérgio de. **A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

PATTO, Maria Helena Souza. **A cidadania negada: políticas públicas e formas de viver**. Editora Casa do Psicólogo, 2010.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 3a ed. Campinas (SP): Pontes; 2002.

PELUSO, Marília Luiza. **O morar na constituição subjetiva do espaço urbano**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 1998.

_____ **O papel das representações sociais do “ comprar a casa” na identificação dos problemas habitacionais**. Artigo. Semana Universitária da UNB. Brasília. 2011.

PELUSO, M L e ELALI, G. A. **Interdisciplinaridade**. In:CAVALCANTE, S e ELALI, G. A. (org), **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Rio de Janeiro. Vozes. 2011

PIERRI, M. C. Q. M. **Dinâmicas territoriais no Distrito Federal e seu impacto na agricultura familiar**. Artigo. Brasília, 2010.

Programa “MINHA CASA MINHA VIDA”, instituído pela Lei Federal nº 11.977 de 07.07.2009

POCHMANN, M. **Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012, p.11

POCHAMANN, M. **Estrutura social no Brasil: mudanças recentes**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 637-649, out./dez. 2010

SAMPAIO, M. R. A., & Pereira, P. C. X. **Habitação em São Paulo**. *Estudos Avançados*, 17(48), 167-83, 2003.

SANOFF, H. **Visual research methods in design**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991

SANTONI, Lauseani. **Saneamento básico e desigualdades: o financiamento da política pública (2003-2009)**. Universidade de Brasília. Brasília. Mestrado, 2010

SANTOS, Milton. **Tendências da urbanização brasileira no fim do Século XX** In: Carlos, Ana Fanny (org.) - *Os Caminhos da Reflexão sobre Cidade Urbano*. São Paulo: EDUSP; 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, L. D e MARTINS, I. A. **Qualidade de Vida Urbana – O caso da Cidade do Porto**. Investigação – Trabalhos em curso – n. 116, maio de 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa, **A globalização e as vivências sociais**, 2002.

SENRA, K. V. **Políticas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil: uma análise comparada dos Períodos Pós Guerra (1945 – 1964), Pós Golpe Militar (1964 – 1988) e Pós Constituição Federal de 1988 (1988 – 2009)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade de Brasília. Brasília. 2009.

SCUSSEL, Maria Conceição Barletta. **Emancipações no Rio Grande do Sul: O processo de criação de novos municípios e seu impacto em aspectos de qualificação do espaço urbano**. Dissertação (Mestrado, mimeo). Porto Alegre: PROPUR / UFRGS, 1996.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In O. G. Velho. O fenômeno urbano, 1987.

SCHVASBERG, Benny. Do Plano Piloto a Brasília metropolitana: considerações sobre planos diretores e planejamento metropolitano. **Brasília 50 anos da capital a metrópole**. Brasília: Editora Unb, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

QUEIROZ, R. L. **Alternativas para uma agenda ambiental marrom: Estudo de caso específico de Águas Lindas**. Revista Multipla Brasília, 2001.

TASCHNER, S. “**Degradação ambiental em favelas**”. TORRES, H; COSTA, H. População e meio ambiente – debates e desafios. São Paulo, Editora Senac, 2000.

TUNER, V. W. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Coleção Antropologia v. 7. Petrópolis: Vozes, 1974

ULTRAMARI, Clóvis; MOURA, Rosa. **Metrópoles – Grande Curitiba: teoria e prática. Curitiba.** IPARDES, 1994.

VILLAÇA, F. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação, 1986. Disponível em http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/cidadao_habita.pdf, Acesso em junho de 2013.

WEIL, Pierre. **As fronteiras da Evolução e da Morte.** Ed. Vozes. Petrópoles. 1979.

9. APÊNDICES

9.1 Direito à moradia

A Constituição da República Federativa do Brasil apresenta no caput do artigo 6º, dentre outros direitos sociais, o direito à moradia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1789, a qual rege que “Toda sociedade, na qual a garantia dos direitos não está assegurada, nem a separação de poderes estabelecida, não tem constituição”. A questão do Direito à moradia passou a ser tratado constitucionalmente como um dos direitos do trabalhador. A Constituição de 1988 no seu Art. 7º ao apresentar os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, no inciso IV estabeleceu que o salário mínimo deve atender as necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, dentre as quais se inclui o direito à moradia.

A Emenda Constitucional nº 26/00, contudo, veio a expandir esse direito, alterando a redação do artigo 6º da Constituição Federal, o qual originalmente tutelava o direito social, um tipo de direito fundamental, a educação, a saúde, ao trabalho, ao lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, acresce o direito à moradia, incluindo-o dentre os direitos sociais a serem fomentados pelo Estado e pela coletividade.

O direito à moradia já encontrava previsão constitucional no artigo 7º, inciso IV, da Constituição Federal, como direito do trabalhador urbano e rural a um "salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim". (CF, 1988)

Constitui, ainda, a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a promover programas de construção de moradias e melhorias das condições habitacionais, nos termos do artigo 23, inciso IX, da Constituição Federal. Portanto, percebe-se que o direito à moradia é um direito essencial, já há muito tempo fazendo parte do texto constitucional, agora

robustecido com sua expressa menção no elenco do artigo 6º; proporcionando, no mínimo, a facilitação da exigência de sua concretização.

Mesmo diante da lei expressa como direito fundamental, não nos falta o conhecimento da quantidade de pessoas que sobrevivem nas ruas das grandes cidades, que moram em locais sem as devidas condições sanitárias, que vivem em áreas de riscos. Quando se passa perto do “habitar” desses cidadãos, poucas vezes paramos para refletir sobre o que deve ter se passado na vida deles, da família deles, para que lhes restasse tão somente aquela opção de vida. Por certo que essa é uma questão subjetiva, e que nos tornaríamos loucos se ficássemos a todo o momento nos indagando sobre as questões íntimas de todos aqueles cuja realidade é a marginalização pelo sistema capitalista. Mas temos o dever de indagar quanto à atuação da mão de ferro do Estado, quanto à efetividade dos direitos constitucionais, o resguardo aos direitos humanos.

9.2 Lacunas habitacionais

O tema déficit habitacional brasileiro foi objeto de diversas publicações ao longo dos últimos anos. Porém foram desenvolvidos mais trabalhos conceituais e qualitativos do que quantitativos. Mesmo entre os estudos conceituais há inúmeras definições de “demanda” e principalmente de “déficit habitacional”, pois segundo Garcia e Castelo (2006) o déficit habitacional se refere às carências habitacionais de uma determinada sociedade não restritas à falta de moradias, inclui também as más condições das unidades habitacionais existentes.

“O déficit habitacional é uma fotografia que mostra o excesso de população que necessita de habitações. Ou seja, é o excedente entre a demanda e oferta de um bem de caráter social.” Ainda que a questão habitacional venha sendo amplamente discutida, os estudos quantitativos relacionados ao tema consideram principalmente o déficit habitacional e medidas de estoque. Conforme o estágio de desenvolvimento do sistema habitacional de cada país, podem ser adotadas abordagens sob o enfoque do déficit ou da demanda por habitação que consistem em cálculos diferentes e com funções específicas. (GIVISIEZ, 2005).

A definição mais comum de déficit habitacional é a que exprime a falta de moradias para as pessoas ou famílias que necessitam de habitação. Esta

interpretação pode ser adotada em discussões superficiais do tema. Porém é insuficiente na formulação de parâmetros para subsidiar políticas habitacionais. Desse modo, é importante um aprofundamento conceitual que represente a configuração econômico-social e espacial da carência habitacional no Brasil. (CAIXA, 2012).

A etimologia permite a compreensão da origem desses conceitos. Na definição do Dicionário Aurélio (FERREIRA,1986) “déficit ” é: “O que falta para completar uma conta, um orçamento, uma provisão, etc.” e “demanda” é:“ a ação de demandar ”, e “demandar ” é: “ter necessidade de; precisar de; necessitar ”. Portanto, o déficit habitacional, pelo conceito etimológico, é a falta física da unidade habitacional (casa, apartamento, etc.) no estoque de habitações de mercado. A demanda habitacional é a necessidade, por parte de uma população, do “bem habitação”, considerando as características intrínsecas e extrínsecas do imóvel, além das características socioeconômicas da população.

Sob uma perspectiva sociológica, o problema da moradia, reflete o dinamismo e a complexidade de uma determinada realidade socioeconômica. Desta forma, as necessidades do habitat não se reduzem exclusivamente a um instrumento material, "mas dependem da vontade coletiva e se articulam às condições culturais e a outros aspectos da dimensão individual e familiar" (BRANDÃO, 1984). Em suma, as demandas habitacionais não são apenas diferentes para os diversos setores sociais. Também variam e se transformam com a própria dinâmica da sociedade.

Em suma, ao se analisar a questão habitacional a interface com outras políticas urbanas é um dos aspectos a ser considerado. Em função da interdependência da moradia com outras esferas, nem sempre um simples incremento dos programas de habitação é a solução mais indicada para melhorar as condições habitacionais da população mais pobre. Isto porque esses programas podem ser inviabilizados caso não sejam integradas a eles outras políticas urbanas, como de transporte, energia elétrica, esgotamento sanitário e abastecimento de água (AZEVEDO, 1996).

Para o déficit habitacional, é discutida a inclusão de parte dos domicílios com adensamento excessivo, originalmente componente das moradias inadequadas. É preocupação ainda a necessidade de caracterização da coabitação familiar, fator que mais contribui para o elevado montante das carências habitacionais.

10. ANEXOS

Anexo 1

Roteiro de entrevista com o sujeito ou família

Este roteiro obedece 4 etapas, o campo numero 1 pretende levantar as características gerais dos entrevistados, quem é, o que faz e etc. A segunda etapa, campo número 2 tratará da trajetória desses indivíduos, a etapa 3 da entrevista procurará traçar o contexto do empreendimento a partir das impressões do indivíduo em relação a região, e por fim a 4ª etapa trata do empreendimento em geral, os atores em questão.

1. Carcterísticas gerais	2. Trajetória
1.1.Nome: 1.2. Estado Civil: 1.3.Tem filhos? 1.4. Profissão/Renda 1.5. Formação/Trabalha onde? 1.6. Raça/Etnia: 1.7. Tem condução propria?	2.1. Um bom ponto de partida seria falar de sua trajetória, de onde vêm, se são brasileiros, ou migrantes, isto é onde nasceram, suas narrativas de vida? 2.2. Falar sobre o sonho da casa própria?
3. Contexto	4. Empreendimento
3.1. Porque decidiu morar em aguas Lindas? 3.2. O que acha da região, 3.3. O que acha do tamanho das casas? 3.4. Fale sobre a infra-estrutura, praças, transporte coletivo, supermercados, Escolas, etc... - Procurar induzir o entrevistado a falar sobre as suas impressões sobre a região, porque das escolhas, quais suas expectativas. - Como você avalia as casas e a região?	4.1. O que acha do empreendimento(Induzir os indivíduos a falarem sobre a Brookfield, sobre o Programa MCMV? 4.2. Como sobre do empreendimento, o que ouviu falar? - Falar sobre os vários atores que estão envolvidos no processo, isto é, governos, etc... -Como você avalia o empreendimento e o PMCMV? - Como você avalia os empreendedores?

Anexo 2 - IMAGENS

Imagens feitas durante pesquisa exploratória ao *Condomínio Doce Lar* em Águas Lindas de Goiás

Créditos: Joamara Mota Borges e Ronaldo Jorge Oliveira

Figura 18: Cartaz do Empreendimentos Doce Lar

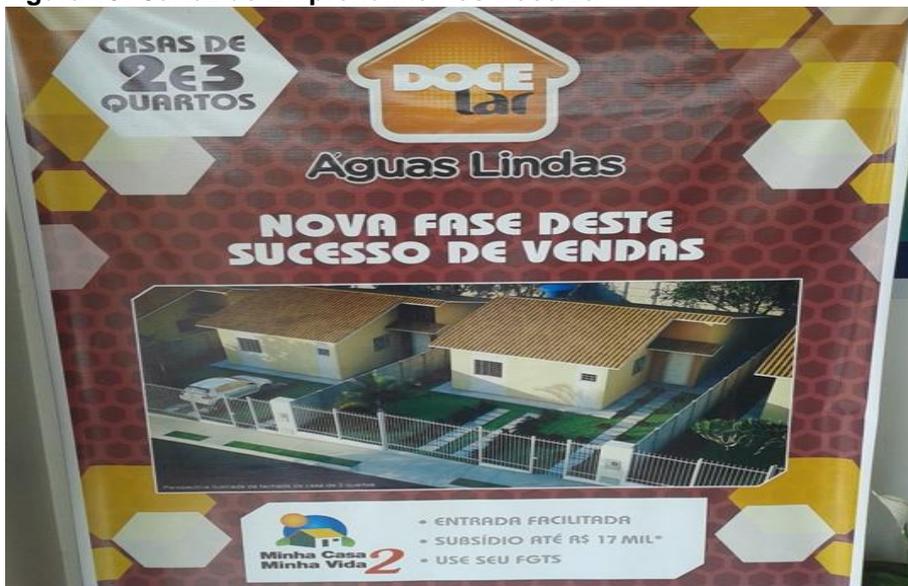


Figura 19: Mapa dos empreendimentos da Construtora Brookfield Incorporações pelo PMCMV



Figura 20: Cartaz informativo ao lado da casa cenográfica. Informações como: Saia do Aluguel e Use seu FGTS



Figura 21: Entrada da casa cenográfica do PMCMV



Figura 22: Quarto cenográfico



Figura 23: Sala cenográfica



Figura 24: Casa com modificação na parte da frente do terreno

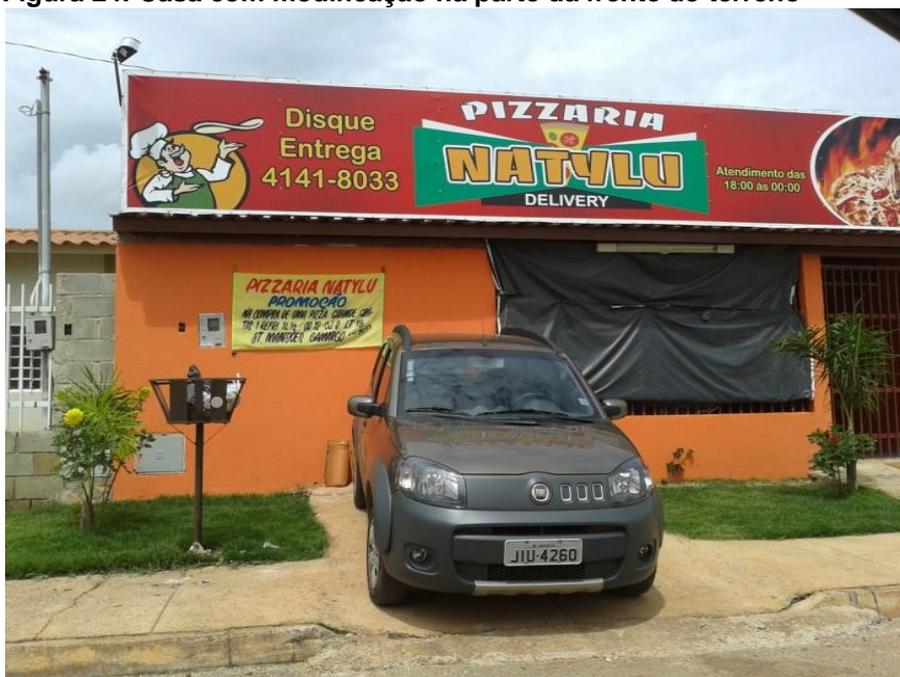


Figura 25: Rua do Condomínio Doce Lar



Figura 26: Área destinada para construção de praças e locais de convivência dos moradores



Figura 27: Ruas sem pavimentação limítrofes ao Condomínio Doce Lar

